



**II Seminário de
Organização do Conhecimento
e Gestão Documental**

ANAIS

**II SEMINÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO
DOCUMENTAL**

**FLORIANÓPOLIS
2018**

**II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental – 2018
17 e 18 de setembro de 2018 – Florianópolis – SC**



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental



**II Seminário de
Organização do Conhecimento
e Gestão Documental**

Grupo de pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental

ANAIS

II SEMINÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL

Florianópolis, SC

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal de Santa Catarina

2018



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental

ORGANIZAÇÃO

Grupo de pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aline Carmes Krüger, Universidade Federal de Santa Catarina
Ana Célia Rodrigues, Universidade Federal Fluminense
Camila Monteiro de Barros, Universidade Federal de Santa Catarina
Cezar Karpinski, Universidade Federal de Santa Catarina
Eliane Braga de Oliveira, Universidade de Brasília
Eva Cristina Leite Silva, Universidade Federal de Santa Catarina
Fabio Assis Pinho, Universidade Federal de Pernambuco
Gisela Eggert Steindel, Universidade do Estado de Santa Catarina
Luciane Paula Vital, Universidade Federal de Santa Catarina
Marisa Brascher, Universidade Federal de Santa Catarina
Renato Barbosa Sousa, Universidade de Brasília
Rodrigo de Sales, Universidade Federal de Santa Catarina



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

S471a

Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental (2. :
2018 : Florianópolis, SC)

Anais [do] II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão
Documental [recurso eletrônico] / organização, Grupo de Pesquisa
Organização do Conhecimento e Gestão Documental. PGCIN/UFSC ;
comissão científica, Aline Carmes Krüger... [et al.]. – Dados eletrônicos. –
Florianópolis : PGCIN/UFSC, 2018. – (KOD)

171 p.

Inclui bibliografia.

Evento realizado de 17 a 18 de setembro de 2018, Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

ISBN 978-85-45535-60-7

E-book (PDF)

Disponível em: <<http://grupokod.paginas.ufsc.br/anais-seminario-organizacao-do-conhecimento-e-gestao-documental/>>

1. Ciência da informação – Congressos. 2. Gestão da informação.
I. Grupo de pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental.
PGCIN/UFSC. II. Título.

CDU: 02

Elaborado por Jonathas Troglio – CRB 14/1093



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental

APRESENTAÇÃO

Em um ambiente marcado pela valorização constante da informação e do consequente conhecimento gerado a partir de seu acesso, eventos como o II Seminário Organização do Conhecimento e Gestão Documental buscam proporcionar aos presentes relatos de pesquisas interdisciplinares que discutam a Ciência da Informação e suas relações com a Arquivologia, Biblioteconomia, Filosofia, Educação, História, Museologia, entre outros.

O Seminário Organização do Conhecimento e Gestão Documental está em sua segunda edição e é promovido pelo grupo de pesquisa homônimo, também designado por KoD, formado em 2015. Fazem parte do grupo de pesquisa 22 membros, dentre eles graduandos dos cursos de arquivologia e biblioteconomia, mestrandos, doutorandos e docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. O grupo possui como líderes Marisa Bräscher Basílio Medeiros e Eva Cristina Leite da Silva.

O KoD é formado por duas linhas de pesquisa principais: 1- o Arquivo, a Memória e a Gestão; e 2- a Organização do Conhecimento; que formam também os eixos temáticos do Seminário, os quais dividem o presente anais.

O I Seminário Organização do Conhecimento e Gestão Documental aconteceu no dia 9 de novembro de 2017 no campus da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo era de socializar o conhecimento desenvolvido no grupo de pesquisa, realizar palestras com professores que trabalham temáticas do grupo e apresentar as pesquisas realizadas pelos estudantes vinculados ao grupo.

Com o intuito de engrandecer o evento para que outros pesquisadores pudessem apresentar suas pesquisas, na II edição do Seminário, foram abertas submissões de trabalhos para o público acadêmico e profissional. No total foram 19 trabalhos aceitos, os quais configuram o conteúdo destes anais.

O II Seminário Organização do Conhecimento e Gestão Documental foi realizado entre os dias 17 e 18 de setembro de 2018 no Auditório da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Além de ter como público alvo os estudantes de graduação, são também convidados profissionais da área, alunos de pós-graduação e egressos com interesse em capacitações relacionadas à gestão de documentos e organização do conhecimento e que



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental

careçam de trabalhos voltados à temática do evento. No evento também ocorreram mesas redondas formadas por integrantes do referido grupo de pesquisa que trouxeram temáticas diversas como: epistemologia, memória, história, e aspectos teóricos e sociais da organização do conhecimento, além de assuntos relacionados à gestão documental arquivística, temas que darão origem a uma outra publicação futuramente.

Diante do “escasso” material bibliográfico, muitas vezes identificado na área, essa publicação tem por finalidade, contribuir para o desenvolvimento da ciência, sob os aspectos da organização do conhecimento e gestão documental. Faça uma boa leitura!



Sumário

EIXO “MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E INTERDISCIPLINARIDADE”	10
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: AS BIBLIOTECAS PRISIONAIS.....	11
AMABILE COSTA (UFSC)	11
CAMILA MONTEIRO DE BARROS (UFSC)	11
<i>SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE: PRISON LIBRARIES.....</i>	<i>11</i>
A BIBLIOTECONOMIA ENQUANTO ÁREA E PROFISSÃO FEMININA: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	17
ANA LAURA SILVA XAVIER (UNESP-MARÍLIA).....	17
DEISE MARIA ANTONIO SABBAG (UNESP-MARÍLIA)	17
<i>THE BIBLIOTECONOMY AS A FEMALE AREA AND PROFESSION: INTRODUCTORY ASPECTS ..</i>	<i>17</i>
AÇÕES DE DIFUSÃO APLICADAS NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS E HISTÓRICOS DE SANTA CATARINA....	25
BRUNA BRENDA MAFRA (UFSC)	25
CAMILA MONTEIRO DE BARROS (UFSC)	25
<i>DIFFUSION ACTIONS APPLIED IN THE MUNICIPAL AND HISTORICAL ARCHIVES OF SANTA CATARINA</i>	<i>25</i>
ANÁLISE DE POLÍTICAS DE ARQUIVO E PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	33
EVELIN MINTEGUI (UFSC/FURG)	33
<i>ANALYSIS OF PUBLIC POLICY OF ARCHIVES AND CULTURAL HERITAGE IN BRAZIL</i>	<i>33</i>
PATRIMÔNIO CULTURAL, MUSEUS E MEMÓRIA: A LEI ROUANET ATUANDO NESSES ESPAÇOS.....	42
KEITTY RODRIGUES VIEIRA (UFSC).....	42
PAOLA THAIS OLIVEIRA DO NASCIMENTO (UDESC).....	42
<i>CULTURAL PATRIMONY, MUSEUMS AND MEMORY: THE ROUANET LAW ACTING IN THESE SPACES</i>	<i>42</i>
ANÁLISE DO DISCURSO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: INFORMAÇÃO COMO DISCURSO....	51
MARCOS VINÍCIUS SANTOS DE CARVALHO TERRA (UNESP-MARÍLIA)	51
DEISE MARIA ANTONIO SABBAG (UNESP-MARÍLIA)	51
<i>DISCOURSE ANALYSIS IN THE KNOWLEDGE ORGANIZATION: INFORMATION AS A DISCOURSE.....</i>	<i>51</i>



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental

INTERAÇÕES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DA CONVERSÃO DE FONTES HISTÓRICAS PARA O FORMATO DIGITAL	59
MARIELA PASSARIN (UFSC).....	59
<i>INTERACTIONS BETWEEN INFORMATION SCIENCE AND HISTORY: IMPLICATIONS OF THE CONVERSION OF HISTORICAL SOURCES FOR DIGITAL FORMAT.....</i>	<i>59</i>
MERCADO DE TRABALHO PARA OS BIBLIOTECÁRIOS: ANÚNCIOS DE EMPREGO	66
SABRINA MARTINS (UFSC).....	66
<i>LABOR MARKET FOR LIBRARIANS: JOB ADVERTISEMENTS</i>	<i>66</i>
MEMÓRIAS DO POVO “MANEZINHO”: O ACERVO FOTOGRÁFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	76
VANESSA ALINE SCHWEITZER SOUZA (UFSC)	76
<i>MEMORIES OF THE PEOPLE "MANEZINHO": THE PHOTOGRAPHIC ACQUISITION OF THE MUNICIPAL HISTORICAL ARCHIVE OF FLORIANÓPOLIS.....</i>	<i>76</i>
EIXO “ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL”	85
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	86
ANDRÉIA DOS SANTOS (UFSC)	86
LUCIANE PAULA VITAL (UFSC)	86
<i>ORGANIZATION OF KNOWLEDGE AND ETHNIC-RACIAL INFORMATION.....</i>	<i>86</i>
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E TRABALHO COLABORATIVO: A CLASSIFICAÇÃO DAS FANFICTIONS.....	93
BRUNA DANIELE DE OLIVEIRA SILVA (UNESP – MARÍLIA)	93
DEISE MARIA ANTONIO SABBAG (UNESP – MARÍLIA).....	93
<i>ORGANIZATION OF KNOWLEDGE AND COLLABORATIVE WORK: CLASSIFICATION OF FANFICTIONS.....</i>	<i>93</i>
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	102
BRUNA TELES DE SOUZA (UFSC)	102
CRISTIANI PAIVA (UFSC).....	102
SABRINA MARTINS (UFSC).....	102
<i>RESEARCH DEVELOPMENT PLANNING</i>	<i>102</i>
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRA: REFLEXÕES PARA CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	111



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental

GRAZIELA DOS SANTOS LIMA (UNESP - MARÍLIA)	111
CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA (UNESP - MARÍLIA).....	111
<i>ORGANIZATION OF KNOWLEDGE IN FIELD OF AFRO-BRAZILIAN STUDIES: REFLECTIONS FOR CONSTRUCTION OF A KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEM</i>	<i>111</i>
SEMIÓTICA DOCUMENTAL E A ELABORAÇÃO DE RESUMOS	120
KARENINA MACHADO CANDIDO DE SOUZA (UNESP-MARÍLIA)	120
CARLOS CANDIDO DE ALMEIDA (UNESP-MARÍLIA)	120
<i>DOCUMENTARY SEMIOTICS AND THE PREPARATION OF ABSTRACTS</i>	<i>120</i>
METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS EM ARQUIVOS PESSOAIS.....	128
MABEL MEIRA MOTA (UFBA)	128
FRANCISCO JOSÉ ARAGÃO PEDROZA CUNHA (UFBA).....	128
<i>IDENTIFICATION METHODOLOGY FOR ORGANIZATION OF DOCUMENTARY TYPOLOGIES IN PERSONAL ARCHIVES.....</i>	<i>128</i>
ESTUDO DA APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO	137
MARIA DE FÁTIMA CRUZ CORREA.....	137
<i>STUDY OF APPLICABILITY OF THE METHODOLOGY OF IDENTIFICATION OF ARCHIVAL IN THE CONSTRUCTION OF CLASSIFICATION PLANS</i>	<i>137</i>
ONTOLOGIA EM CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS PARA O MATRICIAMENTO	145
MARTINS FIDELIS DOS SANTOS NETO (BIBLIOTECA DO HOSPITAL DO CÂNCER DE BARRETOS).....	145
RODRIGO ANTONIO FACCIOLI (CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ)	145
<i>ONTOLOGY IN ONCOLOGY PALLIATIVE CARE FOR MATRIX SUPPORT.....</i>	<i>145</i>
DOCUMENTOS ECLESIASTICOS: UM ESTUDO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO À ELABORAÇÃO DA TABELA DE TEMPORALIDADE.....	154
MICHELE MARQUES SOARES (UFSC).....	154
GISELLE GISELLE TIRBUCIO (UFSC).....	154
<i>ECCLESIASTICAL DOCUMENTS: A STUDY OF THE EVALUATION PROCESS FOR THE ELABORATION OF THE TEMPORALITY TABLE</i>	<i>154</i>
ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM UMA BIBLIOTECA PAROQUIAL.....	162
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES DANTAS (UNESP-RIBEIRÃO PRETO)	162



**II Seminário de
Organização do Conhecimento
e Gestão Documental**

INFORMATION AND KNOWLEDGE ORGANIZATION IN A PAROCHIAL LIBRARY162



EIXO “MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E INTERDISCIPLINARIDADE”



REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: AS BIBLIOTECAS PRISIONAIS

Amabile Costa (UFSC)

Camila Monteiro de Barros (UFSC)

SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE: PRISON LIBRARIES

Resumo: Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado e tem como objetivo identificar as produções científicas relacionadas às bibliotecas prisionais na Ciência da Informação. Utilizou-se a Base de Dados LISA e BRAPCI para realização da revisão sistematizada, com a palavra-chave “biblioteca prisional” em Português e em Espanhol e “*Prison Library*” de 2010 à 2018. Foram recuperados 36 registros. Os resultados mostram que o maior número de publicações ocorreu nos anos de 2011 e 2004 e as principais temáticas abordadas foram: a informações de penitenciárias de estado, país específicos e os aspectos de seus acervos.

Palavras-Chave: Biblioteca prisional. Ciência da Informação. Revisão sistematizada.

Abstract: This work is part of a masters research and aims to identify the scientific productions related to prison libraries in Information Science. The LISA and BRAPCI databases were used to perform the systematized review, with the keyword "prisonal library" in Portuguese and Spanish and Prison Library from 2010 to 2018. 36 records were retrieved. The results show that the greatest number of publications occurred in the years of 2011 and 2004 and the main topics addressed were: information from state prisons, specific countries and aspects of their collections.

Keywords: Prison library. Information Science. Systematized review.

1 INTRODUÇÃO

A presente revisão sistemática de literatura (RSL) faz parte de uma pesquisa de mestrado e versa sobre as bibliotecas dentro dos espaços de privação de liberdade no Brasil e no mundo. Existem, no Brasil, seis estabelecimento penais descritos na Lei de Execução Penal (1984) são eles: a) penitenciária; b) colônia agrícola, industrial ou similar; c) casa do albergado; d) centro de observação; e) hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e f) cadeia pública.

A penitenciária é, teoricamente, um espaço para reeducandos que precisam cumprir suas penas em regime fechado. Esses espaços deverão disponibilizar aos seus frequentadores uma “cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório”. Para as penitenciárias femininas, acrescenta-se “seção para gestão e parturiente e de creche para abrigar as crianças maiores de seis meses” (BRASIL, 1984, p. 16).

A colônia penal agrícola, industrial ou similar é focada em pessoas que cumprirão sua pena em regime semiaberto. O reeducando poderá “ser alojado em compartimento coletivo”

(BRASIL, 1984, p. 17), além disso, também deverá ser uma seleção adequada dos internos e respeitar o limite máximo da instituição.

A casa do albergado é voltado para reeducandos em regime aberto. Essa instituição contará com acomodações para seu público, bem como, salas para cursos e palestras (BRASIL, 1984). No centro de observação são realizados “exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação” (BRASIL, 1984, p. 17).

O hospital de custódia e tratamento psiquiátrico está destinado à pessoas que são consideradas com doenças mentais em estágio completo ou andamento. Para determinar se as pessoas possuem essas doenças, exames são realizados e assim que constatado, o tratamento é obrigatório. A cadeia pública é onde ficam os reeducandos provisórios, aqueles que ainda serão julgados (BRASIL, 1984).

O foco dessa pesquisa são as penitenciárias, pois é para lá que os internos vão cumprir suas penas após seus julgamentos e é também para esses estabelecimentos que a LEP 7210 que prevê a existência de bibliotecas. Essas bibliotecas “têm um papel essencial na organização da educação permanente na prisão, não apenas como serviço de distribuição de livros e de conselhos, mas tornando-se locais de cultura e de apoio à formação” (TRINDADE, 2009, p. 48). Sabe-se que a estrutura dos sistemas prisionais dos diversos países são diferentes, correspondendo a políticas e necessidades locais. Entretanto, o papel das bibliotecas nesses contextos parece manter sua proximidade com as questões de educação, formação e cultura.

Nesta perspectiva, o objetivo desse artigo é mostrar um panorama das publicações sobre bibliotecas prisionais no Brasil e no mundo, com o intuito de sistematizar essa produção científica de acordo com seus autores e principais temáticas abordadas.

2 MÉTODO

A revisão sistemática de literatura é um tipo de levantamento estruturado, com critérios definidos. De acordo com Sampaio e Mancini (2007, p. 84) a RSL é um “tipo de investigação [que] disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada”.

Nesta pesquisa, as bases utilizadas foram *Library and Information Science Abstract* (LISA), base internacional voltada para à Ciência da Informação e a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), base nacional voltada para a Ciência da Informação.

A busca foi realizada no dia de 18 julho de 2018, por meio dos termos "*prison library*" e "biblioteca prisional", entre aspas. Os critérios de busca foram:

Quadro 1 - Critérios de busca

INCLUSÃO	
A	Os termos poderiam estar no título, resumo, palavras-chave, indexador da base e/ou texto
B	Tipo de documento: Journal article
C	Idioma: inglês e português
D	Conteúdo referente à biblioteca prisional
E	Período: 2010 à 2018
F	Acesso ao documento na íntegra

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Dos 34 registros recuperados, 18 foram excluídos pois não atendiam os critérios de inclusão supracitados, ficando o corpus final de análise composto por 16 artigos científicos. O quadro 2 apresenta os 34 documentos recuperados e os motivos da sua inclusão ou exclusão para essa RSL. A seguir apresentaremos os artigos inclusos: 1. Prison librarians needed: a challenging career for those with the right professional and human skills, autoria de Vibeke Lehmann; 2. Canadian federal prison libraries: a national survey, autoria de Sandra Boutilier, et. al.; 3. Planning and implementing prison libraries: strategies and resources, autoria de Vibeke Lehmann; 4. Prison Libraries: A Contribution to Punishment that Works?, autoria de Hilde Kristin Ljødal; 5. Recent Trends in UK Prison Libraries, autoria de Carole Bowe; Challenges and Accomplishments in U.S. Prison Libraries, autoria de Vibeke Lehmann; 6. Books Open Worlds for People Behind Bars: Library Services in Prison as Exemplified by the Münster Prison Library, Germany's "Library of the Year 2007", autoria de Gerhard Peschers; Anna Patterson; 7. "Prison Libraries" in Japan: The Current Situation of Access to Books and Reading in Correctional Institutions, autoria de Kenichi Nakane; 8. Prison Libraries in Poland: Partners in Rehabilitation, Culture, and Education, autoria de Elzbieta Barbara Zybert; 9. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania, autoria de Eptacio Gomes Silva Neto e Francisca Chagas Dias Leite; 10. Prison Libraries the Scandinavian Way: An Overview of the Development and Operation of Prison Library Services, autoria de Hilde Kristin Ljødal e Erlend Ra; 11. Collection development and circulation policies in prison libraries: na exploratory survey



of librarians in Us Correctional Institutions, autoria de Suzanne Conrad; 12. There is a Lack of Standardization in the Collection Development and Circulation Policies of Prison Library Services, autoria de Michelle Dalton; 13. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades, autoria de Catia Rejane Lindemann e Leni Beatriz Colares; 14. Investigação sobre a preparação do formando em Biblioteconomia da UFSC para atuar em biblioteca prisional, autoria de Francisco das Chagas de Souza e Maria Raimunda de Lira Cabral e 15. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, autoria de Jonathas Luiz Carvalho Silva.

Já os artigos excluídos estão divididos em artigos que não foram encontrados na integra, que são: The least of our brethren: library service to prisoners, autoria de Larry E. Sullivan (F); Behind adobe walls and iron bars: the Utah Territorial, autoria de Melvin L. Bashore; Working in a prison library, autoria de G. Boyd; The prison library: an issue for corrections, or a correct solution for its issues?, autoria de Robert M. Stearns; Libraries in the American penal system, autoria de L. T. Darby; Collection development on a shoestring, autoria de P. T. Jackson; Trends in the use of information management technology in prison libraries, autoria de William Payne; Michael J. Sabath; Prison Libraries in Italy, autoria de Emanuela Costanzo, Giorgio Montecchi e Eda Derhemi; Of Giraffes, School Buses, & Prison Librarianship (or, “Why Did You Move Hundreds of Miles Away to Buy a Car, Bill?”), autoria de W. D. Mongelli; Incarceration and the “Freedom to Read”: How Prison Libraries Function as Instruments of State Power, autoria de Brenna C. Doyle; Youth Empowerment Through the Use of Prison Libraries: Case Studies of the Tangerang Juvenile Detention Center Library and the Salemba Detention Center Library in Indonesia, autoria de Patrick LoRahmi; Problems and prospects of providing library and information services to the prisoners in Nigeria, autoria de Jacintha Ukamaka Eze; Prison Library Services in Croatia Need Improvement to Meet International Standards of Universal Rights to Access, autoria de Carol L. Perryman; The challenges in making library services accessible to incarcerated male juveniles in five correctional schools, autoria de E. R. K. Rafedzi e A. Abdullah e H. YU. Artigos que o conteúdo não eram referentes às bibliotecas prisionais, tais como: Public libraries and people in jail, autoria de Kathleen de la Peña McCook; Electronic research in state prisons, autoria de Camilla Tubbs e os artigos duplicados, que são: Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania, autoria de Eptacio Gomes Silva

Neto e Francisca Chagas Dias Leite; Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania, autoria de Epitacio Gomes Silva Neto e Francisca Chagas Dias Leite.

3 RESULTADOS

Dos 16 documentos analisados, a maior parte (10 documentos) foi publicada no ano de 2011, seguido do ano de 2004, com 4 documentos. Foram observadas 9 abordagens centrais, são elas: a) Aborda penitenciária de um Estado específico; b) Apresenta breve histórico das bibliotecas prisionais; c) Cita Manual/Lei que envolva biblioteca prisional e/ou educação; d) Relata aspectos do acervo; e) Evidencia censura; f) Explica a estrutura da biblioteca prisional; g) Evidencia aspectos de segurança como fundamentais; h) Faz referência às funções dos bibliotecários; i) Expõe as estratégias das bibliotecas prisionais.

No quadro 2 apresentamos quais, das principais temáticas identificadas, cada documento aborda. Os temas são identificados pelas letras.

Quadro 2 - Temáticas abordadas em cada documento

Autor	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Boutlier (2012)	X		X						
Bowe (2001)	X								
Colares; Lindemann (2015)	X		X	X		X			
Conrad (2012)					X		X	X	
Conrad (2013)				X					X
Lehmann (2000)								X	
Lehmann (2011)	X					X			
Lehmann (2013)									X
Ljedal (2009)				X		X			
Ljedal e Ra (2011)	X			X					
Nakane (2011)	X			X		X			
Peschers; Patterson (2011)	X			X		X			
Zybert (2011)	X					X			
Silva Neto e Leite (2011)		X		X					
Souza e Cabral (2016)			X						
Silva (2018)									
Total de documentos	8	1	4	8	1	6	1	2	2

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As temáticas mais abordadas nos artigos apresentados estão relacionadas a informações de penitenciárias de estado, país específicos e os aspectos de seus acervos. E as informações de penitenciárias de estado, país específicos e os aspectos de seus acervos. E as

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As temáticas mais abordadas nos artigos apresentados estão relacionadas a informações de penitenciárias de estado, país específicos e os aspectos de seus acervos. E as temáticas menos abordadas foram apresentações de um contexto dessas bibliotecas, dos aspectos relacionados a censura e a segurança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a maioria dos artigos apresentam experiências de países específicos, como por exemplo, Noruega, Polônia, Japão, entre outros, sendo que abordagens teóricas que discutem relevância, princípios e objetivos das bibliotecas prisionais são ainda escassas.

As publicações evidenciam acervo, a constituição, quais materiais e assuntos fazem parte dos acervos, explicam como é a estrutura da sua unidade, qual o mobiliário faz parte do espaço físico, etc. Nesse sentido, percebemos um espaço importante de pesquisa na CI, que encontra sua relevância social nas práticas da biblioteconomia. Com a continuidade dessa pesquisa, esperamos levantar mais informações sobre as bibliotecas prisionais no mundo e no Brasil de forma a dar visibilidade a essas experiências. Será consequência também desta pesquisa a maior visibilidade das populações carcerárias, além de contribuir para tornar as pessoas conscientes do seu papel social em relação aos reeducandos e sabedoras das legislações que abrangem os ambientes do cárcere.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 7.210**, de 11 de Julho de 1984. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 31 jul. 2018.

GONÇALVES, Marina. **Entenda a diferença entre regime fechado, semiaberto e aberto**. 2015. Disponível em: <<http://www.oabdeprimeira.com.br/como-passar-na-oab-2/dicas-de-estudo-como-passar-na-oab-2/entenda-a-diferenca-entre-regime-fechado-semiaberto-e-aberto/>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009. 118 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SAMPAIO, R F; MANCINI, M C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, p. 83-89. jan. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.



A BIBLIOTECONOMIA ENQUANTO ÁREA E PROFISSÃO FEMININA: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Ana Laura Silva Xavier (UNESP-Marília)

Deise Maria Antonio Sabbag (UNESP-Marília)

THE BIBLIOTECONOMY AS A FEMALE AREA AND PROFESSION: INTRODUCTORY ASPECTS

Resumo: A discussão do processo de engendramento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileira perpassa a perspectiva de gênero, visto que seu percurso histórico e contemporâneo assinalam a importante atuação feminina. O primeiro curso em Biblioteconomia surge no Rio de Janeiro em 1915 na Biblioteca Nacional marcado pela ausência de inscritos. Em São Paulo, entre 1920 e 1940, um ambiente favorável produz uma crescente procura pelo curso. Após cem anos de sua origem no cenário brasileiro é necessário questionar sua atualidade tendo como implicação a noção de acontecimento foucaultiana como constitutiva desta interrogação, ou seja, interrogar a atualidade questionando-a como acontecimento na forma de uma problematização. A pesquisa tem caráter documental e exploratório com o emprego da genealogia foucaultiana como aporte metodológico. O tema apresenta foco de escassa abordagem na área o que representada reflexões importantes para a abertura de possíveis novos debates científicos, epistemológicos e sociais, fundamentais para compreensão do status científico e profissional que tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação enfrentam atualmente no Brasil. Trata-se de apresentar um novo olhar a história já contada, evidenciando o papel feminino no âmbito profissional e de ensino. Empreender este percurso requer atenção para uma amplitude de fontes que possam fornecer uma nova história simultânea a já veiculada, resgatando sinais que até então eram invisibilizados e desconsiderados; o que em linguagem foucaultiana significa desvelar o que é visível. Vê-se nas questões de gênero umas das explicações do embargo tomado pela profissão.

Palavras-Chave: Gênero; História da Biblioteconomia; Genealogia.

Abstract: The discussion of the process of engendering Brazilian Librarianship and Information Science permeates the perspective of gender, since its historical and contemporary history point to the important feminine performance. The first course in Library Science arises in Rio de Janeiro in 1915 in the Biblioteca Nacional marked by the absence of enrolled. In São Paulo, between 1920 and 1940, a favorable environment produces a growing demand for the course. After one hundred years of its origin in the Brazilian scenario, it is necessary to question its actuality, having as implication the notion of Foucauldian event as constitutive of this interrogation, that is, to interrogate the actuality questioning it as an event in the form of a problematization. The research is documental and exploratory with the use of the Foucaultian genealogy and archeology as a methodological contribution. The theme presents a focus of scarce approach in the area which represented important reflections for the opening of possible new scientific, epistemological and social debates, fundamental for understanding the scientific and professional status that both Librarianship and Information Science currently face in Brazil. It is about presenting a new look at the story already told, highlighting the female role in the professional and teaching spheres. Taking this route requires attention to a range of sources that can provide a new story simultaneously to the already conveyed, rescuing signs that until then were invisible and inconsiderate; what in Foucaultian language means to reveal what is visible. One sees in the gender issues one of the explanations of the embargo taken by the profession.

Keywords: Gender; Librarianship History; Genealogy.

1 INTRODUÇÃO

A discussão do processo de engendramento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileira perpassa a perspectiva de gênero, visto que seu percurso histórico e contemporâneo apresenta a atuação feminina. Este aspecto pouco elucidado é fundamental para a compreensão do status científico e profissional que tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação desempenham no Brasil.

Busca-se, deste modo, elementos “[...] desconsiderados, desvalorizados e mesmo apagados pelos procedimentos da história tradicional” (FAÉ, 2004, p. 413) que mobilizem a importância das mulheres para o desenvolvimento de ambas as áreas de modo a inscrevê-las sob a ótica de gênero. Parte-se inicialmente da Biblioteconomia a fim de conhecer as características embrionárias da área.

Dado seu caráter de profissão social (SOUZA, 1990) e de cunho liberal (FERREIRA, 2003), a Biblioteconomia consiste em uma área desconhecida e desvalorizada socialmente que pode viabilizar nas relações de gênero explicação para esta realidade:

Pesquisas sobre mulher e gênero na Biblioteconomia são ainda em números bastante limitados, o que torna a discussão quase sempre difícil, já que as profissionais da informação, em geral não relacionam a desvalorização social da profissão com o fato dela ser uma categoria predominantemente feminina (FERREIRA, 2003, p. 193).

Conforme Ferreira e Veiga (2013) cerca de 80% dos profissionais bibliotecários são mulheres, tendo os cargos de poder e decisão ocupados por homens. Em âmbito acadêmico, a presença feminina vem sendo objeto de estudo em nível de mestrado¹ como modo de romper com a lacuna científica que distancia as questões de gênero à Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A veiculação de discursos que contempla as mulheres é recente. Forrest (2014) aponta que as mulheres contribuíram nas decisões para a construção do país, porém os poucos materiais relegavam à margem a participação e desempenho feminino.

A maioria desses estudos coloca em discussão a imagem que se tinha da mulher até o século XIX, quando esta era identificada – e identificava-se – como 'pária' da sociedade,

¹ Dissertação intitulada “A presença do feminino na Ciência da Informação brasileira: aspectos epistemológicos, históricos e contemporâneos” no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” sob orientação da professora doutora Deise Maria Antonio Sabbag.

condição que serviu para construir a imagem da "diferença" e da "exclusão", constitutiva da consciência-identidade feminina neste século (CUNHA, 2008, p. 143).

Injetar um novo olhar na história da Biblioteconomia brasileira requer uma “atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas” (FOUCAULT, 1999) próprio. Assim, adota-se a genealogia foucaultiana como guia para este processo. Não implica em apagar a história já contada, mas em englobar as mulheres na reescrita desta história. Operar com a genealogia requer pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos (FOUCAULT, 1979).

O contexto introdutório sobre o ensino e a consolidação da Biblioteconomia brasileira remete a um tema pouco tratado pelos profissionais e pesquisadores (SOUZA, 2006). Estudos como Castro (2000), Pinto (2015), Russo (1966) Sabbag (2012), Souza (1990), Weitzel (2009) demonstram investimento científico acerca deste período.

Em 1911 no Rio de Janeiro, a Lei 2.356 e do Decreto 8.835 prevê alterações na estrutura da Biblioteca Nacional, dentre elas a criação do curso de Biblioteconomia sob a direção de Manuel Cícero Peregrino da Silva. Porém, apenas em 1915 recebe alunos (CASTRO, 2000; PINTO, 2000; RUSSO, 1966). Conforme Castro (2000, p. 53) este é o segundo curso na América Latina, tendo o primeiro surgido em Buenos Aires pelo “Conselho de Mulheres Argentinas” em 1903.

O curso permanece vigente até 1922 (PINTO, 2000) e inicialmente carrega dificuldades de ascensão. Em relatório referente a 1914, Peregrino da Silva relata que o curso não se concretiza pela ausência de candidatos (Biblioteca Nacional, 1915). Já em 1915, vinte e um candidatos são aceitos. O exame admissional exigia redação em Português, prova oral sobre Geografia, História Universal, História Literária, Tradução do Francês, do Inglês e Latim (BRASIL, 1915).

Sob orientação da bibliotecária americana Dorothy Muriel Gedds Gropp cria-se um curso elementar em Biblioteconomia no *Mackenzie* College na cidade de São Paulo em 1929 (RUSSO, 1966). Dorothy era responsável por ministrar o curso e organizar a biblioteca conforme a pragmática americana, modelo ainda ausente no Brasil (CASTRO, 2000). Deste curso, participam seis alunos primeiramente seguidos de uma segunda turma composta por professores interessados na promoção de novas teorias em Educação (GROPP, 1940).

Em 1930, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo anuncia um curso sob a direção de Eurico Doria de Araujo Goes, primeiro diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo. O então prefeito de São Paulo, Fabio da Silva Prado, convida os bibliotecários Rubens Borba Alves de Moraes e Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo para coordenar o curso. Em 1937, o número de matrículas atinge 215 (RUSSO, 1966). O exame admissional exigia exame de inglês, francês, conhecimentos gerais e datilografia, além do ginásio e mais um ano de estudo (PRADO, 1988).

2 DESENVOLVIMENTO

Neste efêmero discurso acerca dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, podem-se explicar inúmeros aspectos. Cabe aqui, enquadrar a profissão enquanto área predominantemente feminina. Tem-se a busca arqueológica de reconstituir atrás do fato toda uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005). Assim, esta pesquisa enquadra-se como documental e exploratória e recorre às propostas arqueológicas e genealógicas foucaultiana. Relatar os acontecimentos discursivos implica considerar

“[...] de um lado, as condições de existência que determinam a materialidade própria de um enunciado; de outro, sua singularidade única e aguda, interrogando como ele, o enunciado, pôde-se formar historicamente e em quais realidades – econômicas, sociais, culturais, políticas etc. – ser articula” (KOGAWA; WITZEL, 2013, p. 337-338).

Vê-se na foto da aula inaugural do curso de Biblioteconomia, a presença de homens principalmente. Já o curso em São Paulo, conforme se pode considerar pelo relato de Laura Russo acerca dos alunos que receberam bolsas (RUSSO, 1966), vê-se a ascensão de um público feminino.

Moraes (1988) narra que anteriormente à criação dos cursos em Biblioteconomia, os responsáveis pelas bibliotecas eram nomeados porque gostavam de livros, e eram, geralmente, poetas, escritores, etc., e o resultado prático lamentável (MORAES, 1988). Este “lamentável” requer cuidado, organização, asseio compatíveis com as características tidas como femininas. Olinto (1997) expõe que a mulher vê na profissão de bibliotecária, espaço para suas habilidades executadas no âmbito privado:

A mulher na profissão de bibliotecária também pode estar procurando refletir de múltiplas formas as suas atividades no lar. Na organização e funcionamento da biblioteca se espelhariam as suas incumbências relativas à organização e funcionamento da casa; no

interesse pelos livros estaria implícito o seu papel de produtora de cultura, aceitando chances restritas de carreira e de exercício de autoridade a bibliotecária estaria simbolizando a sua subordinação na esfera doméstica (OLINTO, 1997, p. 8).

Historicamente, a profissão de escritor é uma função masculina, de modo que atividades como ler, escrever foram incorporadas lentamente ao universo das mulheres.

Figura 1 - Parte do auditório da lição inaugural do curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional, em 10 de abril de 1915.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1915.

Sabe-se que o ensino era elitista e adentrar as escolas e universidades era raro, cabendo muitas vezes às meninas aprenderem com preceptores ou em conventos para seguir em vida religiosa. Desconhece-se o currículo integral nas primeiras escolas brasileiras. Observa-se que em 1827, a lei vigente previa o ensino das “artes do lar” às meninas aprendam nas escolas públicas, as “artes do lar” (STAMATTO, 2002).

Deste modo, infere-se que a Biblioteconomia, inicialmente, mantem-se bibliotecas jesuíticas com bibliotecários homens. Posteriormente, ao adentrar os cursos superiores e uma “necessidade de todos” demanda uma organização, um zelo tido como característica feminina. Assim, conseqüentemente, vê-se a desvalorização da área.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico da Biblioteconomia brasileira envereda-se para uma compreensão que assimile a perspectiva de gênero como parte dos olhares que este profissional recebe em



nossa sociedade. Faz-se necessário mobilizar estudos que analisem, critiquem e rompam com este lugar que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação ocupam. Deve-se ter “[...] a revisão de seu ensino e a busca de uma práxis social, que assuma um caráter revolucionário – transformador de realidade” (FERREIRA, 2003, p. 190).

A genealogia foucaultiana cinza, meticulosa, paciente (FOUCAULT, 1979) fornece subsídios teóricos viáveis de serem aplicados neste que busca, a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos e dos acidentes: ela não pretende voltar ao tempo para restabelecer a continuidade da história, mas procura, ao contrário, restituir os acontecimentos na sua singularidade (REVEL, 2005).

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 37, 1915. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_037_1915.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

CASTRO, A. C. **História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

ENTREVISTA com Heloísa de Almeida Prado. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 21, n. 3/4, p. 101-106, 1988. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11016>>. Acesso em: 16 set. 2017.

ENTREVISTA com Rubens Borba de Moraes. **ABDF – Boletim Informativo**, Brasília, v. 1 n.7, p. 3-5, set. 1988.

FAÉ, R. A genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jun. 2018.

FERREIRA, M. M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, ago. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FERREIRA, M. M., VEIGA, M. A. P. Bibliotecários, trabalho e salário: o profissional da informação na sociedade de mercado. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, Maranhão. **Anais...** Maranhão, UFMA, 2013. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/bibliotecarios-trabalhoesalario-oprofissionaldainformacaonasociedadedemercado.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.



FORREST, N. P. R. **Gênero e relações de poder na Biblioteconomia**: FCI e BCE -1966 – 2014. 85 f. 2014. Monografia (bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1979. 24. ed.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KOGAWA, J. M. M., WITZEL, D. G. Acontecimento discursivo e memória de imagens na reprodução de sentidos "controlados" pela mídia. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 2, p. 337-357, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322013000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2018.

OLINTO, G. Biblioteconomia e profissões femininas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luis, MA. **Anais...** São Luis, 1997.

PINTO, E. M. História do ensino de biblioteconomia no Brasil: da fundação na Biblioteca Nacional à criação na Universidade de Brasília – 2015. 67 f. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUSSO, L. G. M. **A biblioteconomia brasileira**: 1915-1965. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

SABBAG, D. M. A. **Caminho teórico-metodológico delineado pelo curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional**: aspectos teóricos que fundamentam o ensino de Organização e Representação do Conhecimento no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Relatório de Pesquisa.

SOUZA, F. C. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: UFSC, 1990.

SOUZA, F. C. O discurso sobre a educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil: caminhos teóricos-metodológicos para a compreensão. In: CUNHA, M. V.; SOUZA, F. C. **Comunicação, gestão e profissão**: abordagens para o estudo da Ciência da Informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 151-172.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal. **Anais...** Natal, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/node/85>>. Acesso em: 19 jul. 2018.



WEITZEL, S. R. **Origem e fundamentos do ensino do Desenvolvimento de Coleções:** a partir da 1ª fase do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Relatório de Pesquisa.

AÇÕES DE DIFUSÃO APLICADAS NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS E HISTÓRICOS DE SANTA CATARINA

Bruna Brenda Mafra (UFSC)

Camila Monteiro de Barros (UFSC)

DIFFUSION ACTIONS APPLIED IN THE MUNICIPAL AND HISTORICAL ARCHIVES OF SANTA CATARINA

Resumo: Os arquivos devem facilitar a consulta dos documentos pelos usuários, através da difusão, como também atividades culturais, e promoção da pesquisa, assim, desenvolvendo também sua função social. O artigo tem como objetivo investigar quais ações de difusão são realizadas pelos arquivos públicos municipais e históricos do estado de Santa Catarina. Conhecendo as ações de divulgação existentes é possível sugerir determinados aperfeiçoamentos de forma a contribuir para a visibilidade dos arquivos. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva e de natureza quali-quantitativa. Para a seleção dos Arquivos municipais e históricos foi realizado um levantamento, a partir do “Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos” disponível no site do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. O processo de coleta de dados foi realizado através da aplicação de um questionário. A partir das informações coletadas foi possível concluir que as ações de difusão mais realizadas pelos arquivos municipais e históricos são as de difusão cultural, e de assistência educativa como: “Palestras em outras instituições”, “Visita guiada na instituição”; “Espaço no website da instituição mantenedora” e “material impresso de divulgação”.

Palavras-Chave: Ações de difusão. Arquivos. Visibilidade.

Abstract: The archives should facilitate the consultation of documents by users and, through the diffusion, as well as cultural activities, and promotion research, thus also developing their social function. The article aims to investigate what diffusion actions are carried out by the municipal and historical public archives of the state of Santa Catarina. Knowing the existing disclosure actions, it is possible to suggest certain improvements in order to contribute to the visibility of the archives. The research is characterized as exploratory, descriptive and of qualitative-quantitative nature. For the selection of the Municipal and Historical Archives, a survey was carried out, based on the “National Register of Custodian Entities for Archival Collections” available on the website of the National Council of Archives – CONARQ. The data collection process was performed through the application of a questionnaire. Based on the information collected, it was possible to conclude that the most diffused actions carried out by the municipal and historical archives are those of cultural diffusion and educational assistance such as: “Lectures in the other institutions”, “Guided tour of the institution”; “Space on the website of the maintaining institution” and “printed material for disclosure”

Key-words: Diffusion actions. Archives. Visibility.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos públicos possuem como principais funções: recolher, custodiar, preservar, bem como organizar os fundos documentais originados na área governamental, de forma a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador (BELLOTTO, 2006). Os arquivos devem facilitar a consulta dos documentos pelos usuários e, através da difusão, isto pode ser realizado

de maneira mais eficiente e eficaz. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) não possui definição quanto ao termo difusão, porém, conceitua “divulgação” como “Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” e “disseminação” como “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (ARQUIVO NACIONAL BRASIL, 2005, p. 72). Rockembach (2015) explica que deste “público” fazem parte tanto o usuário real, quanto outros interessados que desconhecem a existência do arquivo, e dependem, portanto, de atividades de divulgação de serviços e acervos para tomarem conhecimento.

Conforme Menezes (2012), a difusão é também uma das funções da Arquivística, assim como a produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação e descrição dos arquivos. A difusão é uma função importante, pois cumpre a missão de facilitar o acesso aos documentos, de forma que estes possam ser consultados posteriormente criando demandas para o arquivo. Rockembach (2015) complementa ao dizer que a difusão é uma das finalidades da existência dos arquivos e somente pode ser bem exercida se as demais forem realizadas de forma eficiente.

Deste modo, surgiu o seguinte questionamento: quais ações de difusão são realizadas nos arquivos públicos municipais e históricos do estado de Santa Catarina?

Para responder a questão, esta pesquisa busca investigar ações de difusão dos arquivos públicos municipais e históricos do Estado de Santa Catarina, e contextualizá-las. Os arquivos poderiam ganhar maior reconhecimento social se também fossem realizadas ações de difusão, entendendo que tais ações contribuem para a visibilidade destes no meio social. Assim, a escolha do tema desta pesquisa se justifica pela relevância social da divulgação de serviços e documentos custodiados nos arquivos públicos.

2 DIFUSÃO EM ARQUIVOS

O DBTA (2005, p. 27) define Arquivo como: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes” e “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.”

Assim, o arquivo é tanto o conjunto de documentos como a própria instituição que custodia, preserva, conserva e permite o acesso a esses documentos.

De acordo com Santos e Medeiros (2012, p. 8) “os arquivos com fins administrativos são aqueles que atendem as demandas da instituição que o criou, sendo também caracterizados por estarem em sua primeira fase [...]”, entretanto, “é na fase permanente ou a terceira idade do ciclo documental, que estes assumem além da função de prova e/ou testemunho a de histórico/ cultural”. O documento em fase permanente caracteriza-se pelo seu valor secundário, permitindo que o arquivo desenvolva também sua função social. Portanto, os arquivos tratados nessa pesquisa são os de caráter permanente.

Além de cumprir com suas funções precípuas, os arquivos devem explorar também atividades culturais, desenvolvendo sua função social através de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa, conforme Bellotto (2006). Dessa maneira é possível que o arquivo contribua para a sociedade de forma a atender suas necessidades informacionais, como também, facilite na posterior recuperação e acesso às informações.

Existem diversas formas de difusão; Bellotto (2006) expõe três delas e as classifica como: Serviços Editoriais, os quais consistem as publicações dos instrumentos de pesquisa, como os manuais, as edições de textos, monografias de caráter histórico, os catálogos seletivos e as edições comemorativas; Difusão cultural, a qual promove através de atividades culturais como palestras, exposições, debates, lançamento de obras e concursos, bem como simpósios, congressos e reuniões sobre a profissão e prática arquivística e/ou histórica, e também a outros campos da cultura; Assistência educativa trata de atividades como aulas no arquivo nas áreas de história e estudos sociais, exposições destinadas ao público escolar (ensino fundamental e médio), visitas guiadas no arquivo e publicação de textos e documentos pedagógicos.

Além das ações de difusão classificadas por Bellotto, existem também as ações em meio virtual, como explica Pozzebon (2011, p. 17) “é cada vez maior a necessidade de difusão de serviços de arquivo por meio da internet. É sabido que muitas das maneiras de se ter conhecimento de uma instituição arquivística se dá por meio de sítios que divulgam o seu trabalho, bem como sua documentação.” (POZZEBON, 2011, p. 17, grifo do autor). Ainda conforme a autora, esta é uma forma de difusão muito eficaz, pois nem sempre é possível ir ao local (físico) do arquivo, assim, os serviços prestados online auxiliam o usuário.

Concordamos com Menezes (2012) ao dizer que é indispensável que os profissionais da informação desenvolvam páginas na web, e que é dever do arquivista estar atento ao que está sendo divulgado nesse meio.

Desse modo, as formas de difusão através da internet podem ser por meio de sítios, conforme Pozzebon (2011) e até mesmo por mídias sociais, como blogs, Facebook, Twitter entre outras. Portella (2012) explica que estas ferramentas de comunicação são de uso gratuito e de fácil entendimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa aplicada, pois, “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Quanto à abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, pois se refere à qualidade da pesquisa e preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, bem como se centra na objetividade, e considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. Este tipo de pesquisa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, conforme as autoras Gerhardt e Silveira (2009).

Os objetivos configuram uma pesquisa exploratória e descritiva, pois visam proporcionar maior familiaridade com um problema, de forma a torná-lo explícito; descrevendo características de determinada população/fenômeno (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, pois trata de um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, ou várias instituições. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação. No estudo de caso o pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado e sim revelá-lo tal como percebe. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 39).

Para a seleção dos Arquivos, foram levantados, no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), por intermédio do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos os arquivos de caráter histórico e que disponibilizavam endereço de e-mail em seus sites, totalizando 17 Arquivos. Desses, quatro arquivos foram aleatoriamente



selecionados para o pré-teste do questionário. Assim, o corpus final foi constituído de 13 arquivos.

O processo de coleta de dados foi realizado através da aplicação de um questionário enviado por e-mail nos endereços disponíveis no site do CONARQ, no período de maio de 2018. A escolha do questionário foi por se tratar de um procedimento de coleta de dados vantajoso, devido à economia de tempo, obtenção de respostas rápidas e precisas, e sem a indução de maneira alguma do pesquisador.

O questionário foi composto de duas partes: a 1ª parte contém um cabeçalho com a identificação da pesquisa, sua finalidade e objetivos, autoras, informações de contato e informações sobre o sigilo dos dados coletados. A 2ª parte contém as perguntas: as cinco primeiras perguntas caracterizam o perfil dos respondentes, sua formação, função, tempo de trabalho na instituição. As demais perguntas se referem à instituição, se esta possui arquivista, se a documentação da instituição recebeu tratamento técnico, se esta realiza ações de divulgação e quais. A última questão é um espaço aberto para que o respondente pudesse deixar um comentário, caso desejasse.

O pré-teste foi realizado no final do mês de abril de 2018, com quatro respondentes, acarretando apenas pequenos ajustes, sem modificações significativas na estrutura e conteúdo do questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 13 questionários enviados aos arquivos, apenas sete nos responderam. Para a análise, iremos considerar os sete questionários respondidos como 100% da pesquisa.

A primeira questão se referia à escolaridade dos respondentes, possuindo duas opções de resposta: ensino médio (completo ou incompleto) e ensino superior (completo ou incompleto). Como resposta, obtivemos que seis dos respondentes possuem ensino superior e apenas um possui ensino médio.

Aqueles que afirmaram possuir ensino superior completo ou incompleto, responderam à segunda pergunta que se refere a qual curso superior o respondente possui. Obtivemos as seguintes respostas: “Pedagogia e licenciatura/ bacharel em história”; “Licenciatura em história”; “Curso de história, pós-graduação em história, especialização em administração de arquivos”; “Arquivologia”; “Secretariado executivo”; “História”. Assim, pelos resultados

obtidos, podemos dizer que a maioria (4) possui graduação em História, enquanto apenas um possui graduação em secretariado executivo e apenas um possui graduação em Arquivologia.

Na terceira pergunta de caráter aberto, os respondentes declararam a função exercida na instituição. Obtivemos as seguintes respostas: “Historiadora”; “Estagiário no Arquivo Histórico”; “Auxiliar”; “Diretora do Patrimônio Histórico e Museólogo”; “Arquivista”; “Responsável pelo arquivo”; “Historiador”. Com essas respostas, pode-se perceber que a formação dos profissionais que atuam nos arquivos é voltada mais para a área de História do que de Arquivologia, ou outras áreas afins.

A quarta pergunta do questionário sobre há quanto tempo o respondente trabalha na instituição. Três respondentes têm de 1 a 4 meses de trabalho na instituição, os demais declaram ter 24 anos; 42 anos; 1 ano e 4 meses e 12 anos de experiência na instituição. A partir dessas respostas é possível perceber a divergência dos resultados, pois metade dos respondentes trabalha apenas há poucos meses na instituição, enquanto a outra metade há mais de um ano.

Saindo da caracterização dos respondentes e iniciando a caracterização da instituição em si, a quinta questão teve por intuito verificar se a instituição possui arquivista. A maioria dos respondentes, seis (85,7%) respondeu que não possui, enquanto apenas um (14,3%) respondeu que possui arquivista atuando. Esse parece um quadro preocupante, é uma questão a ser refletida e que deve ser modificada.

A sexta questão abordou se a documentação da instituição recebeu tratamento técnico (Classificação, registro, etc.), possuindo três opções de resposta: sim, não e parcialmente. Os seguintes dados foram obtidos como resposta: dois responderam que sim; um respondeu que não; e quatro responderam parcialmente. Percebe-se dessa maneira, a necessidade de realizar tratamento técnico nos documentos da instituição, visto que apenas 28,6% dos arquivos realizam tratamento técnico no seu acervo.

A sétima pergunta trata de uma complementação à pergunta seis por se referir também à questão de tratamento técnico dos documentos. Esta pergunta de caráter aberto questiona: “Caso a documentação tenha recebido tratamento técnico de forma parcial. Qual (is)?” As respostas foram: “Higienização, arranjo e acondicionamento, mas nem todo acervo passou por esse procedimento.”; “classificação parcial, contendo descrição, tipologia e suporte, nada mais

além disso”; “O acervo institucional recebeu o tratamento conforme a estrutura orgânica da instituição respeitando a formação dos fundos”; “higienização (extração de cliques e grampos)”. Ainda que o tratamento técnico do acervo não ocorra de forma ideal, as respostas sugerem que há uma preocupação com esse aspecto.

Sobre a realização de ações de divulgação (pergunta oito), dois afirmam que o arquivo não realiza divulgação e cinco afirmam que o arquivo realiza. Esses cinco respondentes especificaram o tipo de divulgação realizada, segundo as opções fornecidas: Exposições – 2; Palestras em instituições – 2; Palestras em outras instituições – 4; Palestras em escolas e; ou universidades – 2; Visita guiada na instituição – 3; Redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram) – 1; Website próprio – 1; Espaço no website da instituição mantenedora (Secretaria, prefeitura, etc.) – 3; Publicações da instituição (Revista, informativos) – 1; Material impresso de divulgação (folheto, panfleto) – 3. Com essas respostas pode-se observar que todas as alternativas foram preenchidas, ou seja, as instituições tem realizado todas as ações de divulgação que foram elencadas. A ação mais realizada pelos respondentes, 80% (quatro arquivos) é a promoção de Palestras em outras instituições, seguida por Visita guiada à instituição; Espaço no website da instituição mantenedora e material impresso de divulgação realizadas por 60% (3) respondentes.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se em relação à pesquisa que, mesmo com poucos respondentes, pode-se observar que as ações de difusão são realizadas quase que em sua totalidade, de acordo com o que foi exposto acerca da literatura da área, em comparação com as respostas do questionário. Mesmo que a aplicação dessas ações seja realizada de maneira incipiente, já é um grande passo dos arquivos, para promoção dos mesmos, o que também contribui para visibilidade e pode servir de inspiração para que outras instituições possam começar a realizar também essas ações.

É importante ressaltar que não basta somente atrair a população para o arquivo, e sim estimular para que sintam a necessidade de retornar ao arquivo, visto que os arquivistas e os profissionais da informação, de forma geral, são mediadores entre os usuários e as informações e é dever destes estar atento ao que é divulgado.



REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/category/entidades-custodiadoras-do-estado-de-santa-catarina.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.6, n.3, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

PORTELLA, Viviane Portella de. **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11007>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

POZZEBON, Flávia. **Difusão de informação e acessibilidade de arquivos: um estudo dos sítios dos arquivos públicos da região Sul do Brasil**. 2011. Monografia (Pós-graduação lato-sensu gestão em arquivos). Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polêsine, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/13259>>. Acesso em: 19 fev. 2018

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SANTOS, Thais Hellen do Nascimento; MEDEIROS, José Washington de Moraes. **Acesso e uso da informação sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5., Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/encontros.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

ANÁLISE DE POLÍTICAS DE ARQUIVO E PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Evelin Mintegui (UFSC/FURG)

ANALYSIS OF PUBLIC POLICY OF ARCHIVES AND CULTURAL HERITAGE IN BRAZIL

Resumo: Este trabalho apresenta proposta de pesquisa acerca de políticas públicas de arquivo e patrimônio cultural no Brasil, demonstrando a problemática, a metodologia e os resultados esperados com a pesquisa: verificar a hipótese de que arquivos são objeto de políticas públicas distintas, e que as dimensões de patrimônio e gestão são consideradas de maneira distinta, por instituições e atores políticos distintos. O objetivo geral é analisar as políticas públicas de arquivo no Brasil, e suas relações com as políticas públicas de patrimônio cultural, apresentando como objetivos específicos: descrever as políticas públicas de arquivo e de patrimônio culturais aplicáveis a arquivos na esfera federal e examinar o inter-relacionamento entre as duas categorias de políticas públicas. Como metodologia propõe-se a análise de toda legislação brasileira relacionada ao patrimônio cultural, através da aplicação de filtros que selecionem todos os documentos que se relacionem a patrimônio arquivístico. Depois de selecionados tais documentos, propõe-se o mapeamento de seus atores, processo de constituição e instituições previstas para sua implementação, especialmente através da análise dos projetos que deram origem a essas leis. Como resultado espera-se verificar a hipótese de pesquisa, comprovar a utilidade desse tipo de pesquisa para o campo da ciência da informação e que tal análise possa servir como instrumento de apreensão da realidade política em relação aos arquivos.

Palavras-Chave: Arquivos; Patrimônio cultural; Políticas públicas.

Abstract: This work presents a research proposal about public archive and cultural heritage policies in Brazil, demonstrating the problematic, methodology and expected results of the research: verify the hypothesis that archives are the object of distinct public policies, and that the dimensions of patrimony and management are considered separately by different institutions and political actors. The general objective is to analyze public archival policies in Brazil, and their relations with public policies of cultural heritage, presenting as specific objectives: describe the public archival and cultural patrimony policies applicable to archives at the federal level and examine the inter-relationship between the two categories of public policies. As a methodology it is proposed the analysis of all Brazilian legislation related to cultural heritage, through the application of filters that select all documents related to archival heritage. After selecting such documents, it is proposed the mapping of its actors, the constitution process and institutions for its implementation, especially through the analysis of the projects that gave rise to these laws. As a result, it is expected to verify the hypothesis of research, to prove the usefulness of this type of research for the field of information science and that such analysis can serve as an instrument of apprehension of the political reality in relation to the archives.

Keywords: Archives and records; Cultural heritage; Public policies.

1 INTRODUÇÃO

Entendendo políticas públicas como instrumentos para a ação do Estado, propõe-se verificar as propostas e ações destinadas aos arquivos. É interessante chamar a atenção para o caráter não apenas normativo das políticas públicas. Como veremos adiante, costuma-se abordar uma política pública através de sua sistematização em um ciclo que passa por sua



formulação, implementação e avaliação. Os conjuntos de documentos que comprovam atividades de instituições e pessoas (arquivos), entretanto, podem ser alvo de políticas distintas no país. Essa é uma hipótese de pesquisa a ser confirmada. Nos parece que eles podem, conceitualmente, estar passíveis de tratamento tanto pelo âmbito de políticas públicas específicas para os documentos produzidos pela gestão das atividades do estado, nos três poderes e em suas três esferas (federal, estadual e municipal), normatização que reconhece o papel de instituições arquivísticas públicas na guarda de documentos privados de interesse público (fundos não produzidos pelo Estado), mas também por políticas públicas de patrimônio, que em suas diferentes concepções, reconhece o patrimônio documental como componente de determinada identidade cultural do país.

Assim, este projeto tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de arquivo no Brasil, e suas relações com as políticas públicas de patrimônio cultural, em vigor no país, na esfera federal, já que a preservação, o acesso e o uso dos arquivos depende de ações dos governos. O recorte temporal foi baseado na vigência da última Constituição Federal, e o limite à esfera federal foi colocado não somente pelo prazo para a realização da tese, mas também por servir de base para demais políticas públicas em outros níveis. Como objetivos específicos elencaram-se os seguintes: descrever as políticas públicas de arquivo e de patrimônio cultural aplicáveis a arquivos, da esfera federal e examinar o inter-relacionamento entre as duas categorias de políticas públicas.

Justifica-se a inclusão da temática da pesquisa na Ciência da Informação por sua pertinência com uma linha conhecida como economia política da informação, surgida de um conjunto de preocupações resultantes da constatação da distribuição desigual de informação entre diferentes países. Tal linha teria se iniciado a partir de estudos voltados para questões de democratização, acesso e uso da informação como defesa em regimes informacionais hegemônicos. Em um primeiro momento, calcada no paradigma físico, mas logo ampliando-se diversas outras problemáticas, levando essa linha de pesquisa a considerações mais cognitivas e sociais, entre as quais entendemos a análise de políticas públicas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO E DE ARQUIVOS NO BRASIL

O conceito de políticas públicas envolve o poder do Estado em ação. Uma conceituação inicial é de “intervenções do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas,



sociais e administrativas, sendo que as ações de administração pública se reportam também às atividades de auxílio imediato no exercício do governo” (RODRIGUES, 2011, p. 18-19). Por sua vez, governos são conjuntos de indivíduos que ocupam cargos de direção dos Estados. Governos têm poder político para tomar decisões, e as tomam levando em consideração os interesses de diversos atores, e em tese, em uma democracia, tais interesses são constantemente negociados com outros atores políticos.

Atores políticos podem ser individuais ou coletivos, privados (os que influenciam na forma das políticas públicas) e públicos (os que tem poder para tomar decisões sobre políticas públicas). Trata-se, portanto, de um processo de “compatibilização entre objetivos e meios”, que apresenta duas dimensões: uma técnica e uma política (Howlett et. al., 2013, p. 6). A primeira procura identificar os instrumentos mais adequados para a solução de problemas. Este é o aspecto de apoio aos profissionais especializados em determinada área de conhecimento. A dimensão política abarca os aspectos de disputa tanto pelas soluções, quanto pela própria identificação da questão como um problema.

De acordo com Rua (2009) os atores de uma política pública são os membros dos grupos que integram o sistema político. Basicamente existiriam dois tipos de atores, os estatais/públicos e os privados. Estatais/públicos provenientes do Governo ou Estado exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a estas funções. São os políticos, eleitos pela população e os servidores públicos, que atuam no segmento burocrático. Os atores públicos políticos são aqueles cuja posição resulta de mandatos eletivos, como parlamentares, governadores, prefeitos. Os atores públicos burocratas são aqueles que ocupam cargos que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de carreira pública. Por sua vez, os atores privados são os provenientes da sociedade civil, formados pelos grupos de sindicatos, empresários, grupos de pressão, imprensa, associações, trabalhadores. Atores políticos também podem ser coletivos, atuando enquanto grupos organizados (igrejas, movimentos sociais, ONGs).

As políticas públicas, além de caracterizarem-se como forças motrizes do Estado compõem objeto do campo de estudos da ciência política. De acordo com Rodrigues (2011) o crescente interesse da sociedade na maneira como os tributos se transformam em retorno coletivo tem motivado a atração pela temática e provocado aumento nesse tipo de estudo, mas

isso também se explicaria porque analisar políticas públicas nos auxilia a compreender as causas e consequências das decisões políticas: quais decisões foram tomadas, por que e se tais decisões estão atingindo os objetivos esperados. Nesse sentido, as políticas públicas constituem, de forma independente, campo de interesse para diversas outras disciplinas, porque o processo de formulação e implementação depende de dados e interpretações que demandam a ação de especialistas no âmbito determinado. Procurar compreender as políticas públicas através de seus elementos, ou seja, atores sociais, processos e decisões, parece ser uma ferramenta analítica também apropriada para compreender as dinâmicas que definem a gestão e a preservação de arquivos no país.

Entretanto, existem diferentes modelos, que partem de diferentes pontos de vista acerca do funcionamento do Estado e dos governos. Neste trabalho apresentamos apenas o modelo de ciclos (ou processos de gestão) das políticas públicas. Trata-se de um recurso de análise em que as políticas públicas são concebidas como conjunto de atividades, desenvolvidas de modo a atender os interesses da sociedade. (RODRIGUES, 2011). Existem diferentes interpretações e propostas desse modelo. Rodrigues (2011, p. 47) cita seis etapas: “preparação da decisão política, agenda setting, formulação, implementação, monitoramento e avaliação”. A primeira fase, de preparação da decisão política envolve as questões sobre se o governo decidiu ou não se envolver no problema que dá origem à política pública em questão, como e com que recursos tal problema foi inserido na agenda (capital social, econômico, político). A segunda, de formação da agenda, envolve considerações acerca do ambiente político que permite ou não a colocação do problema como parte das preocupações do governo, uma vez que alguns problemas ganham espaço e outros não. A terceira fase é a de formulação: trata-se do momento em que o governo “desenha” a resposta ao problema político, através da definição de seus objetivos, seu marco jurídico, bem como recursos administrativo e financeiro. Neste momento pode haver a mobilização de atores políticos para que existam formulações alternativas, que entrarão em disputa com a primária. A próxima etapa refere-se ao momento de implementação da política pública, e envolve questões acerca das possibilidades de colocação da ação em prática, sobre a relação entre meios e fins da política. A seguir, o monitoramento representa a fase de controle pontual sobre a implementação, levando em conta a maximização do desempenho, mas também a adequação dos meios aos fins. Por fim, a

avaliação consiste em uma análise a posteriori, que verifica se as metas foram atingidas de fato, e permite orientar a tomada de decisões no futuro (RODRIGUES, 2011).

Consideramos a análise de políticas públicas, ou seja, a quebra das políticas de patrimônio e de arquivo como recurso para atingir os objetivos desta pesquisa. Sobre o conceito de patrimônio, observa-se uma profusão conceitual, que, com cada adjetivação nos apresenta uma faceta da maneira como ele é considerado na contemporaneidade. Defere-se que o patrimônio representa uma determinada imagem de sociedade, e que tal imagem deve ser avaliada com olhar crítico, à partir do qual podemos vislumbrar suas características. Em relação ao conceito de patrimônio e suas variações de patrimônio histórico e patrimônio cultural, convém fazer algumas considerações. A ideia primitiva de patrimônio remete à herança transmitida, do pai aos filhos. Essa imagem familiar de bens comuns que representam um passado ideal de determinado grupo de pessoas começa com a nobreza e a consolidação dos Estados Nacionais europeus. A princípio, elegem-se como símbolos especialmente monumento, entre os quais aqueles arqueológicos, mas logo alguns representativos de marcos históricos e da arquitetura erudita. Esses monumentos de representação de acontecimentos consistiam, assim, no patrimônio histórico (LEMOS, 1981). Com o passar do tempo, além dos monumentos foram sendo incorporados ao conjunto representativo do passado das sociedades os conhecimentos e técnicas de desenvolvimento dos próprios artefatos, bem como o espaço que permite que esses saberes e fazeres sejam possíveis. Assim, além dos monumentos, outros tipos de bens culturais passam a ser reconhecidos como parte do patrimônio de uma sociedade, bem as paisagens naturais e urbanas, e, mais recentemente, os saberes, fazeres e crenças, que compõem aquilo que entende-se como patrimônio imaterial (LEMOS, 1981; CANCLINI, 1994).

Observa-se que o conceito de patrimônio foi, aos poucos, incorporando o conceito antropológico de cultura, que inclui os usos sociais presentes e múltiplos dos artefatos pelas pessoas, de maneira muito menos coesa e representativa de um passado monumental de um país, como era a de patrimônio histórico. Por isso, em determinados contextos, patrimônio histórico e patrimônio cultural podem ser considerados sinônimos, em outros, podem representar fases diferentes do processo de compreensão da composição do patrimônio (LEMOS, 1981). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ainda preserva



em sua nomenclatura um conceito mais tradicional, embora em sua missão declare uma abordagem claramente cultural do que entende por patrimônio. O interesse desta pesquisa repousa sobre as políticas de patrimônio cultural em vigor no Brasil, identificadas, num primeiro momento, à partir de seus dispositivos normativos, divulgados pelo IPHAN.

Arquivos são conjuntos de documentos criados para os fins de existência de uma organização, pessoa ou família. Na legislação brasileira, a definição de arquivo apresenta ainda a ideia de gestão de um ciclo de vida, em que se toma os documentos como correntes, intermediários e permanentes, independentemente do tipo de suporte. Esses princípios de formulação da política nacional de arquivos públicos e privados são dados pela Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991). A referida Lei também cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e estabelece o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Este último é definido como uma “rede” de instituições arquivísticas com competências derivadas das diferentes instâncias (federal, estadual e municipal) dos diferentes poderes (executivo, legislativo, judiciário). Essas instituições regulariam, dentro de suas esferas de competência e através de sistemas menores, todos os processos referentes aos documentos de arquivo, desde sua produção até a guarda permanente, todos regulados pelo executivo federal através do Arquivo Nacional, que preside o SINAR e o CONARQ (BRASIL, 2002).

Desde sua implantação e no decorrer do avanço da arquivística no Brasil, tal configuração tem sofrido diversas críticas. Uma delas se refere à centralização das competências ao Poder Executivo Federal, conforme bem apontou Jardim (1995). Além disso, essa política não prevê dotação orçamentária própria. Nem mesmo os diversos decretos e regulamentos acessórios obriga qualquer um dos “nós” da suposta rede a organizar seu núcleo de administração de arquivo. Essa falta de sistematicidade levou o mesmo Jardim a afirmar que não haveriam políticas públicas arquivísticas no país (JARDIM, 2010), afirmação da qual discordamos. Parece-nos que os arquivos no Brasil podem ser alvo de dois tipos distintos de valoração para a escolha daquilo que se quer preservar, ambas bastante complexas, com distintos critérios. Tais escolhas refletem nas fontes de informação disponíveis aos cidadãos brasileiros, porque as políticas públicas em questão determinam diretamente a qualidade do acesso à informação, direito garantido pela Constituição. Cabe considerar que a ideia de

arquivo extrapola a ideia comum de conjunto de papéis. Conceitualmente, pode-se considerar, por exemplo, um conjunto de documentos digitais tombado como patrimônio cultural.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivo, documental quanto ao tipo de procedimentos. Para a análise dos dados serão utilizados análise de conteúdo e análise de políticas públicas. A análise de conteúdo compõe-se de um conjunto de técnicas que auxiliariam a interpretação com validação dos conteúdos. Existem diferentes concepções acerca dessas técnicas, com o consenso de serem aplicáveis a qualquer tipo de registro de comunicação, seja ela verbal ou não verbal. Entre essas técnicas destaca-se para este estudo a categorização, que é uma etapa não obrigatória, mas que operaria em torno de princípios para a classificação dos elementos. O analista deve delimitar as unidades de codificação de acordo com semântica, sintática, léxica e expressiva. A categorização comporta duas etapas: inventário e classificação. Categorias apropriadamente escolhidas seriam homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas aos elementos classificáveis (BARDIN, 2004).

Em nossa proposta a análise categorial será aplicada no *corpus* de dispositivos normativos: uma compilação da legislação sobre patrimônio cultural no país. Será realizada a inclusão de todos os 37 documentos contendo a legislação coletada na ferramenta Mendeley². Cada documento será identificado com uma ou mais etiquetas que identifiquem o conteúdo de cada dispositivo normativo, representando a etapa de análise categorial da análise de conteúdo. À princípio supõem-se interessantes as seguintes categorias: patrimônio edificado (dispositivos referentes à definição e preservação de bens imóveis e arquitetônicos), patrimônio ambiental (dispositivos referentes à definição e preservação de bens naturais e paisagísticos), patrimônio arquivístico (dispositivos referentes à definição e preservação de bens documentais produzidos durante atividades de pessoas e instituições), patrimônio imaterial (dispositivos referentes à definição e preservação de bens imateriais, como saberes, fazeres, crenças e festas), com variações que possam vir a surgir durante a categorização. Essa categorização do conteúdo será realizada para que se possa mapear toda legislação aplicável

² O Mendeley trata-se de um software que gerencia documentos bibliográficos e fontes documentais



aos arquivos. Os que figurarem com a etiqueta “patrimônio arquivístico” serão destinadas à análise de políticas públicas.

Entende-se que o dispositivo legal é resultado da fase de formulação das políticas públicas. Através dos projetos de lei dos referidos instrumentos, buscar-se-á reconstruir o processo de formulação, bem como, mapear as instituições responsáveis pela implementação e monitoramento das ações, buscando representar as políticas através de seus processos de gestão, atingindo o primeiro objetivo específico.

O segundo objetivo específico trata de verificar se o inter-relacionamento suposto nos dispositivos normativos se dá na realidade organizacional e política, verificando se as instituições e atores políticos coincidem ou se constituem de maneira isolada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos resultados esperados, considera-se que o panorama de políticas públicas e arquivos no Brasil possa ser demonstrado com essa metodologia. Será possível verificar a hipótese de que arquivos são objeto de políticas públicas distintas, e que as dimensões de patrimônio e gestão são consideradas de maneira distinta, por instituições e atores políticos distintos. Além disso, poderá ser comprovada a colocação da análise de políticas públicas como metodologia promissora para o campo da Ciência da Informação, proposta por Jardim, Silva e Nharreluga (2009). Análises de políticas públicas podem ser úteis tanto para a apreensão da realidade ou para atuar na realidade. Nesta pesquisa, nos propomos à utilizá-la no primeiro caso, mas não se descarta que ela possa auxiliar profissionais da informação, tanto como atores políticos técnicos, seja como cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 23, 1994.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CUNHA, C. S.; CONSTANTE, S. E. The archives in Rouanet Law. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 203-211, set. - dez., 2013. Disponível em



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862013000300003>.
Acesso em 12 dez. 2017.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.

_____. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362009000100002&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 12 dez. 2017.

LEMOS, C.A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

PATRIMÔNIO CULTURAL, MUSEUS E MEMÓRIA: A LEI ROUANET ATUANDO NESSES ESPAÇOS

Keitty Rodrigues Vieira (UFSC)

Paola Thais Oliveira do Nascimento (UDESC)

CULTURAL PATRIMONY, MUSEUMS AND MEMORY: THE ROUANET LAW ACTING IN THESE SPACES

Resumo: O presente artigo discute o uso da Lei 8.313/91 – Lei Rouanet no benefício de projetos relacionados a patrimônio, museus e memória do Estado de Santa Catarina (2016 - 2017). O estudo recaiu sobre os projetos beneficiados pela iniciativa do incentivo fiscal e, na sequência, se fez a análise das vantagens do uso da lei, no âmbito catarinense, voltada aos segmentos de patrimônio, museus e memória. A pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, bibliográfica e documental. Para a coleta de dados foi utilizado a Plataforma SalicNet do Ministério da Cultura no qual foram aplicados filtros referentes ao estado, ano e tipo de projeto. Percebe-se, a partir da análise dos 15 projetos selecionados no corpus, que há o uso da Lei Rouanet a fim de beneficiar a área de patrimônio cultural, museus e memória. As cidades que mais se destacam na solicitação deste benefício foram Jaraguá do Sul, Pinhalzinho e Florianópolis. Conclui-se também que esta pesquisa auxilia na divulgação sobre as leis de incentivo fiscal, em especial a Lei Rouanet, além de discutir como o mecanismo de captação de recursos pode auxiliar as unidades de informação em sua manutenção, preservação e restauração, além de ações socioeducativas promovidas pelo próprio espaço.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; Museus; Captação de recursos; Lei Rouanet.

Abstract: This article seeks to discuss the use of Law 8.313 / 91 - Rouanet Law in the benefit of projects related to patrimony, museums and memory of the State of Santa Catarina (2016 - 2017). The study focused on the projects benefited by the initiative of the fiscal incentive and, after that, the analysis of the advantages of the use of the law, in the Santa Catarina scope, focused on the segments of patrimony, museums and memory was made. The research is descriptive and exploratory, bibliographic and documentary nature. For the data collect, the SalicNet Platform of the Ministry of Culture was used in which filters were applied referring to the state, year and type of project. From the analysis of the 15 projects selected in the corpus, one can see that there is the use of the Rouanet Law in order to benefit the area of cultural patrimony, museums and memory. The cities that stand out most in requesting this benefit were Jaraguá do Sul, Pinhalzinho and Florianópolis. It is also concluded that this research helps in the dissemination of fiscal incentive laws, in particular the Rouanet Law, as well as discussing how the fundraising mechanism can help the information units in their maintenance, preservation and restoration, as well as actions socioeducativas promoted by the space itself.

Keywords: Cultural heritage; Museums; Fund-raising; Rouanet Law.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Barbalho, Silva e Freitas (2013, p. 8), o profissional da informação precisa exercer funções como “organizar, comandar, prever, coordenar e controlar todas as atividades” e que, na maioria das vezes, devem ser realizadas em conjunto com o setor administrativo da instituição. No entanto, o desconhecimento por parte desses profissionais

acerca de leis de incentivo e/ou editais de captação impedem que tais instrumentos sejam utilizados em prol das unidades de informação.

A Lei 8.313/91, também conhecida como Lei Rouanet, em seu artigo 1º preconiza que o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) tem como finalidade a captação e canalização de recursos, dentre tantos objetivos, “preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro” e “estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória” (BRASIL, 1991).

Kadletz (2018) apresenta três grandes eixos que são abarcados pela Lei Rouanet e que possuem ligação direta com a tríade Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Tais eixos seriam: a) patrimônio cultural material e imaterial; b) museu e memória e; c) humanidades (que trata de atividades voltadas à elaboração de livros ou ações alusivas à leitura).

Tal proximidade dos objetivos da lei com as unidades de informação justificam este estudo tendo em vista a necessidade de conhecimento destes instrumentos para uma posterior utilização deles no mundo prático. Além disso, estudos como o de Nascimento (2016) e Silva (2013) permitem o diálogo da temática com a Biblioteconomia, paralelamente à pesquisa de Cunha e Constante (2013) que trata da lei no ambiente da Arquivologia, evidenciando que tal tema vem se tornando objeto de discussão nos últimos anos.

No entanto, acredita-se que os centros de documentação e de memória podem ser tão beneficiados quanto as outras unidades ressaltadas pelos autores citados anteriormente. Com isso, além do benefício propiciado pelo diálogo ao qual esta pesquisa se propõe em termos teóricos, entende-se que este estudo também pode abrir portas para as discussões existentes no ambiente prático relacionados à área de Memória e Patrimônio.

Sendo assim, torna-se pertinente questionar: No Estado de Santa Catarina, quais projetos relacionados a patrimônio, museus e memória foram beneficiados pela Lei Rouanet?

Esta pesquisa objetiva discutir o uso da Lei Rouanet no benefício de projetos relacionados a patrimônio, museus e memória do Estado de Santa Catarina, nos anos de 2016 e 2017. Para isso, se faz necessário: a) discutir sobre a Lei Rouanet; b) elencar os projetos que foram beneficiados pela iniciativa do incentivo fiscal; c) discutir as vantagens do uso da lei, no âmbito catarinense, voltada aos segmentos de patrimônio, museus e memória.

O presente trabalho encontra-se subdividido em cinco seções. Além da introdução, têm-se a explanação acerca dos conceitos de patrimônio, museus e memória a partir da perspectiva das leis de incentivo fiscal. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para este estudo, seguido da apresentação e discussão dos resultados. Por fim, algumas considerações finais foram apontadas a partir da análise dos dados desta pesquisa que evidenciam a presença de projetos beneficiados pela Lei Rouanet e que estão relacionados com a área de patrimônio, museus e memória.

2 PATRIMÔNIO, MUSEUS E MEMÓRIA SOB A PERSPECTIVA DAS LEIS DE INCENTIVO FISCAL

Existem mais de 300 leis de incentivo à cultura no Brasil, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Ambos têm como objetivo destinar parte do seu imposto para a promoção da cultura no país (KADLETZ, 2018).

Dito isso, a Lei Rouanet que pode ser considerada uma das principais fontes de financiamento da cultura no país, permite que parte do imposto de renda de pessoa jurídica (tributada no lucro real) e pessoa física (que declara no modo completo) seja destinada a projetos socioculturais por meio de diversas áreas como artes cênicas, artes integradas, musicais, patrimônio, museus, dentre outros (BRASIL, 1991). Mas o que se entende por patrimônio cultural, museus e memória sob a perspectiva da Lei Rouanet abordada por esta pesquisa?

O patrimônio cultural, portanto seria um “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (COELHO, 1997 apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 277).

Considerando os segmentos que compõe a área cultural intitulada “Patrimônio Cultural Material e Imaterial” previstos pela Lei Rouanet, admite-se neste item:

- Doações ou aquisições de acervos culturais em geral para arquivos público e instituições culturais;
- Preservação, Restauração, conservação, salvaguarda, identificação, registro, educação patrimonial e acervos do patrimônio cultural material e imaterial;

-
- Ações de documentação ou digitalização de acervo bibliográfico e arquivístico, pesquisa, sistematização de informação;
 - Preservação, restauração, manutenção, readequação ou revitalização de equipamentos culturais ou edificações destinadas a preservação de patrimônio cultural;
 - Ações de segurança para preservação de patrimônio cultural ou de acervos;
 - Ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, visando a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural;
 - Treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos, arquivos públicos e instituições congêneres;
 - Elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo; e
 - Elaboração de projetos de restauro (arquitetura e complementares) destinados à preservação de bens culturais materiais tombados pelos poderes públicos, federal, estadual, municipal ou distrital (KADLETZ, 2018, p. 14).

Nesta direção com relação aos museus, segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 255), estes seriam uma “instituição dedicada a buscar, cuidar, estudar, documentar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor”. No entanto, é comum pesquisadores da Ciência da Informação relacionarem os museus como “lugares de memória”.

Embora a área cultural da Lei Rouanet tenha como categoria “Museus e Memória”, entendemos que tais unidades de informação não devem ser assumidas enquanto lugares de memória pois tal afirmação iria de encontro com o que foi dito por Pierre Nora. Afinal, “a memória é a vida [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9). Contudo, para fins deste estudo, conforme o que é explanado pela Lei Rouanet, no segmento de “Museus e Memória” enquadra-se:

- Doação ou aquisição de acervos para museus e instituições de preservação da memória;
- Preservação, restauração, conservação, identificação, registro e promoção;
- Documentação e digitalização de acervos; sistemas de informações;
- Ações de segurança para preservação de acervos;
- Planos anuais de atividades e elaboração de planos museológicos;

-
- Exposições realizadas em museus, exposições organizadas com acervos de museus e museografia;
 - Pesquisa; sistematização de informações;
 - Ação educativo-cultural, inclusive seminários, congressos e palestras;
 - Criação e implantação (projetos, construção, restauração e reforma);
 - Ações de capacitação e treinamento de pessoal; e,
 - Aquisição de equipamentos para preservação e manutenção de acervos (KADLETZ, 2018, p. 14).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo de acordo com relação à abordagem do problema é de caráter exploratório e descritivo (GIL, 2010), além de ser uma pesquisa bibliográfica e documental segundo os objetivos. A fim de identificar os projetos beneficiados pela Lei Rouanet, se fez uma consulta na Plataforma SalicNet³, vinculada ao Ministério da Cultura.

Para isso, se aplicou como filtro o estado, o ano, restringindo-se a 2016 e 2017, e tipo de projeto. Neste caso o segmento selecionado foi de “Patrimônio Cultural” e “Museus e Memória” tendo em vista que os centros de documentação e de memória, de acordo com a especificação destes segmentos, se enquadrariam nesta classificação. Considerando este levantamento inicial, optou-se por elencar apenas os projetos que tiveram a aprovação total ou parcial dos recursos e os que já realizaram a prestação de contas.

A coleta de dados ocorreu na última semana de Julho do presente ano, e dos 30 projetos recuperados, 15 foram selecionados como *corpus* de análise deste estudo. Na discussão dos resultados serão expostos os nomes dos projetos bem como a análise da área e segmento cultural no qual cada proposta foi enquadrada e as cidades que tiveram seus projetos beneficiados pela Lei Rouanet.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

³ “Este sistema é uma das ferramentas mais utilizadas para conhecer os projetos e seus respectivos valores, como também para captadores de recursos, pois é possível identificar quais são os maiores incentivadores de cada região e o valor liberado naquele ano, além de outras informações como nº de Pronac, projetos por segmento cultural, por região, etc.” (NASCIMENTO, 2016, p. 63)

No Quadro 1 abaixo, é possível verificar quais os projetos fazem parte do *corpus* deste estudo, assim como a área cultural no qual cada um se enquadrava a fim de conseguir o recurso por meio da Lei Rouanet.

Quadro 1 – Nome dos projetos beneficiados pela Lei Rouanet.

Área Cultural	Nome do Projeto	Ano
Patrimônio Cultural	Plano Anual de Atividades Museu Hering 2017	2016
Patrimônio Cultural	Mais Capoeira	2016
Patrimônio Cultural	Plano Anual de Atividades Museu WEG de Ciência e Tecnologia 2017	2016
Patrimônio Cultural	Restauração do Palacete Schlemm	2016
Museus e Memória	Plano bienal de Atividades do Museu WEG de Ciência e Tecnologia 2018/2019	2017
Museus e Memória	Museu da Guerra	2017
Museus e Memória	Preservando Tradições: saberes e fazeres artesanais do oeste catarinense	2017
Patrimônio Cultural	Plano Anual de Atividades Museu Hering 2018	2017
Patrimônio Cultural	Terra, tradição e memória: pesquisa, acervos, educação patrimonial e preservação do patrimônio cultural no oeste catarinense	2017
Patrimônio Cultural	Construção do Plano Museológico do Memorial do Centro Educacional Menino Jesus	2017
Patrimônio Cultural	Higienização, conservação e restauro do acervo do Museu do Homem do Sambaqui	2017
Patrimônio Cultural	Projeto Expográfico e Mobiliário do Museu Victor Meirelles	2017
Patrimônio Cultural	Resgate da Memória da Construção: Sociedade Escolar de Barra do Ribeirão Grande	2017
Patrimônio Cultural	Melodias da Tradição: difusão e fortalecimento da música folclórica e popular do oeste catarinense	2017
Patrimônio Cultural	Nessas águas tem história: pesquisa, educação patrimonial e preservação do patrimônio cultural de águas frias, SC	2017

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os dados evidenciam que o uso do recurso para fins de “Patrimônio Cultural” é maior do que para a área de “Museus e Memória”. Isso se dá pela própria abrangência de atividades que poderiam se beneficiar por meio dessa área, conforme explanado na seção dois desta pesquisa, tendo em vista a abrangência de patrimônio imaterial.

Tais projetos beneficiados pela Lei Rouanet, se voltaram à preservação de acervos museológicos, ações educativo-culturais, construção de equipamentos culturais em geral e a própria preservação do patrimônio material e imaterial. Em contrapartida, os projetos beneficiados na área de “Museus e Memória” voltam-se a planos anuais de atividades e planos

museológicos, além da organização de exposições com acervos de museus, e o desenvolvimento de pesquisas como também a manutenção do próprio espaço.

Com base na análise do *corpus*, dentre as cidades que pleitearam o recurso da Lei Rouanet e que tiveram seus projetos aceitos, as cidades de Jaraguá do Sul, Pinhalzinho e Florianópolis forma as que mais se destacaram. Isto não só pelo número de projetos aprovados (todas com três solicitações realizadas em dois anos, sendo que todos os projetos foram aprovados), mas porque estas localidades por si só já são conhecidas por causa da história de sua criação ou de serem consideradas importantes para o contexto econômico de Santa Catarina.

Jaraguá do Sul, por exemplo, por dois anos consecutivos foi beneficiada pelo recurso proveniente da Lei Rouanet a fim da construção de um plano de atividades para o Museu WEG de Ciência e Tecnologia. Lembrando que a WEG é uma renomada empresa de desenvolvimento elétrico na cidade, fundada em 1961 e que, em 2015, já contava com filiais comerciais em 28 países.

O município de Pinhalzinho, localizado no Oeste catarinense sofreu forte influência do povo caboclo, oriundos do Rio Grande do Sul e que passaram a morar na cidade em consequência da Revolução Federalista e da Guerra do Contestado. Neste sentido, o esforço para a preservação do patrimônio cultural e da memória do povo gira em torno de projetos que priorizam a tradição e artesanato da cultura popular do Oeste catarinense.

Florianópolis, portanto, por ser a capital do Estado acaba por possuir diferentes instituições que buscam preservar a memória da cultura açoriana e de personagens ilustres para a história da Ilha. Seus projetos beneficiados pela Lei Rouanet tratam da Construção do plano Museológico do Memorial do Centro Educacional Menino Jesus; da higienização, conservação e restauro do acervo do Museu do Homem do Sambaqui e; da constituição de um projeto expográfico e mobiliário do museu Victor Meirelles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da plataforma SalicNet e dos objetivos específicos traçados por este estudo, foi possível identificar, no Estado de Santa Catarina, quais projetos relacionados a patrimônio, museus e memória foram beneficiados pela Lei Rouanet. Com a breve explanação destes projetos se pode evidenciar como as leis de incentivo fiscal auxiliam os profissionais e

pesquisadores voltados aos estudos de Memória e Patrimônio mostram que não só é possível a utilização dessas leis como é um direito das instituições solicitarem tal recurso.

Como já mencionado, a área da Biblioteconomia e da Arquivologia vem desenvolvendo trabalhos relacionados com a Lei Rouanet nos últimos anos mas ainda há, por parte da Ciência da Informação, poucas iniciativas e/ou estudos que promovam o diálogo desse recurso para com a Museologia. No entanto, percebe-se que, a nível catarinense, na prática há iniciativas envolvendo projetos de memória, museus e patrimônio cultural que usufruíram da Lei Rouanet.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa, além de divulgar tal recurso que beneficia a organização de museus e promove a preservação do patrimônio cultural e da memória, pode servir como reflexão inicial para os demais profissionais interessados nesta temática. Se sugere que estudos mais aprofundados acerca dos projetos citados nos resultados deste texto possam ser realizados futuramente.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; SILVA, Carla Maria T. de S. C.; FREITAS, Kellem Andrezza de Araújo. **Gestão de bibliotecas**: um estudo sobre o perfil do bibliotecário-gestor na cidade de Manaus. 2013. Disponível em: < http://www.geocities.ws/biblioestudantes/texto_52.pdf >. Acesso em: 31 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dezembro 1991. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313cons.htm > Acesso em: 31 jul. 2018.

CUNHA, Catherine da Silva; CONSTANTE, Sônia Elisabete. The archives in Rouanet law. **Transinformação**, v. 25, n. 3, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862013000300003 >. Acesso em: 31 Jul 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2008. 451p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p. ISBN 9788522458233.

KADLETZ, Mariana. **Cartilha Lei Rouanet (Capacitar). Incentive**. 2 ed. 2018. Disponível em: <<http://capacitar.vc/cartilha-lei-rouanet-2a-ed/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.



NASCIMENTO, Paola Thais Oliveira do. **Aplicação da Lei Rouanet (N. 8.313/91) em projetos de cultura e leitura em Santa Catarina**. 2016. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia - Hab. Gestão da Informação), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SILVA, Sandra Cristina da. Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11983>>. Acesso em: 31 Jul 2018.

ANÁLISE DO DISCURSO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: INFORMAÇÃO COMO DISCURSO

Marcos Vinícius Santos de Carvalho Terra (UNESP-Marília)

Deise Maria Antonio Sabbag (UNESP-Marília)

DISCOURSE ANALYSIS IN THE KNOWLEDGE ORGANIZATION: INFORMATION AS A DISCOURSE

Resumo: O estudo “Análise do discurso na Organização do Conhecimento: informação como discurso” tem como objetivo a reflexão sobre a dinâmica interdisciplinar entre a Organização do Conhecimento e a Teoria do Discurso de orientação francesa, cuja fundamentação teórica está alicerçada nos estudos de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. Mostra, além disso, as principais contribuições teóricas da Análise do Discurso para o campo informacional no Brasil, especialmente, no que concerne aos estudos sobre linguagem. A Organização do Conhecimento e a Teoria do Discurso têm sido historicamente enlaçadas por questões ligadas à linguagem. O trabalho utiliza como metodologia a crítica de reflexão epistemológica. Visto que a informação é um fenômeno plural e complexo, a partir dessa reflexão torna-se oportuno pensar como as pesquisas informacionais dialogam com a Análise do Discurso Francesa. Os resultados obtidos mostram que é possível criticar os princípios de imparcialidade e autenticidade atribuídos aos documentos, visto que sua produção é regulada e constituída por aspectos ideológicos. Por conseguinte, a presença teórico-metodológica da Análise do Discurso no campo informacional auxilia a compreensão dos processos linguísticos, ideológicos, sociais e políticos tão presentes na organização e na disseminação do conhecimento. Há, em torno dos modos de ordenar e representar o conhecimento, conflitos, interesses econômicos, injustiças sociais e embates políticos. Sob a luz da Análise do Discurso de matriz francesa, esses aspectos são considerados.

Palavras-Chave: Análise do Discurso; Organização do Conhecimento; Interdisciplinaridade. Epistemologia.

Abstract: Since information is a plural and complex phenomenon, starting from the critical slope of epistemological reflection, it is opportune to think how informational researches dialogue with the French Discourse Analysis. The present study, therefore, aims to think about the interdisciplinary dynamics between the Organization of Knowledge and the Discourse Theory of French orientation, whose theoretical foundation is based on the studies of Michel Pêcheux and Michel Foucault. It also shows the main theoretical contributions of Discourse Analysis to the informational field in Brazil, especially regarding language studies. The Organization of Knowledge and the Theory of Discourse have historically been linked by questions related to language. From the French studies on discourse, it is possible to criticize the principles of impartiality and authenticity attributed to the documents, since their production is regulated and constituted by ideological aspects. Therefore, the theoretical-methodological presence of Discourse Analysis in the information field helps to understand the linguistic, ideological, social and political processes so present in the organization and dissemination of knowledge. There are, around the ways of ordering and representing knowledge, conflicts, economic interests, social injustices and political strife. In the light of the Discourse Analysis of French Matrix, these aspects are considered.

Keywords: Discourse Analysis; Organization of Knowledge; Interdisciplinarity; Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

Em perspectiva epistemológica e histórica podemos considerar que os conceitos, elementos, fatores, ferramentas, processos e produtos que constituem o bojo da Organização do Conhecimento são transitórios e efêmeros pois são construtos sociais que reproduzem o conhecimento de determinado espaço-temporal; as concepções mudam de acordo com a ordem das coisas que se relacionam caracterizando o provisório e relativo das formas de classificação e organização. Como construto social é uma realização do homem que “é uma invenção recente cuja data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo”. (FOUCAULT, 2016, p. 536).

Autoras da área de Organização do Conhecimento, Brascher e Café (2008), apontam que a Organização do Conhecimento corresponde ao processo de construção de modelos de representações de conhecimento, com a finalidade de elaborar modelos de mundo via representação do conhecimento de um grupo. Está vinculada, além disso, a crenças sobre ciência, suposições ontológicas básicas e a importância de tal conhecimento para a sociedade. Considera que o conhecimento possui objetivos e valores diferentes em determinadas culturas e instituições. Ademais, objetiva a estrutura conceitual e a construção de modelos de mundo.

A Teoria Francesa do Discurso, por seu turno, tem se ramificado em diferentes ordens teóricas e metodológicas. Entre seus principais teóricos estão Michel Pêcheux e Michel Foucault. A Escola Francesa Análise do Discurso, fundada na década de sessenta, fundamenta-se em três áreas do conhecimento: Linguística, Marxismo e Psicanálise. Os estudos sobre discurso envolvem relação entre língua, história e sujeito. Na Análise do Discurso, entende-se o discurso como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2007, p.21). Assim, é sabido que não existe neutralidade discursiva, mesmo diante do “uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 2007, p. 9).

Segundo Orlandi (2007, p.15),

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p.15).

Desse modo, historicamente, a Organização do Conhecimento e Análise do Discurso Francesa são enlaçadas por questões ligadas à linguagem. Segundo Mostafa (1996, p.5),

uma área fundante para a ciência da informação é o tratamento da linguagem, pouco desenvolvido pela biblioteconomia e de difícil desenvolvimento também pelos cientistas da informação, porque envolve aprofundar dispositivos desenvolvidos em outras áreas, como a lingüística, a qual, outra vez, como disciplina, também remodela seus espaços de conhecimento, aprofundando áreas (áreas de concentração) cujo resultado é a fundação ou a configuração de novas disciplinas. Por exemplo, a análise de discurso é uma disciplina constituída, na visão de alguns dos seus analistas, no entremeio entre a lingüística e as ciências sociais. As áreas de concentração são, pois, áreas de contradição. É no ponto onde a concentração está sendo exigida que está a contradição - é o lugar de novas ciências e de novas revistas.

2 INTERAÇÕES INTERDISCIPLINARES: INFORMAÇÃO E DISCURSO

O pluralismo epistemológico e o estabelecimento de um campo interdisciplinar, na visão de Souza (2012), são referências das condições epistemológicas gerais da Ciência da Informação. Para ele, as relações interdisciplinares estão fundamentadas em três elementos, os quais constituem as condições de produção do seu domínio epistemológico. O primeiro é a dedicação de pesquisadores que atuam em diversas áreas na solução de problemas informacionais. O segundo é a conseqüente convergência dessas áreas em volta dos referidos problemas. Por último, a complexidade do objeto de estudo.

A poliepistemologia da Ciência da Informação é motivo de grandes polêmicas e debates, todavia é uma assunto tratado por González de Gómez (2000,p.4) :

Em primeiro lugar, a metodologia da Ciência da Informação deve dar conta de seu caráter poliepistemológico -antes que interdisciplinar ou multidisciplinar: Com efeito, além de tratar-se de um termo flutuante que, tal como o de 'democracia', produz diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos, "informação" designa um fenômeno, processo ou construção vinculado a diversas "camadas" ou "estratos" de realização. Formam parte desses estratos a linguagem, com seus níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos e suas plurais formas de expressão - sonoras, imagéticas, textuais, digitais/análogicas; os sistemas sociais de inscrição de significados - a imprensa e o papel, os meios audiovisuais, o *software* e o *hardware*, as infra-estruturas das redes de comunicação remota; os sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas.

A Ciência da Informação é interdisciplinar, além de ser determinada pelo imperativo tecnológico e também participante ativa da evolução da sociedade da informação.

Compreender os fenômenos ligados à informação é uma tarefa hermética. Uma única disciplina não é suficiente para investigar o comportamento informativo humano e as formas para facilitar o acesso ao conhecimento a partir de ferramentas tecnológicas. Logo, o enfoque interdisciplinar torna-se estratégico (SARACEVIC, 1996).

Acredita-se que, por meio da interdisciplinaridade, é possível a realização de um intercâmbio de saberes, de conhecimentos. Contudo, vale ressaltar que isso deveria ser algo mais concreto. Não é suficiente a apropriação de termos, conceitos e métodos de outras áreas para a Ciência da Informação, pois isso não é sinônimo de que realmente ocorra uma relação dialógica. É mister que as disciplinas envolvidas tenham uma identidade estabelecida, para que, através de visões diferentes, se chegue à compreensão de um objeto comum (CARVALHO; CRIPA, 2013, p.248).

É oportuno apontar também que:

A interdisciplinaridade é assumida como espaço logicamente estabilizado, no discurso da ciência da informação; no entanto, uma questão não dita expressamente nas discussões sobre a interdisciplinaridade, em particular, e a integração disciplinar, de forma ampla, diz respeito ao campo de lutas e forças que as constituem, com toda a carga de determinações sociais, políticas, econômicas e, notadamente, ideológicas (SOUZA; DIAS, 2011, p.65).

Na perspectiva de Almeida Júnior (2009), ainda que sejam procuradas, a imparcialidade e a neutralidade não se realizam no campo informacional. A informação apresenta significados e concepções que extrapolam o aparente. Ela não se revela desnuda de interesses econômicos, políticos e culturais, porquanto está imersa em ideologias.

De acordo com Romão (2012, p.79 – 80) :

Considerando que museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação podem ser entendidos como lugares de dizer autorizados, é possível refletir sobre as posições-sujeito que tais lugares inscrevem, marcando uma camada imaginária de legitimidade que se dá a ver e fazer falar sentidos em uma direção tida como verdadeira e, ao mesmo tempo, silenciando outros modos de dizer. A formação discursiva dominante – ‘lugar da constituição do sentido’ (Pêcheux, 1997, p.162) – instala uma voz institucionalizada que determina o que pode e deve ser guardado, arquivado, mostrado e exposto, deixado de lado, pelo efeito ideológico de evidência, sentidos considerados indesejáveis.

Logo, nos dizeres de Romão (2012, p.80-81), há “sempre algo que é deixado de fora para que o arquivo seja estruturado, o que me permite dizer, em consonância com a teoria

discursiva, que cada arquivo há muitos outros calados a latejarem no vir a ser”. Em um horizonte cheio de desafios, o estudo dos processos discursivos tem trazido e poderá trazer inúmeras contribuições ao campo informacional. Ainda que o desafio intelectual seja grande, a presença teórico-metodológica da Análise do Discurso no campo informacional ajudará a entender os processos linguísticos, ideológicos, sociais e políticos tão presentes na organização e na disseminação da informação. Há diversos caminhos que poderão ser percorridos, os quais trarão benefícios à produção científica da Ciência da Informação.

Cordeiro (2004) compartilha da hipótese de que a Ciência da Informação seja considerada um campo do conhecimento em busca de sua própria epistemologia, o que possibilita a agregação e afirmação científica de disciplinas que vão em direção a um mesmo ponto. O pesquisador explica que, a partir do pós-Guerra, a Análise do Discurso e Ciência da Informação percorrem caminhos parecidos, apresentam crises semelhantes e transitam por vários espaços epistemológicos, isto é, passam pelos paradigmas físico, cognitivo e social.

Engana-se quem pensa que o jogo político e ideológico está distante da forma como o conhecimento é representado e organizado. A informação não é neutra, pois está também numa dimensão discursiva. Logo, a Organização do Conhecimento, é afetada pelas disputas de poder. Ainda que a interdisciplinaridade seja repleta de paradoxos, não se pode fugir dela.

Quando se estuda a informação, é necessário percorrer por outros campos do conhecimento científico. Torna-se necessário, portanto, a edificação de áreas interdisciplinares. Nessa linha de raciocínio, oriundas do pós-Guerra, Ciência da Informação e Análise do Discurso podem contribuir para enfrentamento das dificuldades geradas pela fragmentação do conhecimento. Podem, além disso, contribuir para uma compreensão mais profunda da informação e seus processos.

Os profissionais da informação trabalham com guarda, organização, recuperação e disseminação da informação. Nesse cenário, é importante ressaltar o papel social e também político daqueles que trabalham com os fluxos informacionais. Entender o contexto em que as informações são produzidas e utilizadas se torna um fator decisivo numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais, econômicas e linguísticas. Não se pode negar que “o trabalho com a informação também reclama a compreensão e a interpretação de documentos e dados que

sozinhos pouco dizem, mas que precisam ser pensados dentro de um campo maior de articulações” (MOSTAFA; AMORIN; SOUSA, 2014, p.17).

A ação da informação, segundo González de Gómez (2000), se dá em três dimensões: semântico-discursiva, metainformacional e infraestrutural. Na dimensão semântico-discursiva, observar-se-ão as condições daquilo que é informado, a partir de pontes com o universo prático-discursivo relacionado a sua semântica ou conteúdo. Na primeira dimensão, o conhecimento antropológico-linguístico é essencial. Na dimensão metainformacional, é necessário conhecimento organizacional, pois regras de sua interpretação e distribuição são estabelecidas. Além disso, ocorre a especificação do contexto, no qual a informação está inserida. Na última dimensão, que exige conhecimento técnico e tecnológico, chamada infraestrutural, acontece a disponibilização de um valor ou conteúdo, por meio de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação como objeto científico está inserida numa dimensão semântico-discursiva. Ademais, se envolve nos aspectos linguísticos, culturais, econômicos, políticos, tecnológicos, sociais e históricos presentes nas relações humanas. Assim, o campo informacional é tão complexo que pede uma rede científica de cooperação, na qual todos os aspectos citados sejam considerados, possibilitando assim, que o estudo da informação agregue valor à sociedade.

A Análise do Discurso, de linha francesa, se apresenta como uma disciplina capaz de dialogar com Ciência da Informação, a fim de que exista um aprofundamento na relação discurso/informação, porquanto o estrato semântico-discursivo da informação não pode ser ignorado. Torna-se, por conseguinte, fundamental responder as seguintes perguntas, considerando a relação informação/discurso: Qual informação é produzida? Por quem foi produzida? Para quem foi produzida? Como foi produzida? Por que foi produzida? Onde foi produzida? Em que língua foi produzida? Quando foi produzida? Quais os efeitos de sentido gerados?

Desse modo, em torno dos modos de ordenar e representar o conhecimento, existem conflitos, interesses econômicos, injustiças sociais e embates políticos. Sob a luz da Análise do Discurso de matriz francesa, é importante considerar esses aspectos, porquanto a esfera ideológica está presente no modo como o conhecimento é tratado. As instituições responsáveis



pela guarda de documentos relevantes para sociedade são lugares de disputa de poder. Por conseguinte, a Teoria do Discurso Francesa coopera na interpretação dos processos linguísticos, ideológicos e políticos que se manifestam nas formas de ordenar, representar e disseminar a informação e o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BRASCHER, Marisa.; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: . Acesso em: 15 dez. 2008.

CARVALHO, Larissa Akabochi de; CRIPPA, Giulia. Ciência da informação: histórico, delimitação do campo e a sua perspectiva sobre a área da comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 241-251, 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n4/15.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CORDEIRO, Pedro Aurélio Cerveira . **Análise do discurso e Ciência da Informação**: ensaio sobre uma possibilidade metodológica. 2004. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em : < http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/208/1/diss_pedro_cordeiro.pdf > Acesso em: 13 ago. 18.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, [S.l.] ,v. 1, n. 6, p.1-11, 2000. Disponível em < <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramZero2000.pdf> > Acesso em: 13 ago. 2018.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da informação: uma ciência, uma revista. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p.1-5, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/627/631>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

MOSTAFA, Solange Puntel; AMORIN, Igor Soares Amorim; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; Filosofia e Discurso na Ciência da Informação: tessitura de encontros. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.6-19, 2014. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1489> >. Acesso em: 13 ago. 2018.



ORLANDI, Eni Puccinelli . **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7ª ed. Campinas : Pontes, 2007.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Michel Pêcheux e as Ciências da Informação e da Documentação: uma aposta na interlocução. In: SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo; MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da (Orgs.). **Os Pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro : Editora E-papers, 2012.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: Acesso em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22> >. Acesso em: 13 ago. 2018.

SOUZA, Edivanio Duarte de. Configurações do campo da Ciência da Informação: pluralismo epistemológico e descentração interdisciplinar. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012.

SOUZA, Edivanio Duarte de; DIAS, Eduardo José Wense. A integração disciplinar na ciência da informação: os não-ditos sobre essa familiar desconhecida. **Ciência da Informação**, Brasília , v. 40, n. 1, p. 52-67, Abr. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652011000100004&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 13 ago. 2018.

INTERAÇÕES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DA CONVERSÃO DE FONTES HISTÓRICAS PARA O FORMATO DIGITAL

Mariela Passarin (UFSC)

*INTERACTIONS BETWEEN INFORMATION SCIENCE AND HISTORY: IMPLICATIONS OF THE CONVERSION OF
HISTORICAL SOURCES FOR DIGITAL FORMAT*

Resumo: A partir da concepção da Ciência da Informação (CI) enquanto uma ciência pós-moderna e de natureza interdisciplinar, o objetivo desse trabalho foi analisar suas interações com as Ciências Humanas e Sociais, no que se refere às implicações decorrentes da conversão e disponibilização de fontes históricas no ambiente digital. Com base metodológica em uma pesquisa exploratória, no contexto da investigação histórica, e por meio de uma revisão bibliográfica, são abordados nesse trabalho aspectos que envolvem a preservação, a representação e o acesso a fontes documentais diante da intensificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Conclui que as CI e a História compartilham preocupações concernentes à preservação do patrimônio documental e à democratização de acesso à informação. Questões como a seleção e a restrição de acesso à informação, por exemplo, são expostas a partir da polêmica em torno da abertura dos arquivos do regime militar brasileiro pelo projeto Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 - 1985). E considera que, em um cenário contemporâneo, o caráter interdisciplinar da CI, além de ampliar seu espaço de discussão com outras áreas do conhecimento, é essencial no que se refere à necessidade de novas abordagens e perspectivas de pesquisa, frente aos desafios e possibilidades resultantes do encontro entre conhecimento e tecnologia.

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade; organização do conhecimento; Web; fontes históricas; patrimônio documental.

Abstract: From the conception of Information Science (IS) as a postmodern science and of an interdisciplinary nature, the objective of this work was to analyze its interactions with the Human and Social Sciences, regarding the implications of the conversion and availability of historical sources in the environment digital. Based on a methodological basis in an exploratory research, in the context of historical research, and through a bibliographical review, this work deals with aspects that involve the preservation, representation and access to documentary sources in view of the intensification of the use of Information Technologies and Communication (ITC). It concludes that IS and History share concerns regarding the preservation of documentary heritage and the democratization of access to information. Issues such as selection and restriction of access to information, for example, are exposed from the controversy surrounding the opening of the archives of the Brazilian military regime by the *Memórias Reveladas* - Center for Reference to Political Struggles in Brazil (1964 - 1985). And in a contemporary setting, the interdisciplinary nature of IS, besides broadening its space for discussion with other areas of knowledge, is essential in relation to the need for new approaches and research perspectives, given the challenges and possibilities that result of the meeting between knowledge and technology.

Keywords: Interdisciplinarity; organization of knowledge; Web; historical sources; documentary heritage.

1 INTRODUÇÃO



Enquanto uma ciência pós-moderna, uma das características da Ciência da Informação (CI) está em não apresentar uma delimitação precisa de suas fronteiras com outras disciplinas (SILVA; FREIRE, 2012), o que a permite ampliar seu espaço de discussão com distintas áreas do conhecimento. Sendo assim, com base em um cenário contemporâneo de ampla possibilidade para o diálogo entre as diversas ciências, o objetivo desse artigo está em analisar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, as interações entre a Ciência da informação e as Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente no que se refere à conversão e disponibilização de fontes históricas no ambiente digital e suas implicações.

Esse encontro entre tecnologia e conhecimento suscita questões como a preservação do patrimônio cultural, a democratização de acesso a documentos públicos e a mediação da tecnologia na organização da informação. Vale ressaltar que na realidade contemporânea, a presença das novas tecnologias impacta nas metodologias de pesquisa dos mais diversos campos de estudo, ou seja, as pesquisas passam a ser mediadas pelas tecnologias. A exemplo da área da História que, tradicionalmente voltada ao trabalho com objetos e documentos em suporte papel, passa a dispor dessas mesmas fontes na Web, além de uma gama infinita de novas fontes e possibilidades de pesquisa.

Sendo assim, a partir do panorama das novas tecnologias que circundam os campos da informação e da memória, essa pesquisa se propõe a refletir sobre processos de migração de fontes históricas para a Web, bem como a gestão, preservação e disseminação desses conteúdos no mundo digital. Metodologicamente, o artigo apresenta uma pesquisa exploratória no contexto da investigação histórica por meio de uma revisão bibliográfica.

2 OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA

A Ciência da Informação é por natureza interdisciplinar, e teve sua origem na revolução científica e técnica que se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial. Adveio da necessidade de organizar e tornar mais acessível o crescente acervo de conhecimento, especialmente científico e tecnológico. Nesse sentido, a recuperação da informação se tornou uma solução para o *boom* informacional, sendo atualmente, o componente mais importante da indústria da informação (SARACEVIC, 1996). Para tal, sistemas, técnicas e máquinas passaram por contínuas evoluções:



(...) dos cartões perfurados aos CD-ROMs e acesso on line; dos sistemas não-interativos àqueles de múltiplas possibilidades de interação, com interfaces inteligentes, transformando a recuperação de informação em um processo altamente interativo; de bases documentais para bases de conhecimento; dos textos escritos aos multimídia; da recuperação de citações à recuperação de textos completos; e ainda aos sistemas inteligentes e de respostas a perguntas (SARACEVIC, 1996, p.44).

Portanto, é histórica a necessidade humana de organizar o conhecimento e difundir a informação, especialmente após a “explosão informacional” do século XX (SILVA; FREIRE, 2012). As novas tecnologias daí decorrentes permitiram um salto exponencial de avanço nesse propósito. Conforme descrevem Ninin e Simionato (2017), na sociedade moderna, as novas tecnologias tem estabelecido uma dimensão aplicada da organização do conhecimento com as mais distintas ciências, entre elas, as Ciências Humanas e as Sociais Aplicadas.

Contudo, antes da explosão informacional do século XX, algumas disciplinas antecessoras contribuíram decisivamente para o advento da Ciência da Informação, entre elas a Biblioteconomia e a Documentação. As bibliotecas, milenares, com seus primeiros registros entre os povos mesopotâmicos, por um longo período histórico tiveram seu acesso restrito e elitizado. Contudo, a partir do século XV com o surgimento da imprensa e o Renascimento, as bibliotecas adquirem uma maior autonomia no sentido de organização, acesso e difusão da informação⁴. Mas é na Idade Moderna, especialmente no século XIX, que a Biblioteconomia, a partir de contribuições de estudiosos precursores como Gabriel Naudé e Melvil Dewey, “aprimora um conjunto de estudos técnicos e epistemológicos para organização do conhecimento e acerca de como tratar a informação” (SILVA; FREIRE, 2012, p.5).

Para Silva e Freire (2012), juntamente com a Biblioteconomia, os estudos da Documentação no século XIX com autores como Paul Otlet e Henri La Fontaine tendo como principal preocupação o acesso à informação no mais diversos suportes e centros, somam contribuições para o surgimento da Ciência da Informação. Igualmente importantes, foram os

⁴ Ao tratar dos impactos provenientes do surgimento da imprensa no século XVI, Burke (2002, p.174) explicita a tentativa de controle da Igreja Católica como reação à crescente disseminação da informação naquele período: “os eclesiásticos, por sua vez, temiam que a imprensa estimulasse leigos comuns a estudar textos religiosos por conta própria em vez de acatar o que lhes dissessem as autoridades”. De acordo com o autor, uma das saídas encontradas pela Igreja Católica foi a criação do Índice Católico dos Livros Proibidos (Index Librorum Prohibitorum) após o Concílio de Trento (1545 - 1563). Entre as diversas consequências, para o autor, a invenção da imprensa acarretou na necessidade de novas metodologias para o gerenciamento da informação (BURKE, 2002).

diversos apontamentos identitários de Vannevar Bush para a CI, tanto em um contexto técnico como epistemológico enquanto uma ciência aplicada.

Portanto, as disciplinas da Biblioteconomia e Documentação que caracterizaram uma identidade histórica à CI, possuem relação direta com a História no que se refere à organização e preservação do conhecimento. Para o historiador, por exemplo, o volume de informações acumulado ao longo da história e passível de análise é imensurável. Contudo, até o início do século XX, as pesquisas historiográficas concentravam-se em fontes escritas “documentos oficiais”, considerados detentores da verdade e sem necessidade de questionamentos, análise ou interpretação, tratava-se do positivismo histórico.

Foi com o movimento historiográfico denominado “Escola dos Annales”, iniciado em 1929, que o conceito de fonte histórica foi ampliado, alargando assim as possibilidades de pesquisa. Essa nova corrente de pensamento contrapôs a visão positivista da escrita da História, descrita como uma crônica de acontecimentos e, além de conceber novos formatos de fontes históricas, promoveu a interdisciplinaridade aproximando a História de outras ciências como a Sociologia (BURKE, 1997).

Essa transformação nas bases metodológicas da pesquisa histórica segue em avanço até os dias atuais permitindo, por exemplo, a incorporação de novas tecnologias nos processos de investigação histórica e a aproximação, em caráter complementar, com outros campos de estudo, como a Ciência da Informação, no intuito de intensificar o intercâmbio de informações teóricas e técnicas para a pesquisa.

3 A SELEÇÃO E O ACESSO À INFORMAÇÃO E A CONVERSÃO DE FONTES HISTÓRICAS PARA O FORMATO DIGITAL

Com a intensificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a partir da década de 1980, e com a expansão da rede internet nos anos 1990, observou-se uma migração de acervos documentais para o formato digital. As bibliotecas passaram a pensar a questão da manutenção dos acervos e do acesso à informação a partir de uma nova perspectiva. Na Web, o acesso a documentos como, por exemplo, obras raras de disponibilização restrita, foi ampliado para alcançar um público ainda maior. Vale ressaltar, que a conversão de documentos em suporte papel como livros, jornais e periódicos, para o formato



digital, suporte eletrônico, altera a estrutura do texto escrito e transforma sua materialidade, ampliando as possibilidades de uso e registro da informação (KRZYZANOWSKI, 2010).

Além da preservação do documento, outro ponto importante a se considerar a respeito da disponibilização de fontes históricas documentais na Web, está relacionado aos critérios de sua seleção e alcance de acesso. Conforme Saracevic (1996, p.57) “por muito tempo, o principal critério para se focar a eficácia foi a relevância e/ ou utilidade da informação. Mas, mais recentemente, tem-se escutado apelos por outros critérios - como qualidade, seletividade, veracidade, síntese, e/ou impacto da informação”.

No Brasil, um exemplo que abarca as questões de seleção, acesso e disponibilização digital de fontes históricas é o projeto Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 - 1985), criado pela Casa Civil da Presidência da República em 2009 e administrado pelo Arquivo Nacional (órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos - Siga). Sua criação foi no intuito de garantir a preservação de acervos e a divulgação de suas informações concernentes às lutas políticas travadas no período do regime militar brasileiro. O gigantesco acervo⁵, atualmente digitalizado, é constituído por documentos públicos provenientes de órgãos oficiais do governo daquele período, como o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o Centro de Informações do Exterior (Ciex/Ministério das Relações Exteriores) e o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). Ou seja, arquivos com conteúdo de caráter sócio-político polêmico e assuntos de interesse nacional. Nesse sentido, a disponibilização das fontes foi balizada pelos parâmetros legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (STAMPA, 2011).

A disponibilidade restritiva dos conteúdos suscitou uma revisão crítica da legislação nacional no que se refere ao acesso à informação e resultou, em 2011, na aprovação da Lei de Acesso a Informações Públicas (12.527/2011). Sua regulamentação em 2012 (Decreto 7.724) permitiu a “abertura” dos arquivos do regime militar, e representou um grande progresso no processo de democratização e difusão do patrimônio documental brasileiro. Como lembra Stampa (2011, p. 8), “o direito de acesso às informações públicas, como regra geral, é um dos

⁵ Em 2011, o acervo contava com cerca de “17 milhões e 400 mil páginas (aproximadamente 8 milhões e 900 mil folhas) de documentos textuais, além de 1.363 mil metros lineares de outros tipos documentais (como, por exemplo, fotografias e mapas), 220 mil microfichas e 110 rolos de microfilmes” (STAMPA, 2011, p. 1).



grandes mecanismos de consolidação dos regimes democráticos e de prevenção à recorrência de violações maciças aos direitos humanos”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Silva e Freire (2012), a perspectiva da Ciência da Informação é de satisfazer as mais diversas áreas do conhecimento científico. Neste sentido, enquanto uma ciência voltada à reflexão de problemas relativos à informação e à organização do conhecimento, ela oferece possibilidades de interação teórica e prática com a História, enquanto ciências complementares. A exemplo das questões que circundam a conversão do patrimônio histórico documental para a Web, revelando preocupações compartilhadas como a necessidade de preservação, organização, difusão e acesso à informação dessas fontes.

Na realidade contemporânea, cada um desses aspectos da informação, ao sofrer as transformações das novas tecnologias, envolve implicações. Na Web, por exemplo, o acesso a documentos é ampliado para alcançar um público cada vez maior, caminhando assim à democratização do acesso ao conhecimento. Tanto com intuito de disseminar informações de difícil acesso como, no caso do Memórias Reveladas, de permitir à população o confronto com informações públicas, garantindo assim, a sobrevivência da memória e o fortalecendo os pilares de um regime democrático.

Contudo, com a constante evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ainda são enormes os desafios e possibilidades concernentes à organização, representação e acesso à informação no mundo digital, para tanto, a natureza interdisciplinar da CI será essencial para garantir novas abordagens e perspectivas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 p.

_____. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, jan./abr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci_arttext&tlng=en . Acesso em: 02 jun. 2018.



KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. Bibliotecas e portais de conteúdos científicos, tecnológicos e culturais: Recursos para ampliar a visibilidade da informação na web. **Ciência & Ambiente**, n. 40, jan./jun. 2010.

NININ, Débora Marroco; SIMIONATO, Ana Carolina. Sustentabilidade de Acervos de Digitais: Reflexões sobre Linking Open Data para Coleções de Patrimônios Culturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 4., 2017, Recife. **Anais...** . Recife: ISKO - Brasil; Ed. UFPE, 2017. p. 154 – 161. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf> . Acesso em: 24 jul. 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/%20235/22> . Acesso em: 17 jul. 2018.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. de A. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v .17, n.33, p.1-15, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708> . Acesso em: 12 jun. 2018.

STAMPA, Inez. Memórias Reveladas e os arquivos do período da ditadura militar. **ComCiência (UNICAMP)**, v. 127, p. 1-8, abr. 2011. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=65&id=825> . Acesso em: 15 jun. 2018.

MERCADO DE TRABALHO PARA OS BIBLIOTECÁRIOS: ANÚNCIOS DE EMPREGO

Sabrina Martins (UFSC)

LABOR MARKET FOR LIBRARIANS: JOB ADVERTISEMENTS

Resumo: A proposta da pesquisa é uma reflexão sobre a atuação do bibliotecário, não se restringindo às bibliotecas, mas com o enfoque no mercado de trabalho, nas empresas privadas, através da análise dos anúncios de vaga encontrados nos portais de vagas de emprego. Quanto à classificação, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e exploratória, de método bibliográfico e pesquisa documental. Apresenta como resultado as diferentes competências do bibliotecário, bem como vagas que, após análise de suas descrições, podem ser preenchidas por estes profissionais. No entanto, na descrição técnica não consta a graduação “Biblioteconomia” ou a vaga não estava direcionada para o profissional de informação. O trabalho é uma contribuição para a Ciência da Informação, na medida em que busca uma diferente perspectiva de atuação do profissional de Biblioteconomia no mercado de trabalho. Sendo assim, este estudo contribuirá para trazer uma nova visão aos estudantes de Biblioteconomia, bibliotecários, e principalmente, para o mercado empresarial, dos campos de atuação e das atividades que podem ser desenvolvidas pelo profissional cientista da Informação. A intenção do artigo é abrir o leque de possibilidades “do fazer” bibliotecário.

Palavras-Chave: Formação profissional; Mercado de trabalho; Biblioteconomia; Anúncios de emprego.

Abstract: The research proposal is a reflection on the performance of the librarian, not restricted to libraries, but with a focus on the labor market, in private companies, through the analysis of the vacancy notices found in job portals. As for the classification, it is a research applied and exploratory nature, of bibliographic method and documental research. Presents as result, the different skills of a librarian, as much as job vacancies that, after the analysis of their description, could be filled by a librarian. However, the job description does not include the graduation "Librarianship" or the vacancy was not directed to the professional of information. The work is a contribution to the field of Information Science, inasmuch seeks a different perspective the work of the librarianship professional in the labor market. Thus, this study will contribute to bring a new vision to students of Librarianship, librarians, and above all, to the business market, of the fields of work and activities that can be developed by the professional of information scientist. The intent of the article is to open the range of possibilities on the "doing" of librarian.

Keywords: Professional qualification; Labor market; Librarianship; Job advertisements.

1 INTRODUÇÃO

O bibliotecário, antes mesmo de ser um técnico ou um gestor da informação precisa se fazer necessário para uma sociedade que atualmente vive um excesso de informação. A abundância de dados que se nota na sociedade e nas empresas, acarreta demandas para o mercado de trabalho, que fazem com que, muitas vezes, o empresário não saiba a qual profissional recorrer. E ao abrir uma nova oportunidade de emprego, a empresa utiliza-se de

descrições e conhecimentos que lhes são mais habituais, e que não necessariamente são as mais adequadas para aquela vaga.

Diante dessas mudanças de mercado, dessa abertura de funções, indaga-se, se os bibliotecários, com suas competências, não poderiam se enquadrar em algumas dessas vagas. A proposta do artigo é fazer uma reflexão sobre a atuação do bibliotecário, não se restringindo somente a bibliotecas, mas a qualquer ambiente que tenha pessoas com necessidades informacionais. Acredita-se que, inserindo-se cada vez mais nas diversas áreas do mercado de trabalho, se fazendo necessário para a sociedade, o bibliotecário conseguirá alcançar outras áreas de atuação. Sendo assim, o trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o mercado de trabalho privado para bibliotecários, através da análise dos anúncios de vaga de emprego.

Dessa forma, este estudo contribuirá para trazer uma nova visão de mercado aos estudantes de Biblioteconomia, aos bibliotecários, e principalmente, para o mercado empresarial privado, que tomem conhecimento dos campos de atuação e das atividades que podem ser desenvolvidas pelo profissional, cientista da informação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2005, Souto já demonstrava sua preocupação com a formação do bibliotecário, ao afirmar que mesmo com as novas aberturas do mercado ao profissional bibliotecários, o currículo deve se preocupar com a introdução de conteúdos como gerenciamento e organização da informação em diferentes mídias.

Segundo a CBO (BRASIL, 2017, sem paginação), cabe ao bibliotecário “gerenciar unidades como [...] centros de informação e correlatos, além de rede e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; [...] e geração do conhecimento”. E dentro de suas capacidades pessoas se destacam: empreendedora, comunicação, análise e síntese, bem como, manter-se atualizado, trabalhar em equipe, raciocínio lógico, pró-atividade.

Segundo Cunha (2003) e Souto (2005), o profissional vem se diversificando a cada dia com novas atividades acrescidas ao seu processo de trabalho, e que essas atividades demandam maior envolvimento intelectual. O bibliotecário precisa entender os novos papéis

que surgem, as novas necessidades informacionais e as novas formas de responder a estas necessidades criando novos métodos e formas de trabalho.

Assim como Rubi (2006), Borges (2004) esclarece que essas mudanças na atuação do profissional se dão principalmente pelo fato de que a informação se tornou um insumo indispensável para qualquer atividade, considerada como recurso viabilizador de decisões nos mais diferentes campos. Porém, um aspecto problemático que se dá pela grande quantidade de informações disponibilizadas, é a identificação e a recuperação de informações consistentes, íntegras, precisas, atualizadas, com valor agregado e que serão imprescindíveis para a tomada de decisão ou para a resolução de alguma necessidade.

Para Sandroni (2007, p.528), o mercado de trabalho está conceituado dentro da temática proposta, da seguinte maneira:

Mercado é [...] conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais [...] se expressa na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo de indivíduos e empresas [...] pressupõem a existência de certo grau de divisão e especialização do trabalho. Emprego é a função, cargo ou ocupação remunerada exercida por uma pessoa [...]. Numa economia de mercado, distinguem-se três categorias entre a população economicamente ativa: empregadores, empregados e autônomos. Empresa privada é a organização pertencentes a indivíduos ou grupos, que produz e/ou comercializa bens e serviços com o objetivo de lucro.

Sendo assim, o ambiente sobre o qual o trabalho aborda é o ambiente empresarial, econômico e privado, onde as ofertas são baseadas nas necessidades do mercado e demandas da sociedade.

Na literatura aborda-se um cenário de mercado de trabalho para os bibliotecários focado em unidades de informação, que abrange as bibliotecas públicas, universitárias, escolares, especializadas, centros culturais e arquivos. Alguns autores, como Valentim (2000), Ferreira (2005) e Souto (2005), trazem como “tendências” ou lugares ainda “não ocupados”, as editoras, empresas privadas, provedores de internet, livrarias, bancos e bases de dados.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de pesquisa de natureza aplicada, com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Qualitativa, através da “interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados”, e quantitativa por fazer análise dos dados coletados (MENEZES, 2009, p.16).



Do ponto de vista dos objetivos, tem um caráter de pesquisa descritiva-exploratória, uma vez que analisa o anúncio/perfil de vaga de emprego nos sites especializados. E utilizou dois procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica, “pois será elaborada a partir da análise de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos periódicos”. (MENEZES, 2009, p.17) E a pesquisa documental, uma vez que verifica a semelhança dos perfis anunciados com os perfis (funções e competência) dos bibliotecários, através da análise dos projetos pedagógicos das duas instituições de Florianópolis, que oferecem a graduação em Biblioteconomia: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Na análise das vagas de emprego, foi realizado um breve estudo das métricas de anúncio de vagas, com base em três blogs, Destino Negócios (2015), Campos (2016) e Walters (2017), e assim, foram determinadas as seguintes métricas para a escolha das descrições de vagas:

- Título da vaga: traz o máximo de informações sobre o cargo, funções e senioridade da vaga.
- Perfil da vaga: perfil do tipo de pessoa para ocupar a posição da vaga. Quais as características que deve ter e a experiência necessária.
- Descrição técnica: Principais responsabilidades e qualificações exigidas. O tipo de conhecimentos que o candidato deve ter para concorrer à vaga, qual a escolaridade, o conhecimento em softwares e/ou idiomas.

Para a coleta das vagas com o perfil das competências do bibliotecário, foram usados cinco sites: Vagas Floripa; Vagas.sc; SINE - Sistema Nacional de Emprego; Indeed; InfoJob. As métricas escolhidas para o filtro da busca dentro do site foram:

- Região: Grande Florianópolis.
- Período: junho/2017.
- Categoria: Informática/TI; Administração; Recursos Humanos.
- Palavras-chave: Gestão da Informação, Sistema de Gerenciamento e Administração de informações. Estas áreas de conhecimento, foram determinadas conforme literatura de Souto (2005) e Ferreira (2005).

3 FUNÇÕES E COMPETÊNCIA DO BIBLIOTECÁRIO

Neste item está o desenvolvimento da pesquisa, primeiro a análise dos dois projetos pedagógicos das duas instituições escolhidas, UDESC e UFSC e em seguida o perfil encontrado, dos anúncios de emprego.

3.1 Projeto Pedagógico do Curso - UFSC

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015), o curso pretende formar profissionais “competitivos, críticos e criativos”, que “sejam capazes de interagir com as mudanças, de tomar decisões e de refletir sobre a realidade” e que contemple as principais especificidades (funções): “gestor de unidades de informação”, “técnico no tratamento da informação”, “mediador e educador no uso de recursos informacionais” e “consultor no campo informacional”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015, p.16).

E para cumprir essas especificidades, o PPC contemplar as seguintes competências:

Competências em Comunicação e Expressão: Capacitar e orientar os usuários [...]. *Competências Técnico-Científicas:* Desenvolver e executar o processamento de informação; elaborar produtos de informação; reunir e avaliar dados [...]; executar procedimentos de gestão da informação em ambiente informatizado. *Competências Gerenciais:* [...] planejar e executar estudos de usuários da informação e programas de formação de usuários da informação; realizar a gestão da informação e do conhecimento em organizações. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015, p.17).

Essas competências são estabelecidas nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2002). Sendo assim, o bibliotecário ao final do curso deve estar apto a desempenhá-las.

3.2 Projeto Pedagógico do Curso - UDESC

O PPC do Curso de Biblioteconomia – Habilitação Gestão da Informação da UDESC (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007), possui como principal objetivo, o de formar bibliotecários aptos para “desenvolver produtos e serviços de informação”, e “gestores da informação capazes de gerenciar recursos e serviços informacionais”, para atuarem nas mais diversas unidades de informação, inclusive em instituições privadas (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007, p.8).

Quanto ao domínio dos conteúdos, supõe o desenvolvimento de determinadas competências, separadas em gerais e específicas:

Gerais: gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los, [...] elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos, desenvolver e utilizar novas tecnologias; – traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação, desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria [...]. *Específicas:* Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação [...], criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação, trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza, processar a informação registrada [...], coleta, armazenamento e difusão da informação e realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007, p.9).

Como descrito acima, as competências de ambas as instituições seguem o mesmo caminho, ou seja, buscam formar um profissional que esteja de encontro com as necessidades informacionais das organizações, que saiba fazer a gestão da informação nos mais variados suportes, utilizando os mais variados sistemas e trabalhar em diversas instituições. Um profissional da informação eclético em suas competências e funções.

3.3 Perfil dos anúncios de emprego

Aplicando a metodologia escolhida nos sites, mediante às métricas estabelecidas e com os filtros de busca utilizados, construiu-se um quadro com uma amostra de cinco dos anúncios (sendo que o resultado total foram 12 anúncios encontrados):

Quadro 1 - Lista dos anúncios de emprego.

Título da vaga	Descrição técnica	Perfil da vaga
Assistente de E-Commerce - Cadastramento De Produtos	Escolaridade Mínima: Ensino Médio (2º Grau); ou especialização profissional em Administração - Administração Geral Inglês (Básico) Aplicações de Escritório: Microsoft Outlook, Microsoft Word	Bom desenvolvimento em escrita e criatividade na criação de conteúdo; Pacote Office. Conhecimento em regras de otimização para sites de busca. Cadastro e manutenção de produtos na loja virtual, com todos os pré-requisitos necessários: descrição, conteúdo e imagens dos produtos. Realizará organização dos produtos, bem como seus departamentos e categorias necessárias para a loja virtual.
Consultor de Atendimento ao Cliente	Ensino Superior completo ou cursando em Administração, Gestão da Informação ou Eng. da	Prestar consultorias de treinamento de implantação software de gestão. Desenvolver rotinas e procedimentos. Documentar



	Produção. Experiência com utilização de ERPs e CRMs. Facilidade com ferramentas de busca da internet.	atividades realizadas no cliente em diagnósticos. Atuar com acompanhamento e negociação de propostas. Efetuar filtro de informações para negociações comerciais.
Innovation Ecosystem Analyst	Conhecimento em metodologias de desenvolvimento de negócio: Lean Startup, Design Thinking, Customer Development; Inglês avançado (leitura, escrita e conversação); Conhecimentos de inbound marketing, spin selling, customer success, SaaS metrics. Cursando superior em Direito, Administração de empresas, Ciências Contábeis, Economia, Análise de Sistemas, Processamento de Dados, Ciência da Computação ou áreas afins.	Compreender oportunidades de relacionamento com os principais agentes: universidades, empresas e investidores. Mapear problemas de mercados e tendências; Manter base de dados organizada; Estruturar informações sobre os negócios identificados usando como framework o business model canvas; Compreender técnicas de design thinking para gerar novas ideias de negócio a partir dos aprendizados obtidos junto ao ecossistema.
Vaga para Assistente de Relacionamento	Curso superior concluído ou em andamento em administração ou áreas afins	Realizar pesquisas de satisfação com os clientes; Organizar treinamentos para implantação de software nos clientes; Realizar atendimento/ouvidoria; Realizar retenção de clientes, dando suporte no atendimento e buscando melhorias; Identificar oportunidades de negócio na carteira de clientes
Cientista de Dados	Conhecimento do pacote Office/LibreOffice e ferramentas do Google Drive. Gosto por programação em R ou Python. Perfil inovador alinhado com as dinâmicas e desafios. Desejável: Inglês. Conhecimento das dinâmicas de sistemas open-source. Superior (Concluído ou em andamento) em Administração, Economia, Sistemas de Informação, Estatística, Física, Matemática, engenharias ou áreas de pesquisa	Utilizar Inteligência Artificial e Capoeira Cognitiva para solução de problemas complexos reais, gerando cases. Analisar situações de otimização baseados em dados. Avaliar ferramentas e níveis de maturidade de dados em organizações de diversos setores. Aplicar metodologias ágeis de análise de dados desenvolvidas pela Aquarela. Realizar processos de limpeza e transformação de dados. Criação de modelos de análise.

Fonte: Elaboração do autor, 2017

4 RESULTADOS

Diante de todos os levantamentos feitos na pesquisa, durante a coleta de dados, o resultado percebido é que algumas vagas poderiam sim, ser preenchidas por um bibliotecário,

uma vez que as vagas possuem um perfil com competências que poderiam ser realizadas por este profissional, no entanto, na descrição técnica não consta a graduação “Biblioteconomia” ou o nome da vaga não estava direcionado para o profissional de informação.

Olhando para a literatura, Valentim (2000) e Miranda (2004), entre outros, defendem que o bibliotecário ainda não alcançou sua credibilidade diante da sociedade, no intuito de demonstrar sua capacidade informacional em outros contextos fora da biblioteca. Constatou-se, infelizmente, que ainda existe uma grande parcela do segmento empregador que desconhece a atuação do profissional. No entanto, autores como Ferreira (2005) e Souto (2005), mesmo constatando essa falta de reconhecimento social, demonstram em seus estudos que há uma grande demanda do mercado pelas funções e competência do profissional de biblioteconomia.

No estudo realizado por Silva (2010, p.44), sobre a atuação do bibliotecário em empresas da Grande Florianópolis, afirma que se trata de “um profissional importante para a empresa”, pois seu insumo é a informação, “que guia a tomada de decisão e as ações neste ambiente”.

Como em todo trabalho de pesquisa, algumas dificuldades também se apresentaram, como a complexidade em analisar os anúncios de vagas, muitos pela falta de informações, clareza nas descrições e de padronização dos sites consultados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que as empresas privadas ao descreverem o perfil de uma vaga onde pondera competências que são dos profissionais da informação, não consideram na descrição técnica a graduação biblioteconomia. Demonstrando assim, que no mercado de trabalho, em específico das empresas privadas, existem campos para os profissionais da informação que não estão sendo aproveitados.

Na metodologia da busca de vagas nos sites, não foi considerado como métrica o termo “biblioteconomia”, pois o resultado foram bibliotecas especializadas, escolar e perfil de vagas com as descrições de: seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação, serviço de atendimento, etc. A ideia era justamente levar a pesquisa para outros lugares que não aqueles já habituais para os profissionais da informação.



A proposta deste trabalho é mostrar que o bibliotecário tem competências não só para atuar em Bibliotecas, instituições públicas ou outro tipo de Unidade de Informação, mas abrir o leque de possibilidades “do fazer” do bibliotecário.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Alice Guimarães. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Profissional da informação: o espaço e o trabalho**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p. 15-19.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES**, 19, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia. [Brasília], 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES192002.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Descrição: Profissional da informação**. 2017. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaParticipantes.jsf> > Acesso em 30 jun. de 2017.

CAMPOS, Nilce. Dicas valiosas para elaborar um anúncio de vaga de emprego. **RH Conteúdo**, 17 mar. 2016. Disponível em: <<http://rhconteudo.com.br/dicas-valiosas-para-elaborar-um-anuncio-de-vaga-de-emprego/>>

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. O papel social do bibliotecário 10.5007/1518-2924.2003v8n15p41. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 41-46, jan. 2003. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p41/5234>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DESTINO Negócios. Gestão: como descrever uma vaga de emprego? **Veja dicas**. 31 dez 2015. Disponível em: <<http://destinonegocio.com/br/gestao/como-descrever-uma-vaga-de-emprego-veja-dicas/>> Acesso em 02 jun. 2017.

FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da Informação e a gestão do conhecimento. In: SOUTO, Leonardo Fernandes; FERREIRA, Danielle Thiago. **O profissional da informação em tempo de mudanças**. Campinas: Alínea, 2005. p. 29-53.

MENEZES, Estera Muskat. Pesquisa e suas Classificações. In: _____. **Pesquisa Bibliográfica**. Florianópolis: CID/CED/UFSC, 2009. 86p.

MIRANDA, Antônio. Introdução. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Profissional da informação: o espaço e o trabalho**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p. 15-19.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 909 p.



II Seminário de Organização do Conhecimento e Gestão Documental

75

SILVA, Lidiana Sagaz. **O bibliotecário**: atuação profissional em empresas da Grande Florianópolis. 2010. 53 p. TCC (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de Biblioteconomia, Florianópolis, 2010. Disponível em:
<<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000000010/000010C7.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2017.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Biblioteconomia em reflexão: cenário, práticas e perspectivas. In: SOUTO, Leonardo Fernandes; FERREIRA, Danielle Thiago. **O Profissional da informação em tempo de mudanças**. Campinas: Alínea, 2005. p. 29-53.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Curso de Biblioteconomia. **Reformulação Curricular e Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**: Habilitação Gestão da Informação. Florianópolis, 2000. 171f. Disponível em:
<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/544/ppc_biblio_2007.pdf> Acesso em 02 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento De Ciência Da Informação. **Projeto pedagógico do curso de graduação em biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2015. 92f. (Projeto apresentado à Pró-reitora de Graduação). Disponível em:
<http://biblioteconomia.ufsc.br/files/2014/10/BBD_PPC_2016.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Introdução. In: _____ (Org.). **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 7-29.

WALTERS, Robert. **Recrutamento**: descrevendo o perfil de uma vaga. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.robertwalters.com.br/recrutamento/hiring-advice/descrevendo-o-perfil-de-uma-vaga.html>> 02 jun. 2017

MEMÓRIAS DO POVO “MANEZINHO”: O ACERVO FOTOGRÁFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Vanessa Aline Schweitzer Souza (UFSC)

MEMORIES OF THE PEOPLE "MANEZINHO": THE PHOTOGRAPHIC ACQUISITION OF THE MUNICIPAL HISTORICAL ARCHIVE OF FLORIANÓPOLIS

Resumo: A imagem como informação atualmente está cada vez mais presente no contexto e na história da sociedade. Os documentos existentes em um arquivo municipal, além de preservar a memória social, instituem parte do patrimônio de um país. É essencial que estes documentos estejam organizados e acessíveis aos usuários. Esta pesquisa encontra-se em fase embrionária. O objetivo deste estudo é identificar a gestão documental realizada nos documentos arquivísticos fotográficos armazenados no arquivo Municipal de Florianópolis. Justifica-se a escolha do arquivo supracitado por perceber que é uma instituição que necessita de atenção e estudos em seu acervo. Será um estudo de caráter exploratório. Esta pesquisa objetiva identificar como o acervo histórico fotográfico do Município de Florianópolis tem sido armazenado e conservado nos últimos anos. Nessa perspectiva, serão averiguados os instrumentos de pesquisa utilizados com a finalidade de propiciar o acesso ao acervo.

Palavras-Chave: Fotografia; Arquivo Municipal; Gestão Documental.

Abstract: The image as information today is increasingly present in the context and history of society. The documentary funds existing in a municipal archive, besides preserving the social memory, establish part of the patrimony of a country. It is essential that these documents are organized and accessible to users. This research is in the embryonic stage. The objective of this study is to identify the documentary management carried out in the archival photographic documents stored in the Municipal archive of Florianópolis. The choice of the aforementioned file is justified because it perceives that it is an institution that needs attention and studies in its collection. It will be an exploratory study. This research aims to identify how the historical photographic collection of the Municipality of Florianópolis has been stored and conserved in recent years. From this perspective, the research tools used for the purpose of providing access to the collection will be investigated.

Keywords: Photography; Municipal Archives; Document Management.

1 INTRODUÇÃO

Bellotto (2006, p.13) esclarece que um fundo de arquivo é um mundo “arqueológico a identificar, balizar, ordenar, descrever e analisar de modo a possibilitar a preservação de sua organicidade, de sua integridade física, e a disseminação de informações”.

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda a sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos. (DELMAS, 2010, p.19).



Para Silva e Duarte (2016, p.148), “a imagem como informação torna-se cada vez mais presente, especialmente quando tratada adequadamente, descrita, indexada, conforme métodos e técnicas da organização e representação da informação”. O acervo fotográfico assume papel importante no cenário atual, adquirindo cada vez mais importância como documento de informação e memória (SILVA; DUARTE, 2016).

Kramer (2017, p.15) salienta que a função dos arquivos públicos atualmente “perpassa a salvaguarda de documentos, com a responsabilidade de perpetuar a gestão, a transparência e o acesso às informações como requisito para exercer a democracia e a cidadania”. Porém, nem sempre, “a importância histórica desse patrimônio, se coaduna com as condições de funcionamento e preservação de seus acervos.” (REIS, 2015, p. 5). As condições de existência de alguns arquivos municipais são preocupantes. Problemas relativos à infraestrutura, à preservação, às condições de segurança do acervo e a formação do profissional são alguns dos exemplos citados pelo autor (REIS, 2015).

O estado dos arquivos brasileiros, especialmente arquivos públicos, tem revelado sérios problemas quanto à guarda documental. Documentos acumulados sem tratamento organizacional e tecnológico têm gerado preocupações quanto ao acesso à informação (JARDIM, 1999).

O arquivo está relacionado ao patrimônio cultural e memória de uma sociedade. É dever da instituição elaborar políticas de gestão e acesso documental. Os documentos, sendo eles de suporte físico ou digital, quando devidamente tratados, proporcionaram ao cidadão o direito ao acesso a informação facilitado (BELLOTO, 2006).

Trata-se de uma pesquisa não realizada. Este estudo encontra-se na fase de aquisição e leitura do conteúdo a ser desenvolvido e também no diagnóstico do material fotográfico do arquivo Municipal de Florianópolis. O objetivo deste estudo é Identificar a gestão documental realizada nos documentos arquivísticos fotográficos armazenados no arquivo Municipal de Florianópolis, seguido dos objetivos específicos: a) caracterizar o arquivo Municipal de Florianópolis; b) identificar os documentos fotográficos existentes no arquivo; c) averiguar a existência da realização de uma gestão documental no arquivo fotográfico e d) identificar os instrumentos de pesquisa atualmente utilizados no arquivo para a recuperação e acesso ao acervo fotográfico.

1.1 Justificativa

A escolha do tema ‘Memórias do Povo “Manezinho”’: o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis’ justifica-se pelo fato de eu ser uma cidadã nascida e criada na cidade de Florianópolis e ter-me graduado na Universidade Federal de Santa Catarina. Estes fatores fazem pensar que tenho o dever de retribuir para a sociedade florianopolitana o conhecimento que adquiri no meio acadêmico. Optei por realizar uma pesquisa no Arquivo Municipal de Florianópolis que proporcione informações relativas ao zelo do acervo da sua memória, registradas através de imagens.

Nomeei o arquivo supracitado por perceber que é uma instituição que necessita de atenção e estudos em seu acervo. A probabilidade de não haver uma gestão documental adequada, aliada à dificuldade no acesso do acervo ou a determinados documentos são fatores relevante para a realização de um estudo mais aprofundado. Para garantir serviços mais qualitativos e atrativos é essencial que o acervo esteja organizado e acessível para o usuário. Os arquivos públicos passam a existir da necessidade do cuidado dos documentos históricos. Cabral (2012, p.35) explica que,

a função de um arquivo público como instituição é o recolhimento, a preservação e a organização dos fundos documentais produzidos pelo governo nos âmbitos municipal, estadual e federal, de forma a servir como fonte de informação para o administrador, o historiador e o cidadão.

É importante que um arquivo público dê a devida importância no recolhimento, preservação e organização de seu fundo. Também há uma preocupação relacionada ao acervo fotográfico. De acordo com o contato realizado com o historiador do arquivo, o acervo histórico do município de Florianópolis apresenta vários problemas que necessitam de solução. Dessa maneira, é importante verificar de perto quais as necessidades do arquivo e poder desenvolver um trabalho que contribua para a instituição pesquisada.

2 GESTÃO DOCUMENTAL

Em diferentes épocas, a informação apresentou-se como um instrumento importante para a sociedade. A informação é utilizada para manter um bom funcionamento da organização, para o exercício do poder, para a conquista e ampliação de direitos. (ROCANGLIO; SZVARÇA; BOJANOSK, 2004).

Para Le Coadic (1996, p .05) “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Dessa forma entende-se que independente do suporte a informação pode-se apresentar de diversas formas.

Ao longo dos tempos, os arquivos se encontraram nos mais diferentes suportes, desde as paredes das cavernas, as tábuas de argila, do papiro, do papel e entre outros. Hoje a variedade dos suportes é enorme, e por sua vez os conteúdos inseridos nestes também se tornaram bastante variados. (TARGINO; HORA, 2010, p.02)

Targino e Hora (2010, p. 13) explicam que o arquivo surgiu da “necessidade que o homem tinha de registrar e difundir informações relacionadas ao seu tempo, a gerações futuras, organizando-as de acordo com as técnicas possíveis ou existentes em sua época”. Os arquivos constituem sucessivamente a memória das instituições, das pessoas, de um povo e de uma pátria.

O arquivo não é uma coleção de documentos. Trata-se de conjuntos documentais que dependem da ação que os gerou. Cada documento provém de uma atividade ou uma ação que cumprem um objetivo seja de pessoa física, jurídica, entidade ou instituição pública ou privada. (BELLOTTO, 2006).

Para que os arquivos possam “proporcionar aos usuários conhecimento e cultura, estes devem estar preparados para desenvolver a gestão documental, tanto nos documentos analógicos quanto nos digitais/eletrônicos”. (PRADE; PEREZ, 2017, p.226).

Bernades (2015) esclarece que a gestão documental além de ser um dos pilares para gestão pública transparente, também tem a função social, que é o acesso à informação. A eficiência desta interação depende do arquivo e da sua difusão, ou seja, do profissional arquivista fazer esta gestão democrática e eficaz. Contudo, “a gestão documental incide diretamente no processo de construção do patrimônio documental, pois determina a preservação e autoriza a eliminação de documentos.” (BERNADES, 2015, p.4).

Prade e Perez (2017, p.227) ressaltam que a gestão documental desenvolvida com eficiência facilitará a “relação arquivo/usuário, pois ao consultar os arquivos, os usuários terão acesso de forma mais rápida e eficiente”. No entanto, para que isso ocorra, a gestão documental deve seguir durante seu o seu ciclo vital (idade corrente, intermediária e

permanente) com a finalidade de organizar e racionalizar a documentação gerada. (PRADE; PEREZ, 2017).

Dentro deste paradigma, os documentos estariam organizados e “à disposição para os fins que se fizerem importantes e necessários para as empresas, sejam elas públicas ou privadas, e para a sociedade em geral”. (ROCANGLIO; SZVARÇA; BOJANOSK, 2004, p.12).

2.1 A fotografia como documento

“Os arquivos são muito mais do que um mero local onde se guardam os documentos, pois os mesmos possuem uma função essencial na construção e preservação da história na sociedade.” (SILVA; BEDIN, 2016, p. 821).

Nos últimos vinte anos, a fotografia deixou definitivamente de ser um mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, uma matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais. (FILLIPE; LIMA; CARVALHO, 2002, p. 11).

Para Belloto (2006, p. 36, grifo nosso), documento é conceituado como,

qualquer elemento gráfico, **iconográfico**, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, **a fotografia**, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.

Silva e Duarte (2016) explicam que, para alguns especialistas na área de arquivologia, o documento fotográfico é caracterizado como documento iconográfico ou documento especial. Conforme Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.76), documento iconográfico é, “documento que contém imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras.”

Diante disso, a fotografia também é considerada como um meio de comunicação. Tem como objetivo de registrar um evento e resgatar a história de um determinado acontecimento. O acervo fotográfico é um importante instrumento de consultas que retrata o passado. (SILVA; DUARTE 2016).

Manini (2009, p.127), esclarece que,

a fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um grupamento sistemático respeitando a organicidade do fundo a que pertence.

Portanto, é essencial que acervo fotográfico seja tratado e reconhecido como os demais documentos. Para tal, devem compor arranjo, serem descritos, classificados e principalmente possuírem um instrumento de pesquisa para serem passíveis de recuperação e acesso. (MANINI, 2009).

3 METODOLOGIA

A metodologia é o caminho pelo qual o estudo deve seguir, indica formas de construir uma pesquisa por meio de métodos, técnicas e aplicações definidas pela ciência. Gil (2008, p. 8) afirma que “a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos”, e “para cada ciência, os recursos utilizados são determinados por sua própria natureza”. (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 14). Sob o ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa é considerada aplicada. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 51) pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Esta pesquisa é de caráter exploratório. Sendo assim, “trata-se de uma observação não estruturada, ou assistemática: consiste em recolher e registrar os fatos da realidade” (RAMPAZZO, 2013, p.54). Gil (2008, p. 27) salienta que pesquisas exploratórias “apresentam menor rigidez no planejamento”, e “habitualmente envolvem levantamento bibliográfico documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso”. Este tipo de pesquisa é recomendado quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado (GIL, 2008).

Como procedimento técnico será utilizado o estudo de caso. “Consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

A indicação do instrumento de coleta e análise dos dados se dará no decorrer da pesquisa. Considera-se a proposta embrionária, não sendo possível afirmar nesta ocasião qual será o instrumento de coleta e de análise a ser empregado futuramente.



4 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se contribuir com informações pertinentes sobre o acervo fotográfico do Arquivo Municipal de Florianópolis e poder desenvolver um trabalho que ajude a instituição. O fato de ser um arquivo onde há algumas problemáticas a serem investigadas motiva a realização de um trabalho específico.

É direito, de todo cidadão ter acesso ao conhecimento e a memória da cidade em que vive. Os arquivos públicos constituem uma parte significativa documentada dessa história. Esses documentos são elementos de um patrimônio, portanto devem estar adequadamente armazenados e acessíveis aos usuários.

Esta pesquisa objetiva identificar como o acervo histórico fotográfico do Município de Florianópolis tem sido armazenado e conservado nos últimos anos. Nessa perspectiva, serão averiguados os instrumentos de pesquisa utilizados com a finalidade de propiciar o acesso ao acervo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 164-179, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/336>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FILLIPI, Patrícia; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. Disponível em:



<http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf4.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JARDIM, JOSÉ Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mesa redonda nacional de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <<https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/informacao-arquivistica-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

KRAMER, Gislaine Pinto. **Arquivo e sociedade: formação e acesso ao patrimônio arquivístico nos municípios do estado do Rio Grande do Sul**. 2017, 215f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/PESQUISA_VERSAO_FINAL_22mai17Gislaine.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

MANINI, Mirian Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTELO, Linete; MARENO, Nádia Aparecida. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/24771680/A_fotografia_como_registro_e_como_documento_de_arquivo>. Acesso em: 20 set. 2017.

PRADE, Aline Márcia; PEREZ, Carlos Blaya. A importância da gestão documental no contexto do acesso aos documentos e difusão dos arquivos. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 226-253, jan./jun., 2017. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2017/2526-1499777940.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

REIS, Carlos Eduardo. O arquivo Histórico Municipal de Florianópolis: 21 anos. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 05-28, jul./dez., 2015. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2526-1445866903.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.



RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de Documentos e Informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 9, p. 1-13, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2004v9nesp2p1/5486>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SILVA, Sônia Maria Ferreira da; DUARTE, Zeny. A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22666>>. Acesso em: 16 set. 2017.

SILVA, Suéllem Chrystina Leal da; BEDIN, Sonali Paula Molin. Descrição do Acervo Fotográfico do curso de graduação em arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 821-836, ago./nov., 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/49156>>. Acesso em: 14 set. 2017.

TARGINO, Luyz Paullo Saturnino; HORA, Sérgio Ricardo de Almeida. **A evolução do arquivo e da arquivologia na perspectiva da história**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-historia/33326/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.



EIXO “ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL”



ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Andréia dos Santos (UFSC)

Luciane Paula Vital (UFSC)

ORGANIZATION OF KNOWLEDGE AND ETHNIC-RACIAL INFORMATION

Resumo: Notoriamente, o atual cenário demonstra preocupações sociais que se voltam à tentativa de retratar os desvios históricos resultados do processo de formação histórica brasileira que alocou a população negra em condições periféricas, marginalizadas e distantes de sua representatividade identitária. Nesse processo, destacam-se avanços simbólicos que visam democratizar a representatividade da população negra. No âmbito da informação, a construção do termo informação étnico-racial, vem fortalecendo o processo de disseminação de informações e da construção de memórias sobre a população negra, no Brasil. Assim também a organização do conhecimento, campo científico que objetiva organizar, representar e recuperar de maneira eficiente a informação, necessita estabelecer práticas e teorias de maneira a garantir a representação terminológica adequada de todos os grupos sociais. Nessa perspectiva, a presente pesquisa busca identificar quais são os estudos publicados, na área Ciência da Informação, que versem a respeito da informação étnico-racial no âmbito da organização do conhecimento. A metodologia utilizada trata de uma revisão sistematizada de literatura, nas bases de dados *Library and Information Science Abstract* (LISA) e na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no período compreendido entre os anos de 2010 a 2018. A partir do objetivo proposto pela pesquisa, a investigação realizada permitiu até o momento observar que a informação étnico-racial tem se tornado objeto de interesse do estudo no campo da ORC, contudo apresenta um número reduzido de pesquisas na literatura de Ciência da Informação em língua portuguesa.

Palavras-Chave: Representação da Informação; População Negra; Representação do Negro.

Abstract: Notoriously, the current scenario shows social concerns that turn to the attempt to portray the historic deviations of the Brazilian historical formation process that allocated the black population in peripheral conditions, marginalized and distant from their identity representativeness. In this process, we highlight symbolic advances aimed at democratizing the representativeness of the black population. In the context of information, the construction of the term ethnic-racial information has been strengthening the process of information dissemination and the construction of memories about the black population in Brazil. Thus, the organization of knowledge, a scientific field that aims to organize, represent and efficiently retrieve information, needs to establish practices and theories in order to guarantee the adequate terminological representation of all social groups. In this perspective, the present research seeks to identify which are the published studies, in the area of Information Science, that deal with respect to ethnic-racial information within the scope of the organization of knowledge. The methodology used deals with a systematized literature review, in the *Library and Information Science Abstract* (LISA) databases and in the *Periodicals in Information Science Database* (BRAPCI), between the years 2010 and 2018. From the objective proposed by the research, the research carried out so far allowed us to observe that ethnic-racial information has become an object of study interest in the field of ORC, but presents a small number of researches in the literature of Information Science in Portuguese.

Keywords: Information Representation; African-american population; African-american representation.



INTRODUÇÃO

O retrato histórico da humanidade é permeado por profundas transformações sociais. Notoriamente, a partir do século XX, ocorreu um crescimento exponencial na produção informacional, nos meios de produção do conhecimento e nas atividades de pesquisa científica, que resultou no surgimento da chamada ‘Sociedade da Informação’, um atual cenário social que tem na produção e materialização do conhecimento a matéria-prima de seu desenvolvimento (SOUSA; ALBUQUERQUE, 2015). Dentre os atuais desafios da ‘Sociedade da Informação’ está o de organizar, representar e recuperar de maneira eficiente a informação. Um dos campos que objetiva responder a este questionamento é a Organização e Representação do Conhecimento (ORC), que na visão de Esteban Navarro (1996, p.97-98, tradução nossa⁶):

[...] estuda os fundamentos teóricos do tratamento e da recuperação da informação, construção, manutenção, uso e avaliação dos instrumentos lógico-linguísticos mais adequados para controlar os processos de representação, classificação, ordenação e armazenamento do conteúdo informativo dos documentos com a finalidade de permitir sua recuperação e comunicação.

Nesse trabalho entende-se que a produção informacional ou de conhecimento acompanha as diretrizes sociais de cada época e lugar, mas que apesar da pluralidade étnica e cultural presente na sociedade brasileira, há dominância cultural e violação da liberdade de expressão sobre classes dominadas por classes dominantes. Isso porque, ao considerar o processo histórico de formação social brasileira, contrastes e desigualdades refletem na exclusão e na negação de direitos e de representatividade social e cultural da população negra (BARTEL, 2014; COELHO, 2003; LOPES, 2008; KABENGUELE, GOMES, 2006). Por esse motivo, sustenta que as atividades da ORC devem perpassar um ‘fazer técnico’ e voltar suas preocupações cada vez mais às dimensões sociais, em que o produto e o processo da representação do conhecimento dedicam-se à utilidade e à adequação para determinada comunidade ou grupo-alvo (PINHO, 2010). Assim, diante desses pressupostos, fica evidente

⁶ Texto original: [...] estudio de los fundamentos teóricos del tratamiento y la recuperación de la información y a la construcción, mantenimiento, uso y evaluación de los instrumentos lógico-lingüísticos más adecuados para controlar los procesos de representación, clasificación, ordenación y almacenamiento del contenido informativo de los documentos con el fin de permitir su recuperación y comunicación. (ESTEBAN NAVARRO, 1996, p.97-98).

uma atual problemática da ORC, a de promover a organização e a recuperação da informação, de maneira a garantir a representação terminológica adequada de todos os grupos sociais.

A pesquisa de mestrado (em andamento) de uma das autoras, a ser finalizada em 2020, focaliza a representação da informação a respeito da população negra no Brasil, denominada nesta pesquisa de informação étnico-racial. Oliveira (2010, p.56) conceitua a informação étnico-racial como:

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana.

Nesse sentido, sensível à problemática apresentada, uma questão emerge: Como a representatividade terminológica da população negra está prescrita no âmbito da ORC? Como uma das etapas da supracitada pesquisa, está o de realizar uma fundamentação teórica ampla e aprofundada sobre os temas estudados, dentre eles, os aspectos da informação étnico-racial no âmbito da ORC. Sendo este, portanto, o objetivo do presente trabalho: realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL) na área da Ciência da Informação que verse a respeito dos estudos publicados sobre a informação étnico-racial na ORC em língua portuguesa.

2 METODOLOGIA

Após delimitar a pergunta da pesquisa, os termos de busca foram selecionados a partir de consulta na terminologia apresentada em três fontes de informação, a saber: Glossário da Diversidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2017), Tesouro Brasileiro da Ciência da Informação (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2014) e Tesouro para estudos de Gênero e sobre Mulheres (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1998). Em seguida, foram traduzidos para o idioma inglês (Quadro 1).

As bases de dados utilizadas foram a *Library and Information Science Abstract* (LISA) e a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) por apresentarem abrangência na literatura de Ciência da Informação. No quadro 1, são apresentados os resultados da pesquisa nas bases de dados BRAPCI e LISA, para cada um dos 18 termos utilizados nas buscas:

Quadro 1 – Resultados iniciais da pesquisa nas bases de dados BRAPCI e LISA

TERMO DE BUSCA	RESULTADOS	TERMO DE BUSCA	RESULTADOS
Organização do Conhecimento e população negra	3	<i>knowledge organization and black population</i>	0
Organização do conhecimento e afro-brasileiro	1	<i>knowledge organization and Afro-Brazilian</i>	0
Organização do Conhecimento e étnico-racial	6	<i>knowledge organization and racial ethnic</i>	0
Representação da Informação e população negra	1	<i>Information Representation and Black Population</i>	2
Representação da Informação e afro-brasileiro	0	<i>Information Representation and Afro-Brazilian</i>	0
Representação da Informação e étnico-racial	3	<i>Information Representation and Ethnic racial</i>	1
Ciência da informação e população negra	14	<i>Information science and the black population</i>	11
Ciência da informação e afro-brasileiro	3	<i>Information science and Afro-Brazilian</i>	1
Ciência da informação e étnico-racial	16	<i>Information science and ethnic racial</i>	9
RESULTADO TOTAL RSL – BRAPCI E LISA – 71 TRABALHOS			

Fonte: Das autoras (2018).

Dos 71 documentos recuperados, 44 apareciam em duplicidade. Dessa forma, o número de materiais recuperados foi de 27 trabalhos. Os critérios de inclusão da pesquisa foram de caráter qualitativo e de análise de conteúdo. Assim, os estudos recuperados que contivessem no título os termos “organização do conhecimento” e ou “informação étnico-racial”, escritos em língua portuguesa, com conteúdo disponível e publicado entre os anos de 2010 a 2018 foram selecionados e caracterizados como relacionados à pesquisa. Após a aplicação dos critérios, foram identificados 11 trabalhos que atendem os objetivos dessa pesquisa (quadro 2).

Quadro 2 – Trabalhos selecionados

REFERÊNCIAS
AQUINO, M. A.; SANTANA, V. A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: < http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/000014237/c99ec57b36d1eadf296 >. Acesso em: 03 jul. 2018.
BRITTO, A.; LARA, M. L. G. A organização do conhecimento e sua dimensão social: a construção de um



<p>sistema de informação para o MAFRO/UFBA. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 13, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/761/612>. Acesso em: 02 jul. 2018.</p>
<p>OLIVEIRA, H. P. N. C.; AQUINO, M. A. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. Liinc em revista, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000012491/d9639c8cb108faecbab12e9dd9d08b>. Acesso em: 03 jul. 2018.</p>
<p>SANTANA, S. R. R.; OLIVEIRA, H. P. N. C.; LIMA, I. F. A. Informação étnico-racial na memória da produção científica do grupo Nepiere. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 17, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021983/b075a16ba5992edb65caec28bb8b5c09>. Acesso em: 04 jul. 2018.</p>
<p>SANTOS, T. H. N.; AQUINO, M. A. Entre os Estudos Culturais e a Ciência da Informação: fontes de informação étnico-raciais. Informação & Informação, Londrina, v. 21, n. 1, p.29-55, 24 jun. 2016. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/brapci/TEXTOS%20RSL/SANTOS-AQUINO-2016.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.</p>
<p>SILVA, L. K. B. R. et al. Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da paraíba: Bamidelê. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. Anais... . Salvador: ENANCIB, 2016. p. 1 - 20. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021801/69760b1bb9c60fe3d32e6773a9aba4ab>. Acesso em: 02 jul. 2018.</p>
<p>SILVA, L. K. B. R. et al. Bamidelê: preservando a informação étnico-racial para o fortalecimento da memória cultural das mulheres negras da paraíba. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 17, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021982/a2ae2c76769f1cc34470e4ce9581924f>. Acesso em: 03 jul. 2018.</p>
<p>SILVA, L. K. B. R.; AQUINO, M. A. Fontes de informação na web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba. Transinformação, v. 26, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862014000200203&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 jul. 2018.</p>
<p>SILVA JÚNIOR, J. F.; SILVA, L. K. B. R.; AQUINO, M. A. A informação étnico-racial em blogs: preservando a memória e construindo a identidade negra. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: ENANCIB, 2013. p. 1 - 7. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000013700/19263a8a645591cbb01eea8ab11bfcc8>. Acesso em: 02 jul. 2018.</p>
<p>SOUSA, M. A.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Informação Étnico-racial: proposta de glossário sob a égide da semântica discursiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais... . João Pessoa: ENANCIB, 2015. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000026262/aed51214c591c85d37e5a66c3d593a71>. Acesso em: 02 jul. 2018.</p>
<p>VALÉRIO, E. D.; GARCIA, J. C. R. Análise das informações etnicorraciais a partir dos estudos métricos da Biblioteconomia: um olhar cientométrico. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.814-828, jan. 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011993/2cf8674279b8a170d2a885e419cf277a>. Acesso em: 03 jul. 2018.</p>

Fonte: Das autoras (2018).

Por se tratar de um estudo inicial, o resultado da pesquisa será apenas de identificar (listar) os estudos relacionados à temática informação étnico-racial e organização do conhecimento. Nossa perspectiva é de em estudos futuros ampliar nossa análise de discussão sobre o referido tema. De forma ampla, observou-se que a temática ainda conta com um número reduzido de pesquisas na literatura de Ciência da informação em língua portuguesa.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do objetivo geral proposto pela pesquisa, a investigação realizada permitiu até o momento observar que a informação étnico-racial tem se tornado, mesmo que timidamente, objeto de interesse do estudo no campo da ORC. De forma ampla, os trabalhos refletem preocupações com as práticas de organização, representação e acesso à informação étnico-racial, tendo em vista as latentes necessidades sociais que se demonstram e estão cada vez mais, sensíveis aos aspectos de retratação histórica das classes étnico culturais, no Brasil. As pesquisas realizadas tendem a se apoiar no cenário de formação histórica brasileira, que resultou nos processos de escravização, subjugação, coisificação, (in)visibilização e reconfiguração da população negra para justificar a crescente demanda da diversidade cultural e étnica. Nessa perspectiva, observa-se avanços simbólicos que visam democratizar a representatividade da população negra. A construção do termo informação étnico-racial vem fortalecendo o processo de disseminação de informações e construção de memórias sobre a população negra, no Brasil.

O conceito de informação como um fenômeno social, histórico e cultural necessita de aplicabilidade interdisciplinar para a compreensão de seus fundamentos e práticas. Assim, comprometer as atividades da ORC à informação étnico-racial pode contribuir à compreensão das relações entre informação, raça e etnia, e à redução do preconceito racial, discriminações e racismos. Considera-se que a ORC perpassa de um fazer técnico e deve se dedicar aos conceitos, teorias, abordagens e práticas que objetivam o uso, a produção, gestão, o armazenamento, a disponibilização e a recuperação da informação étnico-racial. Constatar a presença de estudos que relacionam a organização do conhecimento e a informação étnico-racial valida nossa tentativa de compreender a aderência científica entre as áreas, como subsídio para elaborar a fundamentação teórica entre os temas que serão abordados na



dissertação de mestrado de uma das autoras. Além disso, nossa análise, conclui que ainda são poucos os trabalhos que tratam de questões raciais, com ênfase na população negra, no âmbito da ORC.

REFERÊNCIAS

BARTEL, Carlos Eduardo. Manifestações de Racismo e de Intolerância no Brasil Contemporâneo. **História Unicap**, [S. l.], v. 1, n. 1, p.1-15, jan./jun. 2014. Disponível em: <

<http://docplayer.com.br/20293588-Manifestacoes-de-racismo-e-de-intolerancia-no-brasil-contemporaneo.html>> . Acesso em: 03 jun. 2018.

COELHO, W. N. B. As diferenças que fazem a diferença. *Abc educatio*, São Paulo, v. 23, n.03, p. 6-7, 2003.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel A. El marco disciplinar de los lenguajes documentales: la Organización del Conocimiento y las ciencias sociales. **Scire**, Zaragoza (ESP), v. 2, n. 1, p.93-107, jun. 1996. Disponível em:

<<https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1051/1033>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

KABENGELE, Munanga; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. 224 p. (Para entender).

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Balsa Planeta, 2008. 144 p.

OLIVEIRA, H. P. C. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PINHO, Fábio de Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. 2010. 149 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em:

<file:///C:/Users/andre/Desktop/Andreia/MESTRADO%20CIN%20UFSC%202018/LEITURAS/pinho_fa_do_mar.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SOUSA, M. A.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Informação Étnico-racial: proposta de glossário sob a égide da semântica discursiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** . João Pessoa: ENANCIB, 2015. p. 1 - 18. Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000026262/aed51214c591c85d37e5a66c3d593a71>>. Acesso em: 02 jul. 2018.



ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E TRABALHO COLABORATIVO: A CLASSIFICAÇÃO DAS FANFICTIONS

Bruna Daniele de Oliveira Silva (UNESP – Marília)

Deise Maria Antonio Sabbag (UNESP – Marília)

ORGANIZATION OF KNOWLEDGE AND COLLABORATIVE WORK: CLASSIFICATION OF FANFICTIONS

Resumo: Apresenta e contextualiza historicamente *fandoms* e *fanfictions*. Foram utilizados os conceitos cunhados por Jenkins (2009) e Lévy (1998), respectivamente: convergência de mídia, cultura participativa e inteligência coletiva, que formam o tripé do trabalho colaborativo, fenômeno que possibilita as atividades do *fandom*. Sob a perspectiva do trabalho colaborativo, coloca-os como uma alternativa para biblioteca e para seus profissionais. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou compreender o universo dos fãs e as atividades inerentes a ele, relacionando-o com a Ciência da informação. Tendo como base teórica a obra de Foucault (2009) “O que é um autor?” questiona-se a noção de autoria a partir de seu conceito “função-autor”. A partir de aplicação de questionário, caracterizou-se os escritores, usuários e o sistema de classificação do site de *fanfictions* Nyah!. Por fim, buscou fazer um mapeamento das oportunidades e desafios que as comunidades de fãs representam ao profissional da informação. Conclui-se que os *fandoms*, no contexto da biblioteca, tem o potencial de integrar pessoas, de aproximar a comunidade, de fazer a população se reconhecer nesse ambiente e explorá-lo ao máximo. As *fanfictions* representam um ótimo caminho para introduzir a comunidade de fãs na biblioteca. Cabe ao bibliotecário, como mediador desses espaços, estar atento às novas tendências e práticas para as bibliotecas do futuro.

Palavras-Chave: Cultura da convergência. *Fanfictions*. Trabalho Colaborativo. Função-autor. Classificação.

Abstract: Presents and contextualizes historically *fandoms* and *fanfictions*. Were used the concepts coined by Jenkins (2009) and Lévy (1998), respectively: media convergence, participatory culture and collective intelligence, which form the tripod of collaborative work, a phenomenon that enables Fandom activities. From the perspective of collaborative work, it places them as an alternative to the library and to its professionals. In this sense, the present research sought to understand the universe of the fans and the activities inherent to it, relating it to the Information Science. Based on Foucault's book (2009), "What is an author?" The author's notion is questioned from his concept of "author-function". From the questionnaire application, we characterized the writers, users and the classification system of the site of *fanfictions* Nyah!. Finally, it sought to map the opportunities and challenges that fan communities represent to the information professional. It is concluded that the *fandoms*, in the context of the library, have the potential to integrate people, to bring the community closer, to make the population recognize itself in this environment and to exploit it to the fullest. *Fanfictions* are a great way to introduce the fan community to the library. It is up to the librarian, as mediator of these spaces, to be attentive to the new trends and practices for the libraries of the future.

Keywords: Culture of convergence. *Fanfictions*. Collaborative Work. Author-function. Classification.

1 INTRODUÇÃO

O *Center for the future of Library* é uma iniciativa da “maior e mais antiga associação de bibliotecas do mundo” (ALA, 2017), a *American Library Association* (ALA). Entre seus objetivos

conta a identificação de novas tendências para bibliotecas e biblioteconomia. Em 2016, um dos itens elencados como uma ferramenta para o fomento de parcerias na promoção de alfabetização, engajamento na cultura e criação de mídia, foi o *fandom*.

Os *fandoms* são comunidades de fãs aficionados por um produto cultural em comum. Em seu interior, produzem e compartilham produtos, experiências e trabalhos de seu objeto de entusiasmo. Uma de suas atividades mais proeminente é a produção de *fanfiction*.

As *fanfictions* são histórias ficcionais criadas pelos fãs, baseadas em ícones da cultura popular formalmente publicados. Os produtos originais são chamados de cânone. O processo de desenvolvimento das histórias envolve ícones populares, cultura de massa, trabalho dos fãs e convergência de mídias, o presente artigo procura abordar e contextualizar esses tópicos.

Nesse sentido, a pesquisa pretende compreender o universo dos *fandoms* e as atividades inerentes a eles, sendo elas: as comunidades, os autores e a organização da informação produzida nesse meio. Estudar o processo classificatório das *fanfictions* no *site* Nyah! e caracterizar o escritor/usuário desses produtos, a partir de coleta de dados e a análise dos resultados, verificando as competências classificatórias desses grupos frente ao profissional da informação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 *Fanfiction*

As *fanfictions* nasceram na década de 1930 em meio à popularização dos quadrinhos e dos ícones populares como os super-heróis e histórias de ficção científica. As histórias criadas pelos fãs são baseadas em alguma obra original formalmente publicada, também chamada cânone, e se materializam através das *fanzines*. As *fanzines* são revistas criadas pelos fãs baseadas em algum cânone específico, portanto o nome é uma adaptação de magazine (*fan + magazine*).

Na década de 1960 as produções dos fãs começam a ganhar força principalmente devido ao lançamento de *Star Trek* na TV em formato seriado. A partir deste seriado foram criadas diversas *fanzines* derivadas de ícones da cultura popular exibidos na TV (SIQUEIRA, 2008).

Outra razão para a ascensão dos produtos de fãs ter ocorrido nesse período foi a propagação de diversos movimentos populares (SIQUEIRA, 2008): pacifista, feminista, direitos civis dos afro-americanos, *hippie*, estudantil – Maio de 68, entre outros. Esses movimentos refletem-se nas *fanfictions*, como por exemplo, a maior participação das mulheres nas criações de *fanfictions* como forma de dar voz às suas reivindicações através dos personagens (DANTAS; MOURA, 2013).

Entre as décadas de 1990 e 2000, o desenvolvimento da *internet* e o acesso aos computadores domésticos emanciparam os escritores de *fanctions* (*ficwriters*) do papel impresso e do custo de produzir uma *fanzine*. Agora, para escrever uma história, bastava o computador e o acesso à internet para milhares de pessoas lerem e compartilharem seus trabalhos.

O processo de criação e disseminação de produtos criados pelos fãs colaboradores só obteve êxito graças a sua organização em comunidades, a essas comunidades chamamos *fandom*. Os *fandoms* são comunidades de fãs que compartilham produtos, experiências e trabalhos de seu objeto de ficção. Jenkins (2009) afirma que a produção dos fãs ocorre a partir da apropriação do ícone cultural. Essa apropriação representa uma forma de resistência à cultura dominante, não por meio da rejeição dos produtos culturais, mas pela remodelagem destes as suas próprias crenças, gostos e preferências.

2.2 A questão da autoria

Durante muito tempo a autoria foi considerada um item sem importância para a produção do conhecimento. Ela só era lembrada em textos transgressores, isto é, que envolvessem críticas às igrejas, sendo considerados textos hereges ou proibidos. No contexto capitalista, a autoria ganha espaço como forma de proteger os interesses financeiros das pessoas envolvidas no processo de produção literária (FOUCAULT, 2009).

A produção de *fanfictions* levanta questões pertinentes à autoria, pois sua escrita surge a partir da apropriação de um texto cuja autoria já foi legalmente atribuída. No entanto, está na origem da autoria a característica da transgressão. O limite dessa transgressão está, muito provavelmente, na questão financeira. A escrita das *fanfictions* só é possível por se tratar de uma atividade colaborativa, que não envolve retorno financeiro.

Existe uma função-autor que relaciona o autor a sua obra e caracteriza os discursos, isto é, ela determina o que é aceitável, o que é válido, o que tem credibilidade (FOUCAULT, 2009). A função-autor é uma classificadora de discursos (CHARTIER, 1999), porém, esses mesmos discursos estão carregados de outros discursos. O autor é conhecido por sua obra, no entanto, seu texto não representa somente suas ideias, não é produto unicamente de sua criatividade, já que, para escrever é necessário ler. É na leitura – de outros discursos - que o autor desenvolve suas ideias, dá embasamento às suas criações. Assim, o texto não pode ser individualizado, pois é uma construção social, ou seja, não nasce do absoluto nada.

Para Foucault (2009) a noção de autoria deveria ser amenizada, no entanto, pela limitação de seu tempo, ele não foi capaz de pensar uma maneira de concretizar essa ideia (MILANI; MENONCELLO, 2015). Com os recursos digitais e tecnológicos, é possível “transgredir” a noção de autoria, o trabalho colaborativo que define o universo das *fanfictions* é uma prova, não só da apropriação do texto, como também do questionamento aos limites impostos pelo direito autoral. Não se trata de “roubar” o texto, mas de ter acesso ao seu conteúdo, fazendo cumprir sua finalidade primordial que é ser lido, interpretado e, em última fase, reescrito, ou seja, agregar à construção de outros discursos.

2.3 O tripé do trabalho colaborativo

Os conceitos de Convergência de Mídias, Cultura Participativa e Inteligência Coletiva formam o tripé do estudo do fenômeno Trabalho Colaborativo no contexto da Cultura da Convergência. São eles que conceituam e explicam como funciona o processo de incorporação dos anseios dos fãs na criação e disseminação de ícones populares. Esses conceitos representam as principais correntes de estudo do trabalho de Jenkins (2009) e por isso é importante que se entenda e coloque em contexto cada um deles.

A inteligência coletiva é um termo cunhado por Lévy (1998) para designar a união de conhecimentos prévios para criar uma inteligência compartilhada, um produto comum a todos. O fato de compartilharem de um conhecimento prévio aprofundado do conteúdo original permite que o material seja produzido, e ainda, que ele possa ser interpretado. Convergência midiática é o conceito que define a utilização de diversas mídias no intuito de explorar o mesmo produto cultural. Como corrobora Jenkins (2013, p. 30), convergência midiática é “onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam,

onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis”. A cultura participativa é o aspecto, no contexto das *fanfictions*, que define a ação do consumidor de conteúdo passar a produzi-lo. Ela explora o compartilhamento de conhecimentos e é onde a vontade dos fãs é levada em consideração no desenvolvimento de seus produtos.

É nesse contexto que os escritores de *fanfictions* estão inseridos e por esse motivo é importante compreender esse universo, onde se questiona os limites da autoria, a apropriação dos ícones culturais e a liberdade de se utilizar dessas comunidades colaborativas para criar uma inteligência coletiva, que além de ter consciência do que está sendo criado, ser capaz de organizar o conhecimento produzido em seu interior.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou os métodos bibliográfico e descritivo com a técnica de pesquisa do questionário para coleta de dados, utilizando a ferramenta *Drive* do *Google*. Foram definidos dois grupos de amostragem: Nyah! Fanfiction - Escritores e Leitores e Nyah! Fanfiction (Oficial). O questionário foi elaborado com perguntas de múltipla escolha, com linguagem acessível e poucas perguntas, já que a maior parte do público é constituído por jovens.

Para caracterização do processo de representação das *fanfictions* pelos escritores foi elaborado questionário composto por 16 questões de múltipla escolha. O questionário foi dividido em dois eixos: o primeiro continha 9 questões direcionadas à caracterização do usuário, o segundo contava com 7 questões com o objetivo de caracterizar o processo de representação das histórias. Somando as respostas obtidas nos dois grupos do Facebook obteve-se uma amostra de 33 usuários.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

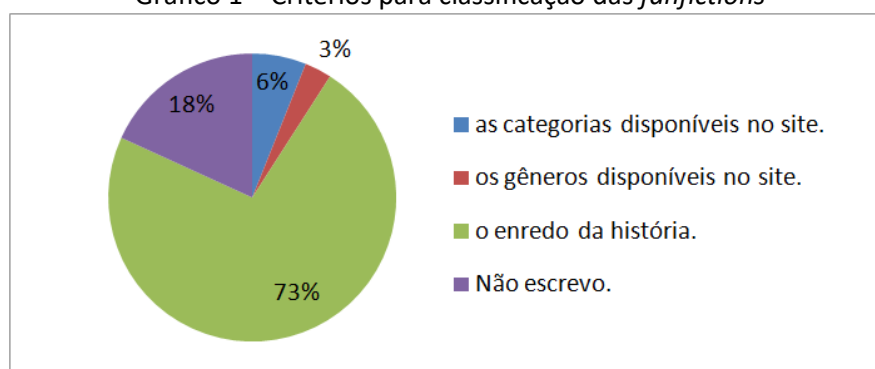
Após análise dos dados, foi possível caracterizar os autores de *fanfictions* como jovens (60,6% < 18 anos), pertencentes ao sexo feminino (90,9%), leitores, estudantes (63,3%) e usuários assíduos da internet. Ficou evidente que grande parte da amostra teve seu primeiro contato a partir da internet (81,8% descobriram as *fanfictions* pela internet). A pesquisa demonstrou que 28,1% têm a categoria “Originais” como a mais utilizada. Isto pode indicar que esse público tem aspirações profissionais com a atividade da escrita.

A classificação ocorre em duas etapas: escolha da categoria e escolha do gênero. A categoria designa uma tipologia de produto cultural (Animes / Mangás, Bandas / Cantores, Cartoons, Filmes, Jogos, Livros, Nyah!, Originais, Poesias, Quadrinhos, Seriado / Novelas / Doramas) e sua escolha ocorre antes da escrita. Após escolher a categoria, o site direciona o usuário a uma página para escolher o cânone que a história usará como base.

A escolha do gênero é mais ampla e dispõe de muitas opções (33 no total). Dessa forma, ocorre uma classificação mais específica na caracterização do enredo, podendo ser atribuídos diversos gêneros à mesma história. A ampla atribuição de gêneros à mesma história é, ao mesmo tempo, positiva e negativa. Positiva, pois aumenta a especificidade na busca dos usuários e negativa, pois podem ser atribuídos diversos gêneros para aumentar as chances de visibilidade das *fanfictions*, o que diminuiria a especificidade. A questão da visibilidade é importante, já que o site dispõe de rankings semanais das histórias mais comentadas e bem avaliadas.

E por fim, o processo de curadoria das *fanfictions* no site. Segundo os dados do questionário, a maioria da amostra (72,7%), considera o enredo para a classificação de suas *fanfictions*, ao priorizar o conteúdo da história, a comunidade demonstra ter uma noção básica de classificação.

Gráfico 1 – Critérios para classificação das *fanfictions*

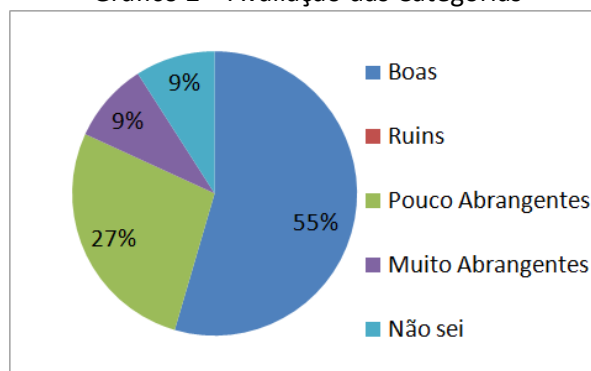


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Interessante notar que isolando a porcentagem do grupo que não escreve, e, portanto não faz a classificação, sobra uma porcentagem ínfima de autores que consideram a categoria ou o gênero (ao todo 9%) em detrimento do enredo, isso indica que a possibilidade do sistema de busca recuperar uma história que não condiz com o enredo é mínima.

Boa parte dos usuários avaliou o conjunto de categorias disponíveis como “Boas” (54,5%), seguido de 27,2% que as classificou como pouco abrangente e nenhum usuário acredita que as categorias sejam ruins. No entanto, 24,2% dos usuários, já solicitaram a inclusão de novas categorias ao site.

Gráfico 2 – Avaliação das Categorias



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Dessa forma, é possível concluir que o sistema de classificação das categorias, ou seja, o primeiro filtro do site é funcional, porém, pode ser aprimorado através da contribuição contínua dos usuários.

Quase metade dos usuários (48,4%), considera os gêneros disponíveis “Bons”, seguidos de 30,3% que os classificou como pouco abrangente e novamente nenhum usuário acredita que as categorias sejam ruins, porém nesse caso, nenhuma solicitação de adição de gênero foi sugerida ao site. Esses dados evidenciam que o grande número de opções de gêneros satisfaz boa parte dos usuários e garante certa especificidade, pois, nesse contexto, a classificação de “pouco abrangente” pode ser interpretada como específica.

Acredita-se que, a partir dos dados coletados com a aplicação do questionário, foi possível caracterizar os escritores de *fanfictions* e o processo de classificação realizada no site Niah!, alcançando, satisfatoriamente, os objetivos propostos no início da pesquisa.

As bibliotecas são espaços com potencial de integrar a comunidade que as permeiam. Considerando o perfil dos integrantes dessa comunidade definido pelos dados da pesquisa, é possível relacionar algumas atividades que podem ser desenvolvidas para esse público, segundo estudo da ALA (2016): disponibilizar produtos culturais populares (livros, mangás), fornecer espaço para oficinas de criação de conteúdos de fãs (*fanarts*, *fanfictions*), promover atividades não digitais (jogos de tabuleiro, concurso de *cosplays*), promover a sociabilidade

(clube do livro, eventos temáticos), tornar a biblioteca um centro de engajamento comunitário, promover a alfabetização, envolvimento com a cultura e criação de mídia.

Dessa forma, é preciso aproveitar o momento de efervescência dos ícones populares, da cultura *geek* e *nerd* para alavancar o uso dos espaços na biblioteca, e mais do que isso, que ela se consolide como ponto de encontro e criação cultural.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui que o fenômeno das *fanfictions* é um movimento sólido e crescente que engaja jovens nas atividades de leitura e escrita. Os autores aliam o amor pelo cânone à característica transgressora da escrita e por meio da apropriação do texto dão voz às suas ideias, explorando ao máximo diversos produtos culturais.

A convergência midiática ajudou a consolidar as práticas dos *fandoms*, pois uniu essas comunidades através do estreitamento das fronteiras físicas. A organização desses grupos é explicada pela cultura participativa e pela inteligência coletiva, esses fenômenos ocorrem quando há um grupo de pessoas com objetivos comuns, onde cada indivíduo envolvido contribui para o seu funcionamento.

No que tange às *fanfictions*, a mediação da biblioteca é ainda mais relevante, pois esse espaço é uma fonte de cânones para a inspiração dos jovens. Enquanto mediador dessas atividades, o profissional da informação pode ser um auxílio nas atividades de representação temática e descritiva que a escrita das *fanfictions* demanda para seu depósito nos sites.

A autogestão dessas comunidades se provou funcional, organizada e com compreensão mínima de classificação e curadoria. Elas criaram um novo meio de produzir e organizar o conhecimento de uma maneira prática e compreensível a todos seus membros. Nesse sentido, o profissional da informação deve estar atento a essas novas formas de organização do conhecimento, não só para o trabalho da classificação, mas para conseguir dialogar com essas comunidades que são extremamente envolvidas com a atividade literária.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Fandom**: libraries transform. Disponível em: <<http://www.ala.org/tools/future/trends/fandom>>. Acesso em: 7 jun. 2017.



CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII, trad. Mary Del Priori, Brasília: UNB, 1999.

DANTAS, Georgia Geogletti Cordeiro; MOURA, Maria Aparecida. O universo cultural e criativo de fãs e suas implicações na produção de conteúdo: uma abordagem informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 14., 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000013649/2dc5e89dbd7726bfe1dfccf62af77fe6>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 2009.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1998.

MILANI, Marco Antonio; MENONCELLO, Aline. Conversando com Roger Chartier sobre a obra de Michel Foucault: entrevista. **Artcultura**, v. 17, n. 30, 2015. Disponível em: <www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF/30/13_Conversando_com_Roger_Chartier.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

SIQUEIRA, Márcio André Padrão de. **A desconstrução da fanfiction**: resistência e mediação na cultura de massa. Recife, 2008. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/2963/arquivo1873_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Bruna Teles de Souza (UFSC)

Cristiani Paiva (UFSC)

Sabrina Martins (UFSC)

RESEARCH DEVELOPMENT PLANNING

Resumo: A disciplina de pesquisa em biblioteconomia buscar habilitar o aluno a compreender a ciência e a identificar métodos e técnicas de pesquisa, sendo assim, o trabalho teve como objetivo apresentar o Planejamento e Desenvolvimento da Pesquisa, que consiste no processo antes de iniciar um projeto de pesquisa científica. O planejamento científico é necessário no início de uma pesquisa científica, é a fase onde é possível obter maior clareza e visão sobre os elementos e a abordagem adotada para o desenvolvimento da pesquisa. E consiste nas etapas de: escolha do tema; delimitação do assunto; revisão de literatura; problematização e construção das hipóteses. A metodologia adotada é a aplicada, uma vez que foi utilizada na construção do projeto de pesquisa dos autores, com os objetivos de pesquisa descritiva, através da utilização de pesquisa bibliográfica. Apresenta como resultado, a importância do planejamento, porque é nessa fase que o pesquisador irá estabelecer o momento atual, definir seus objetivos e metas, traçar seu plano de ação, fazer as verificações e ajustes necessários e dar continuidade ao seu trabalho.

Palavras-Chave: Pesquisa em Biblioteconomia; Planejamento; Desenvolvimento de Pesquisa.

Abstract: The discipline of Research in Library Science seeks to enable the student to understand science and identify methods and techniques of research, thus the objective of the work was to present Research Planning and Development that consists of the process before starting a scientific research project. Scientific planning is necessary at the beginning of a scientific research, it is the phase where it is possible to obtain greater clarity and vision about the elements and the approach adopted for the development of the research. And consists of the steps of: choosing the theme; delimitation of the subject; literature review; problematization and construction of the hypotheses. The methodology adopted is applied, since it was used in the construction of the research project of the authors, with the objectives of descriptive research, using bibliographic research. It presents as a result, the importance of planning, because it is in this phase that the researcher will establish the current moment, define your goals and objectives, outline your action plan, make the necessary checks and adjustments and to continue their work.

Keywords: Research in Library Science; Planning; Research Development.

1 INTRODUÇÃO

A disciplina de Pesquisa em Biblioteconomia tem por objetivo geral buscar habilitar o aluno a compreender a ciência, o processo de pesquisa e sua aplicação na biblioteconomia, além de ter como um de seus objetivos específicos identificar métodos e técnicas de análise. Nesse sentido, o presente trabalho, tem como objetivo apresentar a etapa do Planejamento e

Desenvolvimento da Pesquisa, que antecede o projeto de pesquisa. O tema foi definido a partir do conteúdo programático da disciplina, durante a graduação, porque os autores sentiram a necessidade de buscar o conhecimento sobre a etapa que antecede o projeto de pesquisa científica. A problemática consiste em como se preparar para um projeto científico, quais os passos que os alunos devem realizar? E para esclarecer essa necessidade, escolhemos um trecho do Senra (1989), que diz:

A pesquisa tem início quando alguém, independente de quem seja, sente a necessidade de que se produza uma medida de algum fenômeno. Neste primeiro instante, concretamente haverá uma motivação, a justificativa da necessidade sentida. Mas poderá haver eventualmente um certo conhecimento do contorno teórico da medida desejada (SENRA, 1989, p.10).

Como os autores estavam no processo de construção do tema e posteriormente do projeto de pesquisa, o artigo se justifica pela necessidade destes autores de entender o planejamento e desenvolvimento científico.

No entanto, entende-se que mesmo com a necessidade e a motivação de produzir a pesquisa é necessário ter a consciência de que qualquer atividade realizada sem o mínimo de preparo leva a caminhos desconhecidos. Por isso, o planejamento científico é tão necessário no início do estudo, pois é a fase onde é possível obter maior clareza e visão sobre os elementos e a abordagem adotada para seu desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pesquisar é buscar um assunto, um tema, mas acima de tudo aprender. Segundo Marques (2000, p.20), a pesquisa dentro do ato de escrever está polarizada, porque esta persegue um tema. “Escreve-se à procura de um assunto”. A experiência de pesquisar comporta o aprender. Senra (1989) ainda completa, dizendo que ao fazer uma pesquisa, precisamos estudar, se apropriar das informações para poder “separar o essencial do acidental”.

No entanto, Senra (1989) faz uma crítica ao processo de construção da pesquisa, segundo o autor, os livros de metodologia usuais estão dentro de um contexto de pesquisa acadêmica e muitas vezes retratam somente a elaboração de monografia, abordando apenas um contexto particular, dificultando o desenvolvimento do pesquisador ao se deparar com o

real, com o contexto fora do acadêmico. Infelizmente esse é um retrato que existem em muitas universidades, independente do curso.

Contudo, trazer essa crítica se justifica, porque, o objetivo aqui é justamente evitar ao máximo entrar nesta abordagem metodológica que inclui apenas os métodos de elaboração de uma monografia. Ao contrário, o planejamento e desenvolvimento de uma pesquisa é a parte que mais exige desenvolvimento realista do pesquisador, é através da sua vivência com a realidade que consegue iniciar uma pesquisa.

Mas é claro que não se pode deixar completamente de lado a metodologia, afinal, uma boa pesquisa deve ser organizada, e neste item é que se procura utilizar um mínimo de metodologia. Como afirma, Pacheco Júnior, Pereira e Pereira Filho (2007), que qualquer que seja o foco da pesquisa quanto à forma de tratamento do objeto de estudo, esta é (ou deveria ser) um resultado de tratamento metódico de etapas preestabelecidas desde o seu início. Todavia, ambos autores citados até aqui, concordam que o planejamento faz parte das etapas básicas de qualquer pesquisa. Nesta fase definem-se os objetivos, ou seja, a partir da problemática identificada, deve-se declarar “qual é o objetivo de investigação e o que e aonde se pretende chegar” (PACHECO JUNIOR; PEREIRA; PEREIRA FILHO, 2007, p.14).

Os autores afirmam, ainda, que na fase do planejamento, o problema de pesquisa não é algo definitivo, mas que mesmo assim é necessário explicitá-lo formalmente. Sabe-se que o planejamento é essencial para atingir objetivos, com isso, pode-se assegurar que o objetivo do planejamento é fazer com que o pesquisador saiba exatamente o que ele vai pesquisar, somente assim, é possível saber se no decorrer da pesquisa será necessário mudar o enfoque do trabalho.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho se classifica com uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que o objetivo foi estudar sobre o planejamento da pesquisa e assim, com esse conhecimento poder aplicá-lo no projeto de pesquisa, que é o foco ao final da disciplina de Pesquisa em Biblioteconomia. (MENEZEZ, 2009)

Do ponto de vista da abordagem, utilizou-se a pesquisa qualitativa. E quanto ao objetivo do trabalho foi uma pesquisa descritiva, porque tratou de descrever as características que

constituem o planejamento de uma pesquisa. E para essa descrição, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com o levantamento de livros e artigos que falavam sobre o tema.

Os canais de comunicação utilizados foram os canais formais, que segundo Menezes (2009, p.10), a parte visível (pública) do sistema de comunicação científica, está representado pela informação publicada em forma de artigos de periódicos, livros, comunicações escritas em encontros científicos. Com isso, quanto aos livros, foi realizada uma busca na Biblioteca Universitária (BU) e na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação (CED), termos como: “planejamento”, “desenvolvimento” e como assunto a metodologia. Assim, foi possível encontrar quatro obras que puderam nortear o trabalho.

Quanto aos artigos, as pesquisas foram realizadas nas bases de dados BRAPCI e GOOGLE ACADÊMICO, selecionadas por atenderem e contribuírem de uma maneira suficiente com as demandas do trabalho em questão. Utilizou-se termos como “planejamento científico”, “pesquisa científica” e “planejamento de pesquisa”, com isso foram selecionados seis artigos, dos quais se utilizou dois para nortear a pesquisa.

4 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Como construir um planejamento de uma pesquisa científica? Por onde começar? Para iniciar essa conversa, Prodanov e Freitas (2013), explica que o planejamento de uma pesquisa depende basicamente de três fases: fase decisória, fase construtiva e a fase redacional.

A *fase decisória*, refere-se à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa, ou seja, o pesquisador estará em uma situação, na qual se pode dizer, individual e particular, pois é a reflexão sobre determinada situação;

Na segunda fase, a *construtiva*, como o próprio nome diz, refere-se à construção, mas desta vez, de um plano para a pesquisa e em seguida, à execução da pesquisa propriamente dita;

E por fim, a fase *redacional*, que se refere à análise dos dados e informações obtidas na fase construtiva. Ou seja, é a organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final.

Essas fases indicam o começo, o meio e o fim do processo de uma pesquisa científica. Porém, para a discussão proposta neste trabalho serão discutidas apenas a fase decisória e a fase construtiva, nas quais fazem parte do planejamento e desenvolvimento de uma pesquisa,

são estes os momentos em que os pesquisadores passam a definir como a pesquisa vai ser desenvolvida. Como esclarece Luna (2011):

Assim, o trabalho de pesquisa é desenvolvido por etapas, que se constituem num método, num caminho facilitador do processo, buscando mapear o caminho, evitar muitos imprevistos e esclarecer os rumos para o próprio pesquisador. Recomenda-se que a pesquisa siga o seguinte encadeamento: planejamento da pesquisa: pré-projeto e projeto. (Luna, 2011, p.3)

Já a fase redacional (final do processo) está relacionada ao projeto de pesquisa, o que não faz parte desse estudo. Como justifica, Fonte (2010), o planejamento da pesquisa científica se completa com a montagem do projeto de pesquisa, que traça o caminho intelectual inicial de todo o processo posterior. Ou seja, a fase construtiva não faz parte do objeto deste trabalho.

A primeira e a segunda fase, também podem ser denominadas como uma fase exploratória do projeto de pesquisa, ou como chama Fonte (2010), “o pré-projeto”. Essa fase pode ser considerada a primeira atividade de planejamento, e segundo a autora pode ser dividida em cinco passos:

4.1 Escolha do Tema

Toda pesquisa tem um problema, é possível afirmar que todo tema é um problema, embora a sua formulação possa variar quanto à natureza ou molaridade (LUNA, 2011, p. 19). O início da pesquisa surge com uma ideia brilhante, pois é quando procura-se saber o porquê das coisas. Segundo Marconi e Lakatos (1990), a escolha do tema deve ser desenvolvida e adequada em termos tanto em relação aos fatores externos quanto dos internos ou pessoais. Deve ser levado em consideração a disponibilidade de tempo, o interesse, a utilidade e a determinação para se prosseguir e para terminar o estudo. O tema deve ser claro, bem determinado e exclusivo.

Para a escolha do tema podem ser utilizados alguns critérios como a originalidade, caso o trabalho não seja original deve apresentar pelo menos alguma novidade, um novo enfoque, novos argumentos ou pontos de vista inéditos.

4.2 Seleção/delimitação do assunto

Deve-se escolher o “pedaço” do problema que se quer ou se precisa estudar para estudá-lo em profundidade. Mesmo que todos os aspectos sejam considerados importantes,

devem ser tratados um por vez e, ao escolher um deles, abandonam-se ou outros. É uma imposição do método. (FONTE, 2010, p.4)

Segundo Marconi e Lakatos (1990), o processo de pesquisa pode ser limitado em relação ao assunto, impedindo que se torne muito longo ou muito complexo, porque nem sempre se pode alcançar toda a extensão e há uma série de fatores que envolvem os meios humanos e os econômicos, nas quais podem limitar o seu campo de ação.

4.3 Revisão de literatura

Nesta etapa, a preocupação do pesquisador deve estar direcionada para o corpo teórico. E esse corpo é formado por livros ou periódicos, ou melhor, por autores, estudiosos e pensadores que abordam conceitos que estão dentro do assunto ou tema que será pesquisado. Ou seja, ao construirmos um objeto de estudo é preciso entender que aquele objeto provavelmente já tenha sido estudado anteriormente, e que deve ter sido estudado em alguma área do conhecimento.

Esclarecendo melhor o que foi dito, Prodanov e Freitas (2013), trazem que a revisão de literatura serve para reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outros autores e também que, “abrir um espaço para evidenciar que o campo de conhecimento estudado já está estabelecido”, mas pode e deve receber novas pesquisas; e por fim, e mais importante, que a revisão nada mais é do que “emprestar ao texto uma voz de autoridade intelectual”.

Segundo Fonte (2010), ao escolher um dado tema já seja conhecido algo sobre o mesmo, a releitura exploratória tem o mérito de aumentar a extensão e a profundidade dos conhecimentos conhecidos, ajudando a distinguir o secundário do essencial e facilitando a delimitação do conteúdo dos temas a investigar.

Para Marconi e Lakatos (1990), O estudo da literatura pode ajudar na organização do trabalho, evitando duplicações e certos erros, representado uma fonte obrigatória de informações. A quantidade de material coletado, fazendo uma seleção do que é útil e adequado vai variar conforme a capacidade do pesquisador, sua experiência e a capacidade em descobrir recursos importantes para o seu trabalho.

4.4 Problematização

O ser humano que tem dúvida, vai atrás das respostas. E são com as dúvidas que criam os problemas da pesquisa que se quer estudar. Por isso, para conhecermos cientificamente algo, a pesquisa exige que nos perguntemos. Indo de encontro a isso, Fonte (2010) afirma que a formulação de um problema de pesquisa é um conjunto de perguntas que se pretende responder e cujas respostas se mostrem novas e relevantes teórica e/ou socialmente.

Segundo esse princípio, Marconi e Lakatos (1990) escrevem que, para definir um problema é preciso descrever em detalhes precisos e exatos. Na hora de formular um problema deve haver clareza, precisão e objetividade. Ele deve ser levantado ou formulado, de preferência de maneira interrogativa. Para saber a seriedade de um problema, vai depender da importância dos objetivos e da validade.

A problematização da pesquisa é a transformação de uma necessidade humana em problema. O pesquisador deve ter ideia clara do problema que pretende resolver, da dúvida a ser superada, caso contrário a pesquisa correrá o risco de não ter direção e ausência de algo para se resolver.

4.5 Construção da(s) hipótese(s)

A formulação clara das hipóteses orienta o desenvolvimento da pesquisa. As hipóteses devem ser razoáveis e verificáveis. Em pesquisas exploratórias e descritivas não há necessidade de apresentar as hipóteses. Nesse ponto, é conhecida como hipótese de trabalho. No entanto, se faz necessária a utilização de uma hipótese para que a pesquisa atinja níveis de esclarecimento mais altos.

Segundo Marconi e Lakatos (1990), na pesquisa científica, a função da hipótese é apresentar explicações para certos fatos e incentivar a busca por outras informações. Nos resultados da pesquisa poderão confirmar ou recusar as hipóteses; neste caso, se refeitas, outros testes terão de ser realizados para a sua confirmação.

As hipóteses são uma solução provisória que se propõe para o problema formulado, sendo uma suposição que necessita de confirmação. A formulação de hipóteses deve ser baseada no conhecimento do assunto e na literatura específica que foi levantada. “Lança-se uma afirmação a respeito do desconhecido com base no que se construiu e publicou sobre o tema”. (FONTE, 2010, p.4)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma pesquisa científica, planejar significa ter ideias, prever as etapas da pesquisa e definir aonde se quer chegar com ela. E é nessa fase de planejamento que as surpresas podem ocorrer, conforme vimos no desenvolvimento deste trabalho, o tema escolhido já pode ter sido pesquisado ou talvez o que foi imaginado pelo pesquisador pode estar fora de alcance naquele momento. Por isso, a importância do planejamento, pois é nessa fase que o pesquisador irá estabelecer o momento atual, definir seus objetivos e metas, traçar seu plano de ação, fazer as verificações e ajustes necessários e dar continuidade ao seu trabalho.

Após o desenvolvimento deste trabalho, podemos afirmar que o planejamento não é uma forma de prever o futuro, mas é um instrumento que irá facilitar a visão sobre ele, além de dar uma maior clareza e foco aos objetivos da pesquisa em questão. Portanto, podemos concluir que fazer um planejamento pode garantir a qualidade de um projeto, já que o tempo e o trabalho investidos nesta fase permitem que a execução, seja realizada sem grandes surpresas.

REFERÊNCIAS

- FONTE, Nilce Nazareno da. **Pesquisa Científica: O Que é e Como Se Faz**. Guarapuava: UNICENTRO, 2010. Disponível em:
<<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fZ6wVVMGDdsJ:https://docs.ufpr.br/~nilce/metodolog.%2520pesquisa%2520cientifica.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.
Acesso em: 20 abr. 2017.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2011. 116 p. (Trilhas).
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000. 3. ed., 186 p. (Coleção educação)
- MENEZES, Estera Muskat. Pesquisa e suas Classificações. In: _____. **Pesquisa Bibliográfica**. Florianópolis: CID/CED/UFSC, 2009. 86p.
- PACHECO JUNIOR, Waldemar; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle; PEREIRA FILHO, Hyppólito do Valle. **Pesquisa científica sem tropeços: abordagem sistêmica**. São Paulo: Atlas, 2007. 126 p.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SENRA, Nelson de Castro. **O cotidiano da Pesquisa.** 1989. 71p. (Série Princípios).



**ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRA: REFLEXÕES
PARA CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Graziela dos Santos Lima (UNESP - Marília)

Carlos Cândido de Almeida (UNESP - Marília)

*ORGANIZATION OF KNOWLEDGE IN FIELD OF AFRO-BRAZILIAN STUDIES: REFLECTIONS FOR
CONSTRUCTION OF A KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEM*

Resumo: Neste texto apresenta-se parte do projeto de pesquisa de tese sobre Sistemas de Organização do Conhecimento no Campo dos Estudos Afro-Brasileiros: análise, proposta e diretrizes, em elaboração no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília. Possui como método pesquisa de natureza bibliográfica, com técnica de análise de conteúdo onde foi possível perceber as perspectiva focada na decolonialidade sob uma epistemologia centrada no hemisfério sul, na qual retratam o conhecimento de grupo e países marginalizados, em especial, a africana e afro-brasileira. Percebe-se que os resultados requeridos foram poucos e que há uma preocupação dos pesquisadores no campo da Organização do Conhecimento, no que concerne nas representações dos grupos majoritariamente marginalizados nos Sistema de Organização do Conhecimento. Percebe-se também que, o Sistema de Organização do Conhecimento não dão conta da diversidade étnica e culturais existente no Brasil. O que se pretende explorar nas pesquisas futuras são as possibilidades de aprimoramento, revisão e criação de Sistemas de Organização do Conhecimento mais participativos, realistas, inclusivos e democráticos, para adequar-se às exigências de um mundo cada vez mais multifocal, multicultural, crítico da dominação ocidental e da civilização judaico-cristã.

Palavras-Chave: Sistema de Organização do Conhecimento; Estudos Afro-brasileiros; Decolonialidade.

Abstract: This paper presents part of the thesis project on Knowledge Organization Systems in the Field of Afro-Brazilian Studies: analysis, proposal and guidelines, elaborated in the Graduate Program in Information Science of the State University of São Paulo, Marília Campus . It has a method of research of a bibliographical nature, with a content analysis technique where it was possible to perceive the perspectives focused on decoloniality under a epistemology centered in the southern hemisphere, in which they portray the knowledge of group and marginalized countries, especially African and Afro-Brazilian It is noticed that the requested results were few and that there is a concern of the researchers in the field of Organization of Knowledge, in what concerns in the representations of groups majoritariamente marginalized in the System of Knowledge Organization. It is also noticed that the Knowledge Organization System does not account for the ethnic and cultural diversity existing in Brazil. What is intended to be explored in future research are the possibilities of improving, reviewing and creating more participatory, realistic, inclusive and democratic Knowledge Organization Systems to adapt to the demands of an increasingly multifocal, multicultural and critical world. Western domination and Judeo-Christian civilization.

Keywords: Knowledge Organization System; Afro-Brazilian Studies; Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto apresenta-se parte da pesquisa de tese em desenvolvimento sobre os Sistemas de Organização do Conhecimento no campo dos estudos afro-brasileiros, em



elaboração no Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, dita Constituição Cidadã, e o reconhecimento da diferença cultural como direito fundamental, da criminalização das práticas de racismo e, em anos subsequentes, por meio da pressão da sociedade civil, em especial o Movimento Negro, contra as desigualdades raciais e da necessidade de políticas compensatórias, conhecidas por ações afirmativas, ocorreu uma “explosão” no Brasil dos estudos sobre a África e a Diáspora Africana nas Américas. Entretanto, a multiplicação de publicações, igualmente, ampliou as dificuldades na representação do conhecimento, recuperação da informação e, conseqüentemente, expansão com qualidade da produção acadêmica sobre a temática.

O conhecimento em torno da história e cultura africanas e afro-brasileiras esteve à margem ao longo do tempo quando nos referimos à ciência e, no entanto, pensar em um Sistema de Organização do Conhecimento conhecido como “sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 8) que contemple, de fato, esse conhecimento, vai na “contra mão dos canones ocidentais” (MORTARI; WITTMANN, 2018, p. 160).

A Organização do Conhecimento que investiga e propõe modelos, diretrizes e sistemas de organização do conhecimento; e sistematizado é considerado um dos processos fundamentais, em meio à crescente produção de informações, possui “aplicabilidade em ambientes informacionais impressos e eletrônicos, abrangendo todos os tipos de esquemas que possibilitam a organização do conhecimento, a gestão, além de sua disseminação” (CERVANTES, 2009, p. 30). Os sistemas de organização do conhecimento abrangem uma perspectiva europeia dando mais importância ao conhecimento ocidental e que, ao mesmo tempo, delimitam o lugar das culturas situadas abaixo da linha abissal (SANTOS, 2010), que são retratadas como, objeto de ciência ou inexistente, ou seja, desaparecem enquanto realidade.

O pensamento abissal se manifesta em diversas dimensões e uma das expressões desse pensamento é o que se chama de conhecimento científico. Este é o campo do saber que constrói conhecimento e faz julgamento do que deve ou não ser ciência. O conhecimento

considerado como não científicos, os que estão abaixo da linha são os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, indígenas, dos africanos e seus descendentes, os quais desaparecem como conhecimento relevante por estar além do universo do verdadeiro e do falso (SANTOS, 2010).

Dada a circunstância do pensamento abissal, o “conhecimento científico não se encontra distribuído de forma equitativa” (SANTOS, 2010, p. 56), mas transforma o que está acima da linha em sujeitos e o que está abaixo em objetos de estudos. Este fato é decorrente desse universo intersubjetivo que desde o século XVII, vem elaborando e formalizando “um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo” (QUIJANO, 2010, p. 85).

Segundo Quijano (2010, p. 86), esse conhecimento de caráter eurocêntrico, “denominado racial, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade”. É esse caráter hegemônico e, por natureza eurocêntrica, que configura o campo científico, estrutural, inclusive, o campo da Ciência da Informação.

Este trabalho possui o objetivo de fazer um levantamento das produções que versam na Organização do Conhecimento voltado para o Campo de Estudos Afro-brasileiros na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – (BRAPCI), nos anos de 1972 a 2017 e nos cadernos da International Society Knowledge Organization – ISKO (Brasil e Internacional), na ISKO Brasil de 2012 a 2017 e na ISKO Internacional de 1990 a 2016. Como abordagem metodológica preliminar, este artigo possui uma pesquisa de natureza bibliográfica, com técnica de análise de conteúdo onde foi possível perceber as perspectiva focada na decolonialidade sob uma epistemologia centrada no hemisfério sul, na qual retratam o conhecimento de grupo e países marginalizados, em especial, a africanos/as e afro-brasileiros/as.

2 PERSPECTIVA DECOLONIAL NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Pensar em uma perspectiva decolonial na Organização do Conhecimento é construir ações alternativas na criação de um Sistema de Organização do Conhecimento que contemple outros saberes e epistemologias para além de uma perspectiva colonial (MORTARI;

WITTMANN, 2018) sem a visão dicotômica e racista, proeminente da concepção europeia (MIGNOLO, 2003).

O sistema de organização do conhecimento, segundo Guimarães e Pinho (2012), não é neutro, mas se expressa em uma visão ideológica por meio de quem o criou. Desse modo, poderá expressar posições particulares e políticas que, nada mais são do que a experiência adquirida ao longo do tempo que fazem parte da tomada de decisão do ser humano. Nos países em que a colonização ocorreu, diferentes práticas foram influenciadas pelo viés colonialista, especialmente os conhecimentos que auxiliaram e auxiliam na decisão para sua construção.

Conhecimento construído com base eurocêntrica é uma “dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprios dos povos e/ou nações colonizados” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19). O conhecimento relacionado às histórias e culturas africanas e afro-brasileiras foram negados ao longo do tempo por posições ideológicas, com o intuito de manter a superioridade do conhecimento europeu (GONZALES, 1988).

Uma breve pesquisa na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – (BRAPCI), nos anos de 1972 a 2017 e nos cadernos da International Society Knowledge Organization – ISKO (Brasil e Internacional), na ISKO Brasil de 2012 a 2017 e na ISKO Internacional de 1990 a 2016, localizamos publicações que versam sobre o conhecimento social, historicamente oprimido (SALDANHA, 2018), uma visão descolonizada e crítica na Organização do Conhecimento. As publicações referem-se à diversidade cultural, sexual, gênero, religião e sobre os aspectos éticos na Organização do Conhecimento que visam refletir sobre o fazer do bibliotecário no processo de Organização e Representação do Conhecimento evitando visões particulares quando for representar um conteúdo.

Nesse trabalho focamos nos estudos que se articulam às populações de origem africana nos Sistemas de Organização do Conhecimento. Nas referidas bases localizamos os seguintes trabalhos:

✓ de autoria de Miranda, *et al* (2016), intitulado “A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento (CDD, CDU e LCSH) que visa analisar a organização

do etnoconhecimento dos afrodescendentes nos sistemas de organização do conhecimento (CDD, CDU e LCSH);

✓ o trabalho “A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas na CDD e na CDU” que tem o mesmo objetivo do artigo anterior sem o acréscimo da LCSH (MIRANDA; OLIVEIRA; PARANHOS, 2011) e publicado no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD);

✓ destacamos o trabalho “Organização e representação do conhecimento em religiões yorubanas na *Library of Congress Subject Headings*” que tem por objetivo fornecer subsídios para a construção e reforma de sistemas de organização do conhecimento com representação da religião Yorubanas. A pesquisa foi publicada na International Society for Knowledge Organization (ISKO-BRASIL) em 2012 (MIRANDA *et al*, 2012);

✓ na mesma linha, encontramos o trabalho “A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD”, publicado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Em 2007 (MIRANDA, 2007). Miranda (2007, p. 2) analisa o sistema de representação do conhecimento com base no Etnoconhecimento, que são saberes “produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidas de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal”. Miranda foca nos instrumentos como a CDD, CDU e LCSH, que são os mais utilizados em bibliotecas no Brasil, seja pública ou universitária, a ideia do trabalho é mostrar o quão são subrepresentadas e limitadas às religiões de matrizes africanas. No resultado da pesquisa, o autor identifica incoerências e dispersões semânticas que conseqüentemente dificulta nos processos de indexação, catalogação e recuperação dessas informações, o mesmo concluiu que LCSH “não representam o etnoconhecimento” (MIRANDA, *et al*, 2012), bem como a CDD e a CDU, são instrumentos imprecisos e não identificam relações etnoconceituais.

✓ assim como Miranda, os pesquisadores Silva e Almeida (2017) publicaram sobre “A representação do negro em sistemas de organização do conhecimento no Brasil” (SILVA; ALMEIDA, 2017), no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) em 2017 que visa problematizar sobre como estão representados os negros e os assuntos correlatos à comunidade negra nos sistemas de organização do conhecimento ensinados nos

cursos de Biblioteconomia no Brasil. Os autores analisaram a CDD e o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira no que concerne às subrepresentações dos negros e nos chama a atenção para a importância da participação da comunidade discursiva, não formada apenas por pesquisadores da temática, mas também por pessoas fora da academia, os chamados conhecimentos tradicionais, constituídos por pessoas locais de “etnias específicas transmitidas de geração a geração” (MIRANDA, 2007), essenciais à construção do Sistema de Organização do Conhecimento. Nesse sentido, os pesquisadores perceberam que tais instrumentos de organização do conhecimento não dão conta da diversidade étnica e culturais existente no Brasil.

De acordo com Van Der Walt (2004) apud Guimarães et al. (2009), tais limitações podem causar postura antiética por parte do indexador e também das instituições que são as maiores propagadoras e legitimadoras de saberes eurocêntricos, “a partir de modelo de sujeito desejável que é homem, branco, casado, católico e heterossexual” (MORTARI; WITTMANN, 2018, p.158). Mesmo vislumbrando as limitações da temática no sistema de organização do conhecimento existentes, como a CDD e a CDU, Miranda (2012) reforça a urgência na construção de um Sistema de Organização do Conhecimento de modo a contemplar a história e cultura africanas e afro-brasileiras. Até o presente momento, os estudos existentes que tratam da representação dos africanos e afro-brasileiros não levaram em conta as análises da comunidade de discurso do domínio que se quer representar. Em pesquisa realizada na ISKO e na BRAPCI não foram encontrados, nas referidas bases, estudos que tenham relação com a representação da história e cultura africanas e afro-brasileiras de uma maneira mais ampla e focada nos representantes da comunidade discursiva como pivôs da construção social do conhecimento.

Atualmente, percebe-se que as epistemologias herdeiras da tradição científica do século XIX, Europa e América do Norte (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19) necessitam de uma ampliação do escopo ou, talvez, de profundas mudanças epistemológicas, visto que as mesmas têm certas dificuldades de abarcar estudos voltados para a inclusão de epistemologias que não sejam as europeias e anglo-saxônicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com base no objetivo desse texto que foi um levantamento das produções que versam na Organização do Conhecimento voltado para o Campo de Estudos Afro-brasileiros, percebe-se que os resultados requeridos foram poucos e que há uma preocupação dos pesquisadores no campo da Organização do Conhecimento, no que concerne as representações dos grupos majoritariamente discriminados e marginalizados nos Sistema de Organização do Conhecimento. Percebe-se, ao mesmo tempo, que o Sistema de Organização do Conhecimento não dá conta da diversidade étnica e culturais existente no Brasil. Nesse sentido, a importância de estabelecer um Sistema de Organização do Conhecimento que contemple as culturas africana e afro-brasileira, traz em pauta a possibilidade da construção de informações que tenham representações positivas, evitando estereótipos negativos e formações ambíguas (HJORLAND, 2008, p. 256).

O que se pretende explorar nas pesquisas futuras são as possibilidades de aprimoramento, revisão e criação de Sistemas de Organização do Conhecimento mais participativos, realistas, inclusivos e democráticos, para adequar-se às exigências de um mundo cada vez mais multifocal, multicultural, crítico da dominação ocidental e da civilização judaico-cristã.

REFERÊNCIAS

ANILBAL, Quijano. Colonialidade do poder. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, **Anais...** São Paulo, 2008. Disponível em: <enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3016>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A Construção de Tesouros com a Integração de Procedimentos Terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.



GONZALEZ, Lélia. Por Un Feminismo Afrolatinoamericano. In: Isis Internacional & MUDAR – Mujeres por un Desarrollo Alternativo. **Mujeres, crisis y movimiento: América Latina y el Caribe**. Ediciones de las Mujeres, 1988, Núm. 9, p. 133 – 141.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. et al. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: GOMES, H.F.; BOTTENTUIT, A.M.; OLIVEIRA, M.O.E. (Org.). **A ética na Sociedade, na área da Informação e da atuação profissional**. Brasília: CFB, 2009.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fábio Assis. Desafios da Representação do Conhecimento: Abordagem Ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753/1500>. Acesso em: 20 mar. 2018.

HJØRLAND, Birger. Deliberate bias in knowledge organization?(2008). In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Culture and Identity in Knowledge Organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference**, Montréal, 5-8 August 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIRANDA, Marcos Luiz Calvacanti de, et al. A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento (CDD, CDU E LCSH). In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., **Anais...**, v. 17, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011157/504713479b956e404d30a487205a5308/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MIRANDA, Marcos Luiz Calvacanti de, et al. Organização e representação do conhecimento em religiões yorubanas na Library of Congress Subject Headings. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. 1ed. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2012.

MIRANDA, Marcos Luiz Calvacanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/345/GT2--341.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 20 mar. 2018.



MIRANDA, Marcos Luiz Calvacanti de.; OLIVEIRA, Jonathan Xisto de.; PARANHOS, João Paulo Borges . A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas na CDD e na CDU. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 24., Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011. **Anais...** Maceió, 2011.

MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini. Histórias compartilhadas: propostas universitárias de construção de conhecimentos decolonizados. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 154 - 176, jan./abr. 2018. Disponível em: <www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/.../pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SALDANHA, Gustavo Silva. Sobre a O²S²O, de tesouro à Bourdieu: linguagem simbólica e a organização ordinária dos saberes socialmente oprimido. In: LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Márcio Ferreira da; ALMEIDA, Carlos Cândido de. A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., **Anais...**, v. 17, 2017. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/446/118>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SEMIÓTICA DOCUMENTAL E A ELABORAÇÃO DE RESUMOS

Karenina Machado Candido de Souza (UNESP-Marília)

Carlos Candido de Almeida (UNESP-Marília)

DOCUMENTARY SEMIOTICS AND THE PREPARATION OF ABSTRACTS

Resumo: A organização da informação e do conhecimento, como parte inerente à Ciência da Informação, busca cruzamento com outras áreas de conhecimento, neste caso se faz importante a intersecção com estudos do signo, em suas várias vertentes. Este trabalho apresenta parte da dissertação de mestrado em andamento na qual se busca estabelecer uma aproximação conceitual entre a semiótica e a semiótica documental, a fim contribuir para os estudos de análise documental, essencialmente no que se refere à condensação documental. Neste artigo, pretende-se demonstrar a colaboração que a semiótica pode ter para a Análise documental automatizada. Para isso será realizada uma pesquisa bibliográfica e posteriormente uma síntese dos conceitos encontrados.

Palavras-Chave: Análise documental; Elaboração de resumos; Semiótica documental.

Abstract: The organization of information and knowledge, as an inherent part of Information Science, seeks to cross with other areas of knowledge, in this case becomes important the intersection with studies of the sign, in its various aspects. This work presents part of the master dissertation in progress in which it is sought to establish a conceptual approach, in order to contribute to the studies of automated documentary analysis, essentially in regard to documentary condensation. For this, a bibliographical research will be carried out and a synthesis of the concepts found.

Keywords: Documentary analysis; Elaboration of abstracts; Documentary semiotics.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, a relação do homem com a informação tem se transformado. Dessa maneira, algumas atividades, mesmo a do fazer cotidiano, têm se reconfigurado. Até a maneira como as pessoas organizam o seu dia, se alterou. A rapidez tem se tornado um elemento inerente à própria informação (PASCUAL, 2005), pois a rapidez no processo de busca e recuperação da informação é um elemento que influencia na escolha de uma fonte ao invés de outra; fato que pode ser comprovado pelo sucesso do site de buscas Google, bem como todas as ferramentas a ele atreladas, como os algoritmos que permitem traçam o perfil de busca do usuário, dado resultados supostamente mais preciso, bem como busca por imagem, etc. Assim, não poderia ser diferente quando se trata de informação científica. E a esse respeito, muito se tem a dizer, pois, se a relação com a informação de uma forma bem abrangente se alterou, inevitavelmente se alteram a produção e organização da mesma.

Este trabalho compõe parte da dissertação de mestrado ainda em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista em Marília-SP, e tem como objetivos traçar uma aproximação entre a Semiótica e o processo de elaboração de resumos e neste artigo procura-se demonstrar o trecho em que se destaca a importância da Semiótica no desenvolvimento automatizado de resumos.

2 A ELABORAÇÃO DE RESUMOS

A análise documental envolve uma série de processos pelos quais é necessário se passar a fim de chegar ao seu objetivo que são seus produtos. Assim, é necessário haver uma mediação entre o documento e o produto que o representa, seja na forma de conteúdo ou física. Entretanto, conforme já mencionado anteriormente, a relação do homem com a informação tem se alterado na atualidade, principalmente em decorrência do desenvolvimento da tecnologia e informática. O avanço da tecnologia e informática também se relacionam com os processos que envolvem a Análise documental.

Saracevic (1996; 1999) apud Almeida (2009, p. 263) nos apresenta que “[...] o primeiro núcleo de pesquisa do campo da Ciência da Informação foi a recuperação da informação. Salienta-se por outro lado, que o processo de recuperação da informação depende de um tipo de análise documental para seu desempenho efetivo”, ou seja, para que haja a recuperação da informação, importante núcleo de pesquisa da área, é necessário que haja um processo de Análise Documental, que realmente contemple e realize o processo de recuperação. Afinal, a Organização da Informação e do Conhecimento tem, sobretudo, como objetivo, divulgar e disseminar a informação e o conhecimento, e é na recuperação que este objetivo se efetiva.

Já García Gutiérrez (1984) insere uma nova forma de se pensar a Análise documentária, inserindo o termo "Linguística Documentária" no centro da discussão, e pensando na mesma de uma maneira própria ao trabalho o qual ela necessita desenvolver, não apenas importando conceitos de outras áreas. Para ele, além da análise de sua estrutura para extração de conteúdo e da importância a estrutura de seus produtos (resumos, índices e notações classificatórias) também deve ser pensada como uma linguística própria, com fins próprios, a fim de cumprir seu principal papel na Análise Documentária.

Casttelví (2005) sobre o mesmo assunto aponta que:

De maneira parecida com a indexação, na elaboração de resumos, os termos sintetizam o conteúdo informativo de um documento. Assim, o resumo do documento é resultado de uma operação de condensação que consiste em selecionar a informação mais relevante de seu conteúdo e expressá-lo de maneira sintética (CASTTELVI, 2005, p. 36, tradução nossa).

No resumo, então, temos um processo inicial de compreensão de um conteúdo e uma representação deste conteúdo em um novo texto. Dessa forma, tanto se tratando de documentos convencionais – textos compostos por signos linguísticos – quanto se tratando de textos compostos por signos não linguísticos, há um processo de “tradução” para um novo texto (entretanto, no caso de documentos não convencionais uma imagem pode ser resumida em um texto verbal, por exemplo).

Para Pinto Molina (1993) o processo de resumir:

É a técnica mais complexa da AD e consiste no conjunto de transformações que experimentam o conteúdo dos documentos originais em seu trajeto que vai desde sua estrutura de superfície primitiva a sua correspondente estrutura profunda. Por fim, se trata de um processo de recriação em escala reduzida do documento original, uma difícil e complexa operação criativa, ou melhor dizendo, re-criativa, cujo caráter se revela antes de qualquer intenção normalizadora (PINTO MOLINA, 1993, p. 108, tradução nossa).

Então, das atividades que se prestam a elaboração produtos que proporcionam a recuperação da informação o resumo envolve, além da etapa de leitura e de extração de elementos de representação – como ocorre também na indexação – a elaboração de um novo texto, que de forma reduzida, apresente as informações essenciais do documento com o qual se relaciona, a fim de transmitir de maneira breve, as informações mais importantes contidas no mesmo.

Pinto Molina (1993), ainda apresenta algumas concepções de resumo, como “[...] a operação pela qual se abrevia o conteúdo de um documento e o representa através de um certo número de operações que expressam sua substância”; ou uma “[...] redução com o objetivo de analisar o conteúdo de um documento para representá-lo de forma abreviada”, e ainda que: “[...] é um procedimento complexo direcionado a representar o conteúdo dos documentos analisados de forma a orientar o usuário à informação apropriada” (Pinto Molina, 1993, p. 173 – tradução nossa). Para concluir, a autora completa que:

O processo geral de resumir agrega todos os passos necessários para chegar a obtenção e posterior descrição da estrutura cognitiva (isto é, de conteúdo) dos documentos textuais a partir de sua correspondente estrutura superficial [...] se trata de um processo de recriação em escala reduzida do documento original, uma difícil e complexa operação que supõe um salto do concreto (linguagem) até o abstrato (cognição), para voltar ao concreto.

É possível afirmar, através das leituras realizadas (ALMEIDA, 2011; PINTO MOLINA, 1993; MAI, 2000, 2001; CUNHA, 1993; KOBASHI, 1993; GARDIN, 1981) que o desenvolvimento da Análise documental de conteúdo se dá em três fases: a leitura do documento, a análise e a síntese, fases essas, que Pinto Molina (1993, p. 173) afirma serem "complementares e indivisíveis". Sobre a fase de Síntese também Pinto Molina (1993) aponta que esta, deve seguir os procedimentos de reorganizar as proposições conceitualmente significativas; situar a proposição tópica na posição principal; reajustar a coerência e a estrutura textual; reler o resumo, filtrando a informação em caso de ruído.

Vale também destacar a delimitação do que deve ser contido em um resumo de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) "todo resumo deverá trazer o objetivo, método, resultado e conclusões de um documento em que a ordem e extensão destes itens dependem do tipo de resumo (informativo ou indicativo) e do tratamento que cada item recebe no documento original" (ABNT, NBR 6028, 2003, p. 2).

Dessa maneira, entende-se que o processo de elaboração de resumo, ou como também costuma ser nomeado, Condensação Documental, é um processo intelectual, que além de envolver a fase de leitura e toda a estrutura cognitiva inerente a mesma, também presume um processo de síntese e ainda de criação, com a elaboração de um novo texto que mantém relação direta com o documento a que se refere, mas que ainda assim se constitui como um novo texto, com características próprias.

Com base nas referências levantadas a respeito do processo de elaboração de resumos (GUIMARÃES, 2005; MOREIRA GONZALES, 1993; KOBASHI, 1993, ALVES; MORAIS, 2016; PINTO MOLINA, 1993) pode-se destacar que grande parte da literatura se dedica a estabelecer e delimitar quais são as fases necessárias para que se obtenha o melhor resultado, como espécies de manuais práticos de elaboração de resumos, visando sempre a maior concisão, precisão, entropia, etc., sendo ainda destacados por alguns (GUIMARAES, 2005; MOREIRA GONZALES, 1993) aspectos como coesão, distanciamento razoável e estilo.

Destaca-se também que os autores apresentam uma tipologia de resumos, delimitando características e funções acerca de cada um (PINTO MOLINA, 1993; MOREIRA GONZALES, 1992; GUIMARÃES, 2005).

Os estudos de Análise documental e dos seus produtos vêm sendo desenvolvidos há décadas, todavia, hoje, passam por influências que talvez não fossem imaginadas no seu início. Existem estudos que abordam, principalmente no que se refere à indexação e elaboração de tesouros, softwares que façam essa atividade automaticamente (GIL LEIVA, 2008). Assim como estudos que façam a avaliação desses sistemas (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004; LANCASTER, 2004). Dessa forma, acredita-se a semiótica, quando se pensa nas relações lógicas, cognitivas, inferenciais entre os signos linguísticos e não linguísticos aplicadas à documentação, pode colaborar para o aprimoramento da linguística documental automatizada.

3 SEMIÓTICA DOCUMENTAL

A semiótica documental, de acordo com Izquierdo Arroyo (1993 apud Almeida, 2011, p. 110) “[...] supõe que a compreensão de Peirce sobre a grande Semiótica abarca de forma total a tríade: Linguística (Gramática Especulativa), Ciências Cognitivas (Lógica Pura), Ciências da Comunicação (Retórica Pura)”. O autor também ressalta que a semiótica documental servirá como base teórica para todo o processo de análise documental, englobando ainda mais, pois em lugar da Linguística textual ela serve para dar base para a análise de documentos de tipos diversos e não apenas textuais, no sentido de linguagem verbal, e a tendência de documentos não textuais é cada vez mais comum na sociedade atual. Izquierdo Arroyo (1993 apud Almeida, 2011, p. 110) sobre a teoria de Peirce, ainda diz que “o autor sustenta que tal substituição se justifica por esta ciência cobrir todos os tipos de signos, em que representam o discurso e podem ser símbolos, ícones e índices, e não apenas o símbolo é classificado como signo linguístico”.

A relação tricotômica (expressão, conteúdo, referente) que compõe a teoria dos signos de Peirce, bem como as classes de signos, os tipos de interpretantes e as categorias fenomenológicas podem contribuir com a identificação e conceituação de processos e métodos da análise documental, incluindo o que se refere à confecção de resumos, além de serem

relações que podem colaborar com a avaliação de qualidade e até mesmo na elaboração automatizada.

Ou seja, a semiótica tem influenciado estudos em áreas diversas, como comunicação, filosofia e ciências da linguagem, epistemologia, etc. Entretanto, no que se refere a Análise documental, costuma-se compreender o documento como linguístico-textual, mas, não apenas, mas principalmente hoje, temos um contexto sociocultural em relação a produção, uso e busca da informação que pressupõe uma variedade muito maior de códigos e suportes (IZQUIERDO ARROYO, 1990).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretende dizer que o desenvolvimento tecnológico, que neste trabalho diz respeito à Ciência da Informação, é positivo ou negativo. Obviamente, ele traz aspectos de um e de outro lado. A reconfiguração na maneira de lidar com a informação, por exemplo, através da facilidade que há, quando traçada uma comparação com algumas décadas atrás, na produção e divulgação é grandiosa, já que escrever diante de um computador e publicar online não quer grandes gastos e esforços, entretanto esta mesma facilidade faz com que, entre outros aspectos que levam a isso, exista uma tendência em privilegiar a quantidade ao invés da qualidade. Entretanto, essa mesma tecnologia faz com que atividades intrínsecas à área técnica da biblioteconomia sejam otimizadas, e para isso é preciso o desenvolvimento de estudos na área de estudo dos signos e da sua relação com a tecnologia.

Temos [...] que constatar que a informação no marco do progresso tecnológico equivale a capacidade técnica de seu armazenamento e transmissão, [...] o aumento exponencial da informação no formato eletrônico têm que ser identificadas necessariamente com o avanço das técnicas computacionais para seu tratamento. Nesse sentido, um dos principais desafios para a nova sociedade [...] consiste em desenvolver qualificações e conhecimentos tácitos requeridos para fazer uso efetivo da informação, o que impõe a formação continuada e aprendizagem permanente (GARCÍA, 2005, p. 146).

Acredita-se que o aporte trazido da Semiótica documental, como um estudo dos signos aplicado à documentação, juntamente com estudos que são desenvolvidos na área de indexação automática (GIL LEIVA, 2008; MOREIRO GONZÁLEZ, 2004; LANCASTER, 2004, entre outros), bem como na área da tradução (GARCÍA, 2005; CASTTELVI, 2005; entre outros), podem ser efetivos para se pensar na elaboração de resumos de uma forma otimizada, servindo como



uma ferramenta a ser usada na sua elaboração. Contudo, este trabalho está em fase de desenvolvimento e ainda deverão ser traçados outros aspectos, além disso, trata-se de uma faceta do projeto que tratará da semiótica e da elaboração de resumos feita por pessoas. O que não impede que trabalhos que se interessem em tratar estritamente dos processos automatizados, inteligência artificial, etc. não possam se debruçar sobre essa proposta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. **Peirce e a organização da informação**: contribuições teóricas da semiótica e do pragmatismo. Marília, 2009. 418 f. Tese (Doutorado em Ciência da informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade estadual Paulista, Marília, 2009.

_____. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ALVES, R. C. V.; MORAES, J. B. E. Aboutness em análise documental de textos literários infantojuvenis: perspectivas para o aprimoramento da representação de conteúdo. **Informação & Sociedade:Est.**, João Pessoa, v.26, n.3, p. 7-20, set./dez. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: resumos. Rio de Janeiro: ABNT, 1990.

CASTTELVI, T. C. Terminología e documentación. In: GARCIA, C. G.; YEBRA, V. G. **Documentación, terminología y traducción**. Madri: Ed. Sintesis, 2005.

CUNHA, I. M. R. F. Contribuição para a formulação de um Quadro conceitual em Análise Documentária. IN: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). **Análise documentária**: contribuições teóricas e experimentações. São Paulo: FEBAB, 1989. p. 17-30.

GARCÍA, R. C. G. Funes lingüísticas en internet para el traductor. In: GARCIA, C. G.; YEBRA, V. G. **Documentación, terminología y traducción**. Madri: Ed. Sintesis, 2005.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Lingüística Documental**: aplicación a la documentacion de la comunicacion social. Barcelona: Editorial Mitre, 1984.

GARDIN, J.-C. Vers une epistemologie pratique en sciences humaines. In: GARDIN, J.-C. et al. **La logique du plausible**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

GIL LEIVA, I. **Manual de indización**: teoría y práctica. Gijón: Trea, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. O resumo como instrumento de divulgação da pesquisa científica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 1, p. 3-16, 2005.



KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
MAY, J. E. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing proces. **Journal of Documentation**. v. 57, n. 5. Set, 2001.

_____. **Desconstructing the indexing process**: advances in librarianship, v. 23, p. 269-298, 2000.

MOREIRO GONZALEZ, J. A. **Aproximación de las ciencias del texto al resumen documental**. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1993.

_____, J. A. **El contenido de los documentos textuales**: su análisis y representación mediante el lenguaje natural. Gijón: Ediciones Trea, 2004.

PASCUAL, J. A. Prólogo. In: GARCIA, C. G.; YEBRA, V. G. **Documentación, terminología y traducción**. Madrid: Ed. Síntesis, 2005.

PEIRCE, C. **Semiótica**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1975.

PINTO MOLINA, M. **Análisis documental**: fundamentos y procedimientos. Madrid: EUDOMA, 1993.



METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS EM ARQUIVOS PESSOAIS

Mabel Meira Mota (UFBA)

Francisco José Aragão Pedroza Cunha (UFBA)

IDENTIFICATION METHODOLOGY FOR ORGANIZATION OF DOCUMENTARY TYPOLOGIES IN PERSONAL ARCHIVES

Resumo: O presente trabalho evidencia a identificação nos arquivos pessoais e suas características no que tange à produção documental e à diversidade de tipologias que se constituem como veículo tanto das relações formais quanto das relações informais vivenciadas pelo produtor. É um estudo preliminar acerca da identificação dos tipos de documentos textuais existentes no arquivo pessoal do antropólogo e historiador baiano Thales de Azevedo. Para tanto, apresentamos uma revisão de literatura sobre o estatuto dos arquivos pessoais na Arquivística e um breve histórico, conceituação da metodologia de Identificação Documental. Essa metodologia é **utilizada para** delinear as contingências que presidem a produção e os contextos arquivístico e sócio-cultural-histórico nos quais os documentos se inserem e concretiza o princípio da proveniência. Por fim, destacamos o papel da identificação de tipologia documental na organização da informação nos arquivos pessoais como uma metodologia essencial para a prática arquivística, pois conforma um conjunto de atividades voltadas para possibilitar o acesso aos documentos e à memória neles registrada.

Palavras-Chave: Arquivística. Identificação de tipologia documental. Arquivos pessoais.

Abstract: The present work deals with questions that involve the identification in the personal archives, evidencing its characteristics with regard to the documentary production and the diversity of typologies that constitute as a vehicle of both the formal relations and the informal relations experienced by the owner. It is a preliminary study about the identification of the types of textual documents existing in the personal archive of the Bahia anthropologist and historian Thales de Azevedo. To do so, we present a review of the literature on the status of personal archives in Archivist, and present a brief history, conceptualization and analysis of Documentation Identification in national and international literature, a methodology that we use to delineate the contingencies that govern production and archival contexts and socio-historical context in which the documents are inserted, and thus, to recover the principle of provenance. Finally, we highlight the role of identification of documentary typology in the organization of information in archives as an essential process in archival practice, which includes a set of activities aimed at enabling access to documents and the memory in them.

Keywords: Archivist, identification of documentary typology; personal archives.

1 INTRODUÇÃO

Devido à “aura biográfica” e por resultarem de uma lógica complexa e particular de produção documental, que implica na flexibilidade das estruturas formais e semânticas dos documentos, os arquivos pessoais têm interrogado os limites dos princípios teóricos da Arquivística e, por esse motivo, por muito tempo, ocuparam um lugar secundário na agenda

teórico-metodológica da área. A identificação de tipologia documental, decorrente da ampliação do arcabouço teórico-metodológico da Diplomática em direção aos arquivos, é uma prática essencial para organização da informação, pois comporta um conjunto de atividades voltadas para evidenciar as peculiaridades da produção documental e a diversidade de tipologias que, no contexto dos arquivos pessoais, se constituem como veículo tanto das relações formais quanto das relações informais vivenciadas pelo produtor.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é apresentar um estudo preliminar, proposto no âmbito da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, acerca da identificação dos tipos de documentos textuais existentes no arquivo pessoal do antropólogo e historiador baiano Thales de Azevedo. Para tanto, apresentamos uma revisão de literatura sobre o estatuto dos arquivos pessoais na Arquivística e um breve histórico, conceituação e análise da metodologia de Identificação Documental na literatura nacional e internacional. Por meio desta metodologia é possível delinear as contingências que presidem a produção e os contextos arquivístico e sócio-cultural-histórico nos quais os documentos se inserem e, dessa forma, recuperar o princípio da proveniência.

2 ARQUIVOS PESSOAIS: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Na delimitação do campo científico de atuação da Arquivística, a disseminação de uma “matriz pública”, designou um lugar periférico para os arquivos não governamentais e não institucionais, e implicou na utilização de abordagens metodológicas distintas, de acordo com as filiações institucionais e disciplinares dos responsáveis por sua custódia (HEYMANN, 2012). Assim, inseridos comumente no conjunto dos arquivos privados, os arquivos pessoais foram, e continuam sendo, em grande parte, medidos de acordo com o valor probatório e informativo, próprios aos documentos de natureza institucional, único modo de garantir-lhes uma abordagem arquivística.

Em contrapartida, atualmente, no âmbito da Arquivística, desenvolvem-se trabalhos concentrados “nas dimensões textuais e simbólicas dos arquivos” (HEYMANN, 2012, p. 27), como aqueles desenvolvidos por Catherine Hobbs (2001; 2016). Hobbs (2001) acredita que os indivíduos se situam em um “entre-lugar” – a vida pública e a privada – o que indica que documentos podem ser produzidos longe dos “holofotes”, quando o arquivo passa a ser refúgio

e leitura da inscrição de vários sujeitos em uma mesma identidade. A abordagem sugerida pela autora, ao contrário de distanciar-se da proveniência e da ordem original – princípios que alicerçam o fazer arquivístico – propõe a observação dos atos de vontade e de negligência dos produtores, se considerados os elos entre os documentos da esfera pessoal e da esfera pública, se lidas as materialidades dos documentos relacionando-as a sua carga emocional e a sua utilidade prática para o produtor.

Nessa perspectiva, para que sejam compreendidas as circunstâncias da criação da documentação pessoal faz-se necessário compreender as peculiaridades da urdidura de cada arquivo e a estruturas formais e semânticas dos documentos, para além dos estereótipos decorrentes do exercício administrativo. Para isso, faz-se necessário proceder à Identificação Arquivística, operação a partir da qual são contextualizados o produtor (contexto de produção) e os tipos documentais formais e informais por ele produzidos em diferentes esferas de atuação (profissional, acadêmica, artística, afetiva, científica, etc.).

3 IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS

A metodologia adotada para a Identificação Arquivística reflete o diálogo estabelecido entre os arquivos, a História, o Direito e a Diplomática, principalmente entre os séculos XVII e XIX, a partir do estudo crítico dos elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos escritos, conferiam a autenticidade e fidedignidade dos fatos neles registrados. No final do século XX e início do XXI, Paola Carucci e Luciana Duranti defendem a expansão dos estudos da Diplomática aos documentos contemporâneos, cunhando a Diplomática Arquivística ou Diplomática Contemporânea. Tal expansão fornece subsídios para a análise documental por meio do estudo da tipologia documental aliado ao estudo do contexto de produção documental (TOGNOLI, 2013).

A metodologia de Identificação Arquivística é definida como

[...] fase de levantamento de dados [...], que consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação. Neste sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental. (RODRIGUES, 2011, p. 129)

Antonia Heredia Herrera (1999) vincula a Identificação ao Princípio da Proveniência. A identificação é o ponto de partida para a manutenção da custódia, pois é através desta metodologia que se investiga as origens da documentação considerando sua vinculação ao sujeito ou unidade produtora e à vinculação institucional geral. Assim, tendo como base o Princípio da Proveniência ou Respeito aos Fundos, nessa etapa de Identificação recolhem-se informações relativas a “quem?”, “quando?”, “como?” e, principalmente, “por quê?” os documentos foram produzidos e acumulados como registros probatórios de atividades/funções (LOPEZ, 2012), potencializando o reconhecimento da gênese documental.

Da aplicabilidade prática dos referidos princípios da proveniência e da ordem original, decorrem as tarefas que são realizadas durante esta fase do tratamento técnico. O procedimento da identificação é realizado a partir de um conjunto de atividades integradas, com unidade metodológica, cujas tarefas são desenvolvidas a partir da seguinte ordem: primeiro identifica-se o ‘organismo produtor (evolução orgânica e competências administrativas), depois o elemento funcional (competências, funções e atividades), logo o tipo documental (procedimento administrativo e tramitação) e, por último, a delimitação da série documental’. (RODRIGUES, 2008, p. 68-69)

A Identificação desenvolve-se, portanto, em diferentes graus de detalhamento e tem como objeto “o elemento orgânico (sujeito produtor) e o elemento funcional (tipo documental)” (CONDE VILAVERDE, 1992, p. 42). As informações obtidas, tanto sobre um quanto o outro, são registradas em instrumentos específicos que, posteriormente, levarão ao entendimento do documento “desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e como é estruturado no momento de sua produção” (BELOTTO, 2004, p. 45).

Primeiramente, a Identificação requer uma pesquisa em fontes específicas sobre o produtor (contexto). Posteriormente, reúnem-se informações sobre as funções e atividades administrativas desempenhadas pelo produtor, suas competências, estrutura interna e transformações estruturais. As informações prospectadas acerca do produtor são obtidas, normalmente, na própria documentação, que indica as suas funções e atividades desempenhadas.

Nesta fase são estudados os elementos internos e externos dos documentos, para o reconhecimento e denominação do tipo, que vem a ser a “divisão da espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro” (DICIONÁRIO, 2005, p. 163). Conforme Bellotto



(2002, p. 20), o tipo documental é “a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou”.

A Diplomática do documento contemporâneo, portanto, volta-se para a observação do contexto de criação dos documentos a partir de uma análise da parte para o todo. Esta abordagem deve ser aplicada às funções de classificação e avaliação – tendo objetivos, metodologia e instrumentos próprios – no sentido de investigar e sistematizar as “categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (CONDE VILLAVERDE, 1991, p. 18).

Constata-se que essa metodologia, própria dos estudos arquivísticos, tem como principal objetivo delimitar o seu objeto de estudo, o documento arquivístico, no sentido de compreender sua gênese ancorada no Princípio da Proveniência. Contudo, mesmo situados no contexto de rupturas epistemológicas da década de 1980, observa-se que os autores espanhóis acabaram por construí-la pautada em uma tradição arquivística que prioriza fundos administrativos e públicos. Tal fato alicerça a identificação arquivística “voltada, fundamentalmente, para os documentos públicos, os documentos jurídicos, os documentos ‘de fé’, em geral expedidos no exercício de funções administrativas ou jurídicas” (BELLOTTO, 2015, p.282), o que, de maneira geral, não se aplica a todo o conjunto de documentos existentes em um arquivo pessoal.

Nos arquivos pessoais estão registrados marcos da vida particular (registros amorosos, familiares e das amizades) e marcos da vida pública dos indivíduos (registros fiscais, jurídicos e administrativos). Essa indefinição de fronteiras entre a vida pública e privada reflete na identificação documental, principalmente na identificação das espécies inusitadas que, em geral, aparecem, em maior grau, em arquivos pessoais, uma vez que, nem sempre, o que vai imperar na nomenclatura do documento é a proveniência ou a função do documento, mas a aparência, a custódia e o teor (BELLOTTO, 2015).

Considerando a importância dessa fase preliminar para o tratamento arquivístico, acredita-se que é fundamental observar como tem sido sistematizada a abordagem da Identificação dos arquivos pessoais, permitindo, assim, uma ampliação metodológica para além da natureza impessoal e sistêmica da cultura organizacional. De acordo com Campos (2017, p. 57),

[...] o estudo dos documentos tipicamente associados aos arquivos pessoais, sobretudo aqueles de feições mais inusitadas, não figurou na pauta das preocupações dos diplomatas contemporâneos, algo compreensível diante do reconhecimento relativamente recente do estatuto dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos como arquivos no sentido estrito do termo.

Levando em conta a flexibilidade dos padrões e das normas que regulam a produção documental na esfera privada dos indivíduos, faz-se necessário ampliar a aplicabilidade da Diplomática para compreender o impacto dos elementos íntimos refletidos na forma e no conteúdo dos documentos. Infere-se que a produção de documentos na esfera privada está livre das amarras das fórmulas diplomáticas, informando não apenas sobre como o indivíduo se integra à sociedade – isto é, as funções e atividades desempenhadas –, mas a maneira como trabalha e constrói sua visão de mundo, na maior parte do tempo, na solidão, produzindo formas documentais e mobilizando vários gêneros de escrita em prol do seu uso particular (HOBBS, 2001).

O caso do arquivo pessoal de Thales de Azevedo tem demonstrado a necessidade de uma abordagem metodológica que atenda à dimensão pública e privada do seu titular, registrada em documentos. Médico renomado, antropólogo reconhecido, professor, poeta, Thales de Azevedo é uma figura reconhecida na cena intelectual baiana e seu arquivo deixa entrever não apenas os múltiplos campos em que atuou, os cargos que ocupou, mas, também, seus afetos, suas emoções, seu processo de escritura, sua sede por conhecimento e sua sensibilidade por registrar o corriqueiro, o cotidiano. Assim, longe de ser apenas um trabalho calculado em função da posteridade, seu arquivo instrumentaliza o fazer historiográfico ao qual se dedicou ao longo de sua vida, o que implica a necessidade de uma compreensão profunda dos vínculos entre os documentos produzidos e acumulados seja em função da obrigatoriedade seja em função do apelo sentimental ou da utilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao inscreverem-se sob o signo do precário e do incompleto, os arquivos pessoais impõem questões à teoria e aos métodos da Arquivística, ao tempo em que se ajustam às reflexões atuais promovidas nas ciências humanas e sociais, em torno das noções de memória, autoria, documento, verdade e tempo. Por serem construídos a partir de estratégias de

produção e de acumulação documental das quais emanam atos biográficos complexos, os arquivos pessoais são dotados de significação, dando a ler afetos, experiências e ações que implicam na produção de documentos aquém dos estereótipos existentes e que, exatamente por isso, precisam ser nomeados adequadamente, pois “os nomes das coisas são o primeiro passo para seu reconhecimento” (HEREDIA HERRERA, 2007, p.46).

Salienta-se, por fim, o impacto dos estudos de tipologia documental na organização e descrição de arquivos pessoais e como a nomeação dos documentos tem sido, muitas vezes, negligenciada, pois acredita-se que “sendo todos [os documentos] da mesma espécie, basta reconhecê-los pela função que cumprem ou pelo assunto que tratam” (CAMARGO, 2015, p.14). Nesse sentido, é preciso que haja cuidados na identificação dos documentos de arquivos pessoais, a fim de evitar equívocos na definição das espécies e tipos documentais, tendo como critério o suporte, a técnica de registro, o formato ou o gênero, pois não se pode perder de vista o principal: o vínculo orgânico entre documento e a ação que permitira sua existência. Nesse sentido, ainda que a espontaneidade e a informalidade perpassem a produção de parte dos documentos no arquivo pessoal de Thales de Azevedo, o entendimento profundo das ações do titular e do seu *modus faciendi*, devem orientar a nomeação dos documentos para além do sistema jurídico que incide sobre eles.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado. 2002.

_____. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades. In: ARDAILLON, Danielle (org.). Dar nome aos documentos: da teoria à prática. São Paulo: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre espécies e tipos documentais. ARDAILLON, Danielle (org.). Dar nome aos documentos: da teoria à prática. São Paulo: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.



CAMPOS, José Francisco Guelfi. Os arquivos pessoais e a memória das instituições: o caso da Universidade de São Paulo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas. São Paulo: ARQ-SP, 2017.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa et al. La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamerica: identico tratamiento para una misma realidad. In: Primeras jornadas sobre metodología para la identificación y valoración de fondos documentales de las administraciones publicas, 1991. In: Actas. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1992. P. 15-19.

_____. Manual de tratamiento de archivos administrativos. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1992.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. Arquivo & Administração, v.6, n.2, jul./dez., p.25-50, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000029448/dc6e3f47c4c5f76952c56867e19cd83a>> Acesso em: 22 Jul. 2018.

_____. **La identificación y la valoración documentales en la gestión administrativa de las instituciones públicas.** Boletín de la ANABAD, Tomo 49, Nº 1, p. 19-50, 1999. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51133>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

HEYMANN, Luciana. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2012.

HOOBS, Catherine. The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. In: Archivaria, n.52, p.126-135, 2001.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal. Reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.) Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LOPEZ, Andre Porto Ancona. Identificação de tipologias documentais em acervos de trabalhadores. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional. São Paulo; Rio de Janeiro: CUT; Arquivo Nacional, 2012, p. 15-31.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Revista EDICIC, v.1, n.4, p.109-129, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3866877>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.



TOGNOLI, Natália Bolfarini. A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. 162 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103383>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ESTUDO DA APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO

Maria de Fátima Cruz Correa

STUDY OF APPLICABILITY OF THE METHODOLOGY OF IDENTIFICATION OF ARCHIVAL IN THE CONSTRUCTION OF CLASSIFICATION PLANS

Resumo: O presente artigo teve como objetivo examinar como a metodologia de identificação arquivística é aplicada na construção nos planos de classificação. Nesta perspectiva esta pesquisa é considerada básica, bibliográfica e exploratória. Aponta-se que a identificação arquivística pode ser compreendida como uma base científica para a construção de planos de classificação arquivística consiste em um conceito surgido em meados dos Anos de 1980 na Espanha, com o grupo Archiveros de Madrid, sendo utilizada inicialmente para tratar a imensa massa documental acumulada, no país. No Brasil é utilizada também com o sentido de agregar cientificidade e praticidade a constituição de planos de classificação. Neste sentido a presente pesquisa foi desenvolvida com a intenção de discorrer sobre a aplicação desta metodologia. Dentro deste contexto, considera-se a construção de dois planos de classificação, o plano de classificação do Sistema de Arquivos do estado do Rio Grande do Sul, o qual não utilizou a metodologia de identificação na sua construção, e o plano de classificação relativo às secretarias de fazenda e de planejamento e Gestão do Governo do estado do Rio de Janeiro no âmbito do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro, no qual foi empregada a metodologia de identificação arquivística na sua constituição. Nesta metodologia a fase de identificação dos tipos e das espécies documentais, tem por base os fundamentos da diplomática contemporânea, e assim através da apropriação de seus conceitos teóricos e metodológicos é que se realiza o levantamento quanto ao produtor da documentação que perpassa as competências, funções, atividades e unidades arquivísticas e chega-se à compreensão da produção das séries documentais. De acordo com os resultados desta pesquisa, percebe-se, que a função de classificação e a aplicação de seu instrumento, o Plano de classificação documental, construído de a ordo com esta metodologia tornam-se uma tarefa coberta pela padronização e rigor científico. Como considerações finais ressalta-se a relevância da identificação arquivística como parâmetro fundamental para a padronização dos procedimentos de gestão documental e especialmente para a construção dos planos de classificação.

Palavras-Chave: Identificação; Classificação; Diplomática.

Abstract: The present article had as objective to examine how the methodology of archival identification is applied in the construction in the classification plans. In this perspective this research is considered basic, bibliographical and exploratory. It is pointed out that archival identification can be understood as a scientific basis for the construction of archival classification plans consists of a concept arisen in the mid-1980s in Spain, with the Archivists group of Madrid, being used initially to treat the immense cumulative documentary mass in the country. In Brazil it is also used with the sense of adding scientíficidade and practicality the constitution of classification plans. In this sense, the present research was developed with the intention of discussing the application of this methodology. Within this context, it is considered the construction of two classification plans, the classification system of the File System of the state of Rio Grande do Sul, which did not use the identification methodology in its construction, and the classification plan for the secretaries of finance and planning and management of the Government of the state of Rio de Janeiro within the scope of the Document Management Program of the Government of Rio de Janeiro, in which the methodology of archival identification was used in its constitution. In this methodology the phase of identification of documentary types and species is based

on the foundations of contemporary diplomacy, and thus, through the appropriation of its theoretical and methodological concepts, a survey is made as to the producer of documentation that pervades the competences, functions, activities and archival units and comes to an understanding of the production of documentary series. According to the results of this research, it can be seen that the classification function and the application of its instrument, the Documentary Classification Plan, constructed from ordo with this methodology become a task covered by standardization and scientific rigor. As final considerations the relevance of archival identification as a fundamental parameter for the standardization of document management procedures and especially for the construction of classification plans

Keywords: Identification; Classification; Diplomatic.

1 INTRODUÇÃO

Os documentos, ou informações registradas nos mais diversos formatos e suportes desde sempre fizeram parte do cotidiano da humanidade e configuram-se como instrumentos essenciais para a administração da vida tanto das organizações como das pessoas, fornecendo informações que atestam direitos e deveres, ajudando a construir realidades e histórias de pessoas e instituições. A classificação arquivística, nesse sentido, atua como uma primeira operação que dará subsídio às demais etapas de tratamento o que permitirá que os arquivos possam contribuir com tais realidades.

Neste sentido, o presente artigo tem como tema uma perspectiva de interlocução entre a classificação arquivística, a diplomática e a tipologia documental, isto é, se insere no âmbito da determinação de adequação da construção do plano de classificação arquivística, focando-se na metodologia de identificação arquivística, procurando verificar as vantagens de sua aplicação.

Enquanto que a problemática do artigo instala-se no seguinte questionamento: Qual a contribuição da metodologia de identificação arquivística na elaboração de planos de classificação.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa este se situa em examinar como a metodologia de identificação arquivística é aplicada na construção de planos de classificação, porém para que este objetivo fosse atingido fez-se necessário atingir alguns objetivos mais específicos tais como: Analisar dois planos de classificação funcionais, quanto ao uso da metodologia de identificação arquivística; Elucidar o processo de construção destes dois planos de classificação funcionais; Identificar a apropriação de conceitos da identificação arquivística sob os parâmetros da diplomática contemporânea na construção dos planos de classificação.

O presente artigo justifica-se em vista de que o conhecimento de quem produz o documento, ou seja, do órgão produtor e da tipologia documental, isto é dos tipos documentais produzidos por este órgão produtor é fundamental para as atividades arquivísticas, sendo assim, é relevante conhecer novas metodologias que possam sistematizar e padronizar os procedimentos de gestão documental que fazem parte da rotina arquivística, seja em órgãos públicos ou privados.

Por outro lado, os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam a relevância de um plano de classificação construído sob os parâmetros da metodologia de identificação arquivística, pois, ao serem concebidos a partir de parâmetros normalizados pela tipologia documental carregam rigor científico, colaborando para a formação do arquivista moderno.

2 DESENVOLVIMENTO

Para a construção deste referencial teórico foram compilados conceitos de autores da arquivística pertinentes aos temas de gestão de documentos, classificação e metodologia de identificação arquivística.

REFERENCIAL TEÓRICO

Assim, segundo Bueno (2013). Os arquivos do século XX, ao contrário dos séculos anteriores, passaram a possuir características de expansão e de diversificação das fontes produtoras ligando-se mais à administração, à diversidade de suportes, à multiplicação da produção documental e à ampliação do universo de usuários, destacando a importância da gestão documental.

Deste modo Lhansó I Sanjuan (1993, p. 37-38) afirma que gestão documental pode ser entendida como: “[...] período compreendido entre la creación de documentos y su eliminación o transferencia a una institución de Archivos.” argumentando logo em seguida: “[...] aplicación de lá administración científica com fines de eficiencia y economia, siendo considerados los beneficios para las futuros investigadores meros subproductos [...]”.

Neste contexto tem-se que o documento surge com a finalidade de apoio às atividades administrativas de um órgão e para que cumpra o seu papel ele precisa estar acessível sempre que dele se precisar, uma das funções arquivísticas que contribui para a acessibilidade é a classificação.

Portanto, a classificação consiste numa tentativa de representação das informações contidas nos documentos. Cabe destacar que a classificação de documentos é um procedimento técnico arquivístico que está a serviço da organização de documentos em uma instituição e, constitui-se em uma função imprescindível para a gestão documental. (LOPES, 2009). Desta forma entende-se que a gestão documental impulsionou a história da ciência arquivística, contribuindo para a redução da massa documental produzida e acumulada.

É neste cenário de expansão da gestão documental que arquivística aproxima-se da diplomática novamente, mas agora não da diplomática clássica, mas sim de sua expansão, a tipologia documental cujas bases teóricas e metodológicas passaram a serem usadas na compreensão dos documentos contemporânea.

Desta forma a diplomática contemporânea revisitada pela arquivologia, descobre na identificação arquivística novo espaço para o embate científico em torno dos tipos documentais dos documentos arquivísticos.

Neste contexto destaca-se o seguinte conceito para esta metodologia de acordo com Rodrigues (2012): “A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista”. [...] (RODRIGUES, 2012, p. 197-198).

Ressalta-se que a identificação arquivística tem sua base fundamentada na aplicação direta dos princípios basilares da arquivologia, os princípios da proveniência e da ordem original, que são princípios que sustentam um plano de classificação.

Deste modo a identificação arquivística consiste em uma pesquisa exhaustiva sobre a gênese do fundo documental, o sujeito produtor e seu objeto produzido. Coleta de informações nos documentos constitutivos, normas e regimentos da instituição, consulta a legislação em vigor na época da fundação da instituição e na atual, e entrevistas com os produtores dos documentos. (RODRIGUES, 2008)

A aplicabilidade da metodologia de identificação arquivística acontece em duas etapas. A primeira etapa é o da identificação do órgão produtor contexto onde os documentos de arquivo são produzidos, que é dividido em duas fases, conhecimento do elemento orgânico que identifica o órgão produtor do documento e o elemento funcional que identifica as funções e

atividades administrativas desempenhadas pelo órgão produtor de acordo com as competências que tem a seu cargo e que compõem a série documental. (RODRIGUES, 20008)

A segunda etapa é a identificação da tipologia documental, com o aporte da diplomática clássica e contemporânea, onde se identifica quais documentos são produzidos. Este estudo detalhado e correto permite, através o reconhecimento das séries e sub séries funcionais. Todo esse conhecimento fica registrado em formulários e constituem manuais e organogramas, tornando-se uma base padronizada e confiável para a construção de planos de classificação, tornando a identificação arquivística uma base sólida para a classificação documental. (RODRIGUES, 2008)

METODOLOGIA

Neste contexto quanto à natureza da pesquisa ela foi considerada como sendo uma pesquisa de natureza básica, pois, segundo Silva e Menezes (2005 p. 20) este tipo de pesquisa “gera conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática p envolve verdades e interesses universais”. Do ponto de vista do seu delineamento ela foi considerada como bibliográfica, pois segundo Gil (2010, p.29) uma pesquisa bibliográfica “é elaborada com base em material já publicado”. Em referência ao seu objetivo, a presente pesquisa foi caracterizada como uma pesquisa exploratória, pois de acordo com Gil (2010 p. 27): “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Deste modo, algumas etapas foram pensadas e desenvolvidas no transcurso desta pesquisa que incidiram primeiramente na seleção e escolha do tema, da pesquisa, após, passou a etapa teórica e posteriormente a etapa metodológica aplicada. Assim, em uma primeira etapa, procedeu-se a escolha e pertinência do tema, a discussão acerca da problemática da pesquisa, o objetivo geral a ser alcançado e os objetivos específicos como também a reflexão a respeito da justificativa da pesquisa.

No âmbito da etapa teórica, foi realizado levantamento bibliográfico e revisão da literatura, foram realizados fichamentos e leituras. Buscou-se assim a construção de um referencial teórico com a finalidade de reunir informações necessárias referentes aos métodos e teorias da função arquivística de identificação, classificação, e elaboração de planos de

classificação, sob os domínios e parâmetros da tipologia documental, com o propósito de obter subsídios para a formação de um conhecimento mais específico.

A etapa metodológica aplicada ancorou-se na etapa teórica, para fundamentar e entender os fundamentos dos procedimentos e métodos usados na construção dos planos de classificação. Nesta etapa partiu-se para a delimitação da pesquisa, onde o universo escolhido situa-se na apreciação de dois planos de classificação existentes, visando verificar as vantagens ou não do uso da metodologia de identificação.

Sendo assim o recorte estabelecido se fixou na análise dois planos de classificação, o plano de classificação do APERS- RS o qual não utilizou a metodologia de identificação arquivística e no plano de classificação do APERJ- RJ que utilizou esta metodologia.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram à análise bibliográfica (ou de fontes relacionadas), fichamentos de citações e formulário utilizado na entrevista realizada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul- APERS, Na sequência da pesquisa passa-se agora para o capítulo, dos resultados e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O plano de classificação do APERS, não utilizou a metodologia de identificação arquivística e foi concebido com duas grandes funções: 1º Função : Desenvolver diretrizes e políticas de fomento e desenvolvimento econômico, social e cultural 2- Função: Gerenciar as atividades administrativas, financeiras e jurídicas que dão sustentabilidade à administração pública; 3º Função: Desenvolver diretrizes e políticas de Justiça e Segurança Pública. Quanto às subfunções, série e subsérie, estas foram definidas, em função do volume de documentação existente daquele padrão documental, atividades, prazos, e uma forma de organização mais clara para o usuário.

Desta forma, nota-se que o critério preponderante para a construção do plano de classificação do SIARQ, foi à quantificação de documentos produzidos por tal atividade, sendo assim, percebe-se que muitas atividades não foram elencadas no plano e os documentos e tipos documentais produzidas por elas também não ficaram conhecidos, constituindo-se assim em um dos pontos fracos do plano.

Enquanto que o plano de classificação do APERJ construído no âmbito do Plano de gestão documental do Estado (PGD) sabe-se que este foi construído tendo como base os

procedimentos e instrumentos de identificação arquivística usando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico.

Deste modo, o primeiro passo foi a identificação do órgão produtor do documento, por meio de um formulário, após as competências, reconhecimento da tipologia documental e por último têm-se a delimitação das das séries funcionais.

Sobre este plano pode-se fazer a seguinte análise, ao ser construído sobre a base da diplomática contemporânea, usando a metodologia de identificação é passível de ser entendido por todos, pois as tipologias documentais são explícitas e não subentendidas como no plano do SIARQ, neste sentido frisa Rodrigues (2008) a identificação arquivística é uma tarefa de pesquisa científica sobre a gênese documental.

Ou seja, o plano de classificação do APERJ, aplicou uma análise crítica e funcional quanto aos elementos internos e externos dos documentos arquivísticos que permitem a identificação do órgão produtor, do elemento funcional e das tipologias documentais e possibilitam a construção de um plano de classificação sob uma base científica.

Nota-se assim as distinções de um plano de classificação que não foi concebido pela metodologia de identificação arquivística, não há o reconhecimento correto do órgão produtor, portanto, não se tem a percepção de qual tipologia documental são produzidas nas secretarias, isto não há individualização dos tipos documentais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, aponta-se que a vantagem da construção de um plano classificação construído sob os fundamentos da metodologia de identificação arquivística é o conhecimento correto acerca do órgão produtor, suas competências, funções e atividades, e conseqüente uma interpretação com base científica das espécies e tipos documentais, onde todas as atividades e tipologias documentais são reconhecidas no plano, e permite uma classificação de forma eficiente e eficaz.

Desta maneira, percebe-se que os procedimentos permitiram um melhor desempenho do plano de classificação construído sob o viés da metodologia de identificação, porque trouxe lógica ao plano, pois permite que se reconheça o produtor, a espécie e o tipo documental de cada série.

REFERÊNCIAS



BELLOTO, Heloisa Liberalli, **Arquivos**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BUENO, D. A. **Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística no âmbito da gestão de documentos**. Rio de Janeiro: UFF, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LLANSO I SANJUAN, J. **Gestión de documentos**: Definición y análisis de modelos. Bergara: IRARGI, 1993. Disponível em: < <http://eah-ahc.org/pdf/ikerlanak7.pdf> > Acesso em 31 ag. 2018.

LOPES, Luis C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2 ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/.../8/.../TESE ANA CELIA RODRIGUES.pdf> > Acesso em: 31 ag.. 2016.

_____. Identificação arquivística como requisito metodológico do programa de gestão de documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANCIB/FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <[http:// www.eventoscongressos.com.br/enancib2012/arcarestrita/19564/.pdf](http://www.eventoscongressos.com.br/enancib2012/arcarestrita/19564/.pdf)> Acesso em: 31 ag. 2018.

SILVA, E.L da; Menezes E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. ver. atual. Florianópolis: UFSC 2005.

SOUZA, R. T. B. de A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: INARELLI, H. C; SOUZA, R. T; SANTOS, V. T. dos (Orgs.). **Arquivística**: temas contemporâneos. 3ª ed. Distrito Federal: SENAC, 2012, p. 79-173.

ONTOLOGIA EM CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS PARA O MATRICIAMENTO

Martins Fideles dos Santos Neto (Biblioteca do Hospital do Câncer de Barretos)

Rodrigo Antonio Faccioli (Centro Universitário Barão de Mauá)

ONTOLOGY IN ONCOLOGY PALLIATIVE CARE FOR MATRIX SUPPORT

Resumo: Aproximadamente seis milhões de pacientes com câncer estão em tratamento paliativo, em todo o mundo, muitos destes preferem o tratamento a domicílio mesmo não possuindo condições ambientais que favorecem o cuidado, tendo que recorrer à unidade de saúde mais próxima que, não possuindo um serviço em saúde oncológica especializado, encaminha o paciente para o local de seu tratamento inicial, privando-o de vivenciar um ambiente familiar. É finalidade deste trabalho a construção de uma ontologia para recuperação da informação em saúde ou evidência médica em cuidados paliativos oncológicos e que auxilie o profissional da saúde não especializado, que atende o paciente à domicílio. Dessa forma, o profissional da saúde tem acesso às informações sobre cuidados paliativos de forma rápida e precisa. Esta evidência médica é uma árdua tarefa, pois não somente a quantidade de dados vem aumentando vertiginosamente, como também, a heterogeneidade dos dados não-estruturados impactam na tarefa de recuperação da informação em saúde. Para, então, atender às exigências da aplicação da ontologia proposta é utilizado um Banco de Dados Grafo. Com isso, tem-se flexibilidade para compreender várias bases distintas que contêm informações sobre cuidados paliativos em oncologia. Neste trabalho é sugerido i) construção do vocabulário natural, o uso do Prontuário Médico e ii) análise nas redes sociais sobre cuidados paliativos.

Palavras-chave: Recuperação da Informação. Evidência Médica. Cuidados Paliativos. Câncer. Matriciamento.

Abstract: Approximately six million cancer patients are on palliative care worldwide, many of whom prefer home treatment even though they do not have environmental conditions that favor care and have to go to the nearest health facility that does not have a health service oncology, directs the patient to the place of his initial treatment, depriving him of experiencing a family environment. The purpose of this work is the construction of an ontology for the retrieval of health information or medical evidence in oncology palliative care and that helps the non-specialized health professional, who cares for the patient at home. In this way, the health professional has access to palliative care information quickly and accurately. This medical evidence is an arduous task, because not only the amount of data is increasing vertiginously, but also the heterogeneity of the unstructured data impact on the task of health information retrieval. To then meet the requirements of the application of the proposed ontology is used the Graph Database. With this, one has the flexibility to understand several distinct bases that contain information on palliative care in oncology. In this work it is suggested i) construction of the natural vocabulary, the use of the Medical Record and ii) analysis in the social networks about palliative care.

Keywords: Information Retrieval. Medical Evidence. Palliative care. Cancer. Matrix Support.

1 INTRODUÇÃO

É considerado câncer um conjunto que contempla mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado da célula que atingem tecidos e órgãos; sendo passíveis de atingir outras localidades do corpo. Essa divisão celular ocorre rapidamente e de forma

incontrolável, assim, possui tendência a ser agressiva e oferece risco à vida. (INCA, 2018). Nesta perspectiva o câncer é a segunda principal causa de morte em todo o mundo. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017).

A estimativa mundial aponta que houve mais de 14 milhões de casos de câncer em 2012, dos quais aproximadamente oito milhões evoluíram para óbito. Estima-se que no Brasil, considerando o biênio de 2018-2019, haja um milhão e duzentos mil novos casos de câncer. (INCA, 2018). E, em 2030, este número chegará a 27 milhões, considerando 17 milhões de mortes. (OLIVEIRA, 2017). O estágio avançado do câncer eleva a abordagem ao paciente a um nível de cuidados paliativos, momento em que a intenção curativa deixa o cenário.

Os Cuidados Paliativos (CP), conceituado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), busca a Qualidade de Vida do paciente de modo que, as doenças que ameaçam a continuidade da vida, são consideradas secundariamente, potencializando a prevenção e o alívio do sofrimento a nível físico, social, psicológico e espiritual, de pacientes e seus cuidadores. (JARRELL, ELIAS, KANG, 2018). Em final da vida, os CP atuam garantindo a dignidade e a qualidade da morte. (MARTINS PEREIRA, 2018).

A *Palliative Care Alliance Worldwide* (WPCA) aponta que seis milhões de pacientes com câncer estão em tratamento paliativo, em todo o mundo. (ALLIANCE, 2009).

Aos pacientes, muitas vezes é dado a oportunidade de escolher o local em que se experienciará o final de sua vida e, o domicílio retém a preferência, conforme mostra a literatura mundial. (BRUMLEY, ENGUIDANOS, CHERIN, 2003; LORENZ, 2008; TEMKIN-GREENER, 2018).

Para tanto, é preciso que se tenha um ambiente seguro e acessível à equipe em saúde que atuará junto ao paciente, prestando a melhor assistência possível. (VASCONCELOS; PEREIRA, 2018).

Contudo, não são todos os municípios que possuem hospitais especializados em câncer, assim, quando o paciente recebe a atenção da unidade oncológica e retorna para sua cidade, é importante que o local de origem consiga sustentar a qualidade de vida deste paciente junto à equipe de referência, que ofereceu o suporte primário. Pode-se considerar este fluxo como matriciamento em cuidados paliativos.

Matriciamento é uma possibilidade de ação em saúde em que se utilizam duas ou mais equipes, em um processo de construção compartilhada, gerando uma proposta de intervenção pedagógica-terapêutica. (CHIAVERINI, 2011; MEDEIROS, 2015). Figueiredo e Campos (2009, p.130) completam dizendo que o matriciamento é “um suporte técnico especializado que é ofertado a uma equipe interdisciplinar em saúde a fim de ampliar seu campo de atuação e qualificar suas ações”.

Nesta linearidade, pacientes em cuidados paliativos não ficariam desassistidos quando houvessem a procura por atenção em saúde mesmo distante do hospital oncológico ao qual o tratamento esta sendo realizado.

A lógica do matriciamento abraça uma vertente pedagógica e, esta pesquisa tem por objetivo qualificar este suporte, agregando uma ferramenta que potencialize o sistema de busca por evidências de profissionais da saúde que atuam nas cidades satélites aos hospitais de câncer e não são exclusivos da especialidade oncológica, de modo a impactar positivamente nos cuidados a nível domiciliar. Para tanto, se fará uso de conceitos definidos pela ontologia, buscando, em última instância, a recuperação da informação em saúde ou evidência médica.

Considerando a definição de Borst e Akkermans (1997), a ontologia é uma especificação legível por computador que contempla conceitos, propriedades, relações, funções, restrições, axioma, explicitamente definidos e compartilhados. (ALMEIDA; BAX, 2003; BORST, AKKERMANS, 1997).

A ontologia vista por Chaumier (2007), já pensando nesta realidade investigativa, fundamenta-se na criação de um vocabulário específico dos cuidados paliativos, formalizado com descritores do vocabulário natural e controlado, relacionados entre si, resultando na busca por evidências, com inteligência semântica.

Desta forma, esta pesquisa se torna viável quanto sua aplicabilidade na medida em que:

a) A literatura, nacional e internacional, carece de ontologias focadas em cuidados paliativos;

b) A Organização do Conhecimento e a Ciências da Computação ainda não adentraram com propriedade a realidade dos cuidados paliativos, mesmo porque trata-se de uma área embrionária na ciência da saúde;

c) A criação de uma ontologia favorece a recuperação da informação de forma mais precisa e rápida impactando positivamente nos cuidados paliativos a domicílio.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho assume um perfil qualitativo, sendo descritivo-exploratório, na medida em que busca realizar uma intervenção nos cuidados domiciliares de indivíduos que estão sendo assistidos pela equipe de saúde sem que haja a intenção curativa.

A construção da Ontologia seguiu as diretrizes preconizadas pela *Methontology*, planejada para conduzir as atividades identificadas no processo de desenvolvimento de ontologias, prevendo inerências ontológicas como finalidades, escopo, aquisição do conhecimento, conceituação, formalização, avaliação, etc.

As fontes terminológicas utilizadas foram: Classificação Internacional de Doenças (CID-10); Descritores em Ciência da Saúde (DeCS); Medical Subject Heading (MeSH); Embase subject headings (Emtree).

A realização do mapeamento manual dos conceitos eleitos a partir da análise do domínio “Cuidados Paliativos”, teve a construção da taxonomia utilizando o *software Protégé*.

3 RESULTADOS

A partir do direcionamento sistematizado o resultado da ontologia se pautou em quatro fases: Finalidade e Escopo da Ontologia; Aquisição do Conhecimento; Conceituação; Formalização.

3.1 Finalidade e Escopo da Ontologia

a) Domínio e Usuários: A ontologia teve como domínio os Cuidados Paliativos em Câncer, no Matriciamento. Assim, se considerou profissionais da saúde que atendem pacientes em cuidados paliativos nas cidades satélites ao hospital de câncer em que o tratamento está sendo realizado.

b) Objetivos: A proposta é auxiliar os cuidados prestados ao paciente fora do ambiente hospitalar, trazendo informação rápida e precisa frente a dúvidas clínicas, seguindo o intento da Medicina Baseada em Evidência.

c) Justificativa: A importância em se construir uma ontologia neste cenário é graças ao fato dos cuidados paliativos serem uma atenção recente na área da saúde e, a atenção domiciliar neste contexto, mais recente ainda, o que condiciona o profissional a uma busca rápida por evidências.

d) Nível de Formalidade: A ontologia proposta é classificada como semi-formal⁷. Embora, se utilizará vocabulários controlados, intenciona-se agregar a linguagem natural, em um segundo momento, a partir de prontuários e diálogos com profissionais da área.

e) Natureza da Ontologia: Trata-se de uma ontologia de tarefa⁸.

f) Linguagem: A Linguagem Computacional utilizada é a OWL.

g) Implementação: Se dará em um banco de dados Grafo e, a descrição da ontologia terá auxílio do *software* Protégé.

3.2 Aquisição do Conhecimento

Para a Construção desta ontologia buscou-se pelos vocabulários controlados. Foi feito um levantamento de ontologias na saúde, a fim de reutilizar as já existentes, pois desta maneira o resultado passa a ser uma rede de conceitos do domínio de Cuidados Paliativos, ou ainda um mapa conceitual desse domínio. Não se encontrou uma ontologia com este grau de precisão, embora haja ontologias consagradas na área da saúde e, falando do câncer, existe uma com foco na Biologia Molecular, a OntoCancro.

3.3 Conceituação

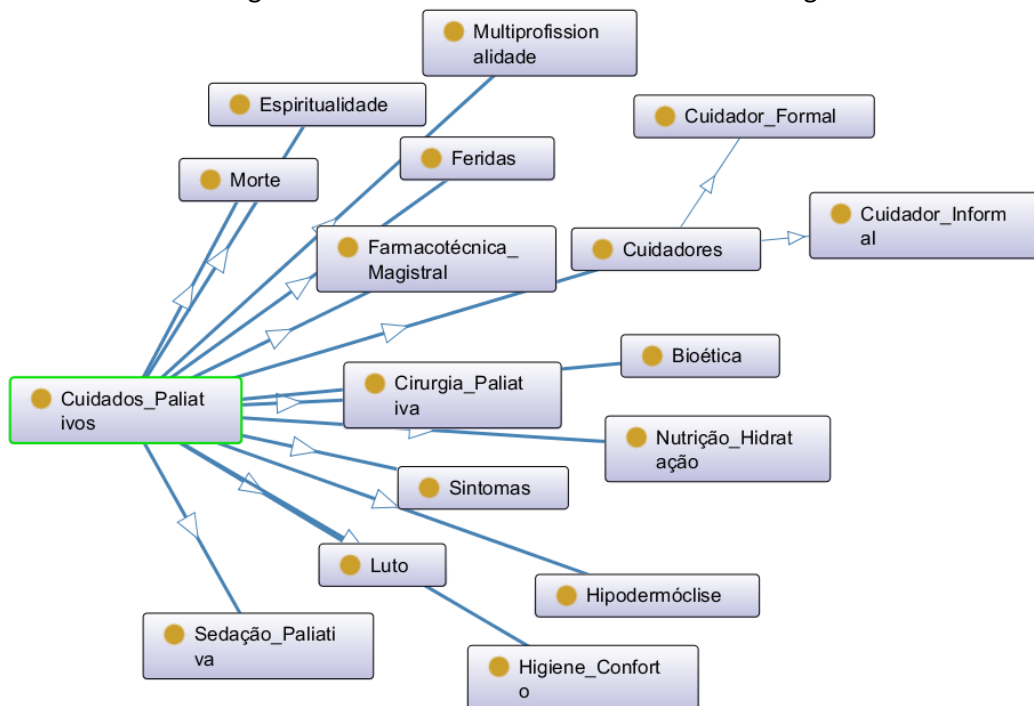
A ontologia se dividiu em 14 Classes (Figura-1), com descrição explícita e todas estas classes estão relacionadas à classe “Cuidados Paliativos” através do objeto de propriedade “pertence ao”. Cada uma dessas subclasses de Cuidados Paliativos possuem outras subclasses ligadas através do objeto de propriedade “contém”.

⁷ Classificação pautado no trabalho de Uschold e Gruninger (1996)

⁸ A Ontologia de Tarefa, segundo Uschold e Gruninger (1996), descreve um vocabulário relacionado a uma tarefa genérica, ou atividade através da especialização de conceitos presentes na ontologia de alto-nível. Por exemplo: análise de requisitos de software.

Na impossibilidade de colocar toda a estrutura de relacionamentos entre classes e subclasses deste domínio, no trabalho, fragmentou-se, a âmbito exemplificativo a seguinte sessão:

Figura 1 – Classes do Domínio no software Protégé



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

3.4 Formalização

Em se tratando da busca eficiente de dados surge, então, o *Fast Data* que possui o objetivo de i) coletar e ii) extrair rapidamente dados estruturados e não-estruturados para que ações possam ser tomadas. (MILOSLAVSKAYA, TOLSTOY, 2016). Neste trabalho tais ações tangem a busca por evidências sobre cuidados paliativos oncológicos.

Tendo em vista a necessidade da ontologia proposta atender as exigências atribuídas ao *Fast Data*, para a etapa de formalização, será empregada um Banco de Dados Grafo (do inglês, *Graph Database*). Esta sinergia entre Ontologia e Banco de Dados Grafo permite criar um buscador de evidência que atende as necessidades dos profissionais de saúde, visto que possibilita a integração entre os três pilares: i) semântica, ontologia e banco de dados Grafo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À perspectiva da Ciência da Informação a pesquisa atingiu o objetivo na medida em que mapeou o vocabulário controlado, construindo hierarquias e relacionamentos permitindo uma visualização inicial da ontologia em Cuidados Paliativos. Para tanto, houve a estruturação do protocolo de cada fase da descrição da ontologia, seguindo o direcionamento da *Methontology*. Frente a uma diretriz que norteia a construção de uma ontologia, o pesquisador tem maior propriedade para avanços audaciosos, como posicionar a Ciência da Informação no contexto da saúde, com propriedade, buscando uma interferência na saúde física e espiritual de indivíduos que estão em cenários de intensa fragilidade.

Com relação aos trabalhos futuros de aplicação da ontologia proposta, vislumbra-se: i) Construção do vocabulário natural a partir de prontuários e vivência neste cenário da saúde e ii) Análise nas redes sociais a fim de melhor compreensão do termo cuidados paliativos a partir dos posts dos usuários.

A Ciência da Saúde muito tem a ganhar com esta parceria na medida em que existem diversos investimentos com a intenção de proporcionar evidências médicas ou informação em saúde com precisão e velocidade, uma vez que se trata de vidas e, especialmente em um quadro como “pacientes em cuidados paliativos”, todos os minutos são preciosos e merecem ser vividos com qualidade.

REFERÊNCIAS

ALLIANCE, Worldwide Palliative Care. WPCA Policy statement on defining palliative care. Accessed February, v. 21, p. 2016, 2009.

ALMEIDA, Mauricio B.; BAX, Marcello P. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 7-20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19019>. Acesso em: 6 jul. 2018.

BORST, Pim; AKKERMANS, Hans. An ontology approach to product disassembly. In: *International Conference on Knowledge Engineering and Knowledge Management*. Springer, Berlin, Heidelberg, 1997. p. 33-48.

BRUMLEY, Richard D.; ENGUIDANOS, Susan; CHERIN, David A. Effectiveness of a home-based palliative care program for end-of-life. *Journal of palliative medicine*, v. 6, n. 5, p. 715-724, 2003.



CHAUMIER, Jacques. Les ontologies. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, v. 44, n. 1, p. 81-83, 2007.

CHIAVERINI, Dulce Helena et al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saudemental.pdf. Acesso em: 12 jul. 2018.

ESTIMATIVA, I. N. C. A. incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

FIGUEIREDO, Mariana Dorsa; CAMPOS, Rosana Onocko. Saúde Mental na atenção básica à saúde de Campinas, SP: uma rede ou um emaranhado?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 129-138, 2009.

JARRELL, Jill Ann; ELIAS, Ellen Roy; KANG, Tammy I. Palliative Care in Adolescents and Young Adults with Special Healthcare Needs. In: *Health Care Transition*. Springer, Cham, 2018. p. 329-337.

LORENZ, Karl A. et al. Evidence for improving palliative care at the end of life: a systematic review. *Annals of internal medicine*, v. 148, n. 2, p. 147-159, 2008.

MARTINS PEREIRA, Sandra et al. End-of-life decision making in palliative care and recommendations of the Council of Europe: qualitative secondary analysis of interviews and observation field notes. *Journal of palliative medicine*, v. 21, n. 5, p. 604-615, 2018.

MEDEIROS, Roberto Henrique Amorim de. Uma noção de matriciamento que merece ser resgatada para o encontro colaborativo entre equipes de saúde e serviços no SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1165-1184, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v25n4/0103-7331-physis-25-04-01165.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MILOSLAVSKAYA, Natalia; TOLSTOY, Alexander. Big data, fast data and data lake concepts. *Procedia Computer Science*, v. 88, p. 300-305, 2016.

OLIVEIRA, Maria do Bom Parto de et al. Oncological homecare: family and caregiver perception of palliative care. *Escola Anna Nery*, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n2/en_1414-8145-ean-21-02-e20170030.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Publicações da OMS. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

USCHOLD, Mike; GRUNINGER, Michael. Ontologies: Principles, methods and applications. *The knowledge engineering review*, v. 11, n. 2, p. 93-136, 1996.



VASCONCELOS, Gabriella Belém; PEREIRA, Patrícia Mora. Cuidados paliativos em atenção domiciliar: uma revisão bibliográfica. Revista de Administração em Saúde, v. 18, n. 70, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/u08155/Downloads/85-387-1-PB.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2018.

TEMKIN-GREENER, Helena et al. Impact of Nursing Home Palliative Care Teams on End-of-Life Outcomes. Medical care, v. 56, n. 1, p. 11-18, 2018.

**DOCUMENTOS ECLESIÁSTICOS: UM ESTUDO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO À ELABORAÇÃO
DA TABELA DE TEMPORALIDADE**

Michele Marques Soares (UFSC)

Giselle Giselle Tirbucio (UFSC)

*ECCLESIASTICAL DOCUMENTS: A STUDY OF THE EVALUATION PROCESS FOR THE ELABORATION OF THE
TEMPORALITY TABLE*

Resumo: O presente artigo apresenta o resultado do projeto realizado no arquivo de uma Igreja evangélica, localizada no município de Palhoça, Santa Catarina, no qual teve como objetivo verificar o processo de avaliação documental, com vistas a propor um modelo de tabela de temporalidade e destinação de documentos. Essa pesquisa justifica-se pela relevância social, ao tratar de documentos eclesiásticos com valor probatório e informativo, que contribuem com a pesquisa científica e remontam a memória da organização. Da metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa quantitativa e aplicada. Quanto aos procedimentos metodológicos recorre-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram coletados através de visita in loco. Como instrumento para coleta de dados utilizou-se a entrevista oral e a observação. O estudo verificou que o processo de avaliação documental não acontece e é “entendido” como seleção dos documentos para organização física, a fim de, determinar o local de acondicionamento e guarda de arquivo. As atividades fim geram um volume maior de documentos no decorrer das atividades preparatórias de culto, como relação de cifras, relação de louvor e adoração, citação do antigo e do novo testamento, estudo bíblico e discipulado, que já estavam devidamente classificados. O estudo apresentado neste artigo, permitiu conhecer a organização, seu contexto e suas relações com o produtor e a partir daí elaborar a proposta de tabela de temporalidade. A Tabela de Temporalidade e Destinação para Documentos Eclesiásticos que foi proposta neste projeto poderá contribuir como ferramenta eficaz na gestão de documentos, no tratamento da massa documental acumulada, disponibilizando o acesso à informação e a preservação a longo prazo deste patrimônio documental. Essa atividade auxiliará futuros trabalhos voltados a gestão de documentos eclesiásticos, dado suas características únicas ligadas a suas atividades, ao mesmo tempo em que compartilha conhecimentos, atrelando teoria à prática.

Palavras-Chave: Avaliação Documental; Tabela de Temporalidade; Documentos; Documentos Eclesiásticos.

Abstract:

This article presents the results of a project carried out in the archives of an Evangelical Church, located in the municipality of Palhoça, in the state of Santa Catarina, in order to verify the documentary evaluation process, with a view to proposing a model of temporality table and documents. This research is justified by social relevance, when dealing with ecclesiastical documents with probative and informative value, which contribute to scientific research and go back to the memory of the organization. From the methodology used, it is a quantitative and applied research. As for methodological procedures, bibliographical and documentary research is used. Data were collected through an on-site visit. As an instrument for data collection, oral interview and observation were used. The study verified that the document evaluation process does not happen and is "understood" as a selection of the documents for physical organization, in order to determine the place of packaging and storage of the file. The end activities generate a greater volume of documents in the course of worship

preparatory activities, such as numbers, praise and worship, citation of the old and new testament, Bible study and discipleship, which were already properly classified. The study presented in this article, allowed to know the organization, its context and its relations with the producer and from there to elaborate the proposal of temporality table. The Temporary and Allocation Table for Ecclesiastical Documents that was proposed in this project could contribute as an effective tool in the management of documents, in the treatment of accumulated documentary mass, providing access to information and the long-term preservation of this documentary heritage. This activity will help future works directed to the management of ecclesiastical documents, given their unique characteristics linked to their activities, while at the same time sharing knowledge, linking theory to practice.

Keywords: Documentary Evaluation; Temporality Table; Documents; Ecclesiastical Documents.

1 INTRODUÇÃO

O arquivo da organização religiosa protestante é responsável pelas atividades voltadas à produção, tramitação, controle e arquivamento de documentos. A massa documental produzida e acumulada na unidade dificulta a recuperação da informação e favorece o extravio de documentos. É na Arquivologia, que segundo Belloto (2002, p.5) “é a disciplina que se ocupa da teoria, da metodologia e da prática relativa aos arquivos”, que vamos buscar as medidas necessárias que possam garantir a recuperação e acesso à informação, o que nos remete a gestão documental.

A gestão documental objetiva a racionalização e a eficiência administrativa, atentando-se a preservação dos documentos de valor probatório ou informativo. De acordo com Bernardes (2008, p. 10) ela “garante o efetivo controle do documento desde sua produção até sua destinação final: eliminação ou guarda permanente e permite a localização dos documentos e acesso rápido às informações”. Nesse sentido, a Avaliação documental é uma etapa importante do processo de gestão documental já que, possibilita uma análise dos documentos e suas relações, com vistas a gerar um instrumento que atribui valor, prazos e destinação ao documento, colaborando para a eficiência administrativa e a preservação de documentos com valor permanente.

Dessa forma, o problema que norteia o desenvolvimento dessa pesquisa é: Como esta Instituição trata a avaliação documental, os prazos de guarda e a destinação de documentos? O objetivo é verificar o processo de avaliação documental no arquivo da organização religiosa, com vistas a propor um modelo de tabela de temporalidade e destinação de documentos.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância social, ao tratar de documentos eclesiásticos com valor probatório e informativo, que fundamentam pesquisas e remontam a memória Social. Sua relevância também é científica, uma vez que agrega conhecimentos tanto para a área da Ciência da Informação, quanto para a História; e relevância pessoal, pela satisfação em compartilhar dos conhecimentos adquiridos na experiência prática e acadêmica.

Está é uma pesquisa qualitativa e aplicada. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental como base de nossos estudos. Na segunda etapa uma visita in loco para verificar o processo de avaliação, foi utilizada como instrumento para coleta de dados a entrevista oral semiestruturada e a observação para aplicação do diagnóstico. Foi desenvolvido na disciplina de Arquivos Intermediários, do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina, ministrada pela professora Graziela Martins de Medeiros e executado pelas graduandas Giselle Tiburcio Matildes e Camila Rodrigues.

As atividades ocorreram de agosto a novembro de 2017 executadas em quatro visitas ao arquivo, pesquisas na biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina e encontros em sala de aula para orientação do professor.

2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

A Igreja é uma organização religiosa de Direito Público Privado, sem fins lucrativos e está localizada no Município de Palhoça, Santa Catarina. A história da organização religiosa inicia no ano de 2002, quando um pastor e um missionário, apoiados por uma Igreja do Rio de Janeiro, iniciaram trabalhos de pesquisa com a população vizinha do local, para a realização de estudos bíblicos e projetos sociais. Em 2003, ocorreu a sua fundação oficial como congregação, primeiramente em um espaço alugado e dependente financeira de outra igreja da mesma denominação. (Rocha¹, 2017). Logo em 2005, uma equipe de Americanos, vinda do Texas (EUA), construiu o templo em um terreno cedido, firmando, assim, estacas na comunidade palhocense onde até a data atual realiza suas atividades conforme agenda. No ano de 2017 foi aclamada Igreja, independente, e foi criado um estatuto próprio, uma Diretoria, Conselho administrativo e fiscal e a Primeira Assembleia. (Rocha, 2017)

2.1 Pesquisa da Estrutura Normativa e Estrutura Organizacional

Foi realizada pesquisa documental e posteriormente a análise dos instrumentos legais que norteiam as atividades da Instituição, para obter informações quanto à estrutura organizacional, formação, número de membros, funcionários contratados, voluntários, receitas e despesas.

2.2 Identificação da Missão e Atividades

De acordo com o estatuto social da organização sua missão é: "Prestar culto à Deus, doutrinando os membros para viver em comunhão, ajudando os necessitados, ensinando a Bíblia", sendo estas identificadas como atividades fim: Culto e louvor à Deus, estudo bíblico, ensino através de discipulado e a comunhão (casamento, batismo e apresentação) e as demais atividades meio. (Primeira Igreja Batista do Imaruim, Regimento Interno. 2017)

2.3 Caracterização do Arquivo e Documentos

Através da observação e acompanhamento de um membro, no que se refere à estrutura física, foi realizado um diagnóstico que nos permitiu obter dados quanto às condições do prédio, localização do arquivo, exposição química, física e biológica do acervo, recursos humanos e materiais.

2.4 Situação da Avaliação de Documentos

Segundo o entrevistado a avaliação dos documentos não é uma atividade periódica, sendo realizada de acordo com a disponibilidade do produtor. É efetuada de forma intuitiva e limitada a somente determinar o local de guarda e organização. Nenhum documento é eliminado.

2.5 Elaboração do Plano de Destinação e Tabela de Temporalidade

Esta atividade foi desenvolvida em sala de aula com o apoio do professor, após serem cumpridas todas as etapas anteriores e o estudo da produção documental. Foram inseridos na proposta de tabela de temporalidade os seguintes documentos, que constam no plano de classificação da organização, produzidos pelas atividades fim: relação de cifras, relação de letras de músicas, relação de arte, relação de louvor e adoração, citação do antigo testamento, citação do novo testamento, dissertação da bíblia, apostila de discipulado, apostila de estudo

bíblico, exercícios de discipulado, exercícios de estudo bíblico, certificado de discipulado, certificado de estudo bíblico, certidão de casamento, certidão de batismo e pedidos de oração. Quanto aos documentos das atividades meio: estatuto social, atas de assembleia, lista de presença, atas de reunião da diretoria, registro de posse, ficha cadastral membros, pacto de membresia, rol de membros, pedidos de exclusão, carta de transferência, carta de recomendação, registro de ocorrência, comprovantes de pagamento, recibos de pagamento, faturas de água, faturas de luz, faturas de internet, extratos bancários, comprovantes bancários, balanço e balancetes. Neste projeto foi realizado um recorte e selecionados documentos da atividade fim e meio, que apresentavam maior volume, abrangendo documentos relacionados às funções de Administração, Tesouraria, Culto, Louvor, Estudo Bíblico, Discipulado e Comunhão que já estavam classificados.

2.6 Estudo da Temporalidade dos Documentos

Como justificativa para a avaliação e definição de prazos de guarda e destinação dos documentos, foram utilizadas regras, que correspondem aos critérios e se apresentam no esboço da tabela de temporalidade como forma de legenda, baseado na literatura da área, na estrutura normativa e nas necessidades administrativas da unidade. Definiu-se, inclusive, o prazo precaucional de 2 (dois) anos.

2.7 Resultados e Discussões

O estudo verificou que o processo de avaliação documental não acontece e é “entendido” como a seleção dos documentos para organização física para determinar o local de acondicionamento e guarda dos documentos. À medida que a organização não elimina documentos, contribui para o acúmulo de massa documental. Na etapa da pesquisa normativa, observou-se que as leis que norteiam as atividades da organização como pessoa jurídica parte da Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso I (que dispõe a respeito da liberdade de culto religioso) e posteriormente do Código Civil, Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, que define a organização religiosa como pessoa jurídica de direito privado e determinam a produção de documentos probatórios da atividade meio. O instrumento legal de criação, o Estatuto Social, também foi estudado. Os documentos da atividade meio principalmente os de tesouraria, estavam bem organizados, em ordem cronológica e em pastas identificadas, o que



demonstra que há maior preocupação e controle com os documentos produzidos e recebidos por esta atividade. Estes foram os mais fáceis de avaliar e estabelecer os prazos já que a legislação que orienta é clara e de fácil localização. As atividades fim continham documentos de maior volume e são gerados nas atividades preparatórias de culto, como relação de cifras, relação de louvor e adoração, citação do antigo e do novo testamento, estudo Bíblico e Discipulado, que já estavam devidamente classificados, porém, a temporalidade foi determinada pelo produtor de acordo com as suas necessidades. Foram identificados também um volume notável de documentos de valor histórico como fotografias da primeira celebração, dos cultos especiais, batismos, casamentos, a relação dos primeiros membros, de atividades e projetos desenvolvidos com as pessoas daquela comunidade, onde sugerimos a criação de um memorial da Igreja, pelo contexto onde está inserido será de grande valia para a sociedade. Ressalta-se que a iniciativa do gestor em realizar a gestão dos documentos, facilitou o desenvolvimento do projeto, as mudanças propostas no arquivamento, na avaliação e na organização intelectual do acervo. As particularidades das funções e atividades exigiram uma proximidade maior com o produtor, para compreender a cultura, o entendimento e a sua forma de organização, por exemplo, grupo de louvor, líderes de ministério, Pastor, que devido aos costumes e rituais religiosos produzem documentos específicos de suas atividades e assim os produzem e organizam de acordo com seus critérios. O conhecimento da estrutura organizacional e normativa, e a aproximação com os produtores foram determinantes para que o processo de avaliação com vistas à proposta de elaboração da tabela pudesse ser realizado com bases seguras.

Face a importância da avaliação na gestão de documentos, a organização foi orientada a formalizar em Ata, a formação de uma comissão com no mínimo 03 membros (Tesoureiro, Secretária, Líder de Ministério), para a identificação de valores, definição de prazos de guarda e a destinação dos conjuntos documentais; Criar manuais de procedimentos e trâmites desde a criação do documento até a transferência, recolhimento ou descarte. Acompanhar os trabalhos da organização, racionalização e controle do arquivo (produção, uso e destinação final dos documentos) devido a alta rotatividade de funcionários voluntários visando a continuidade dos trabalhos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Avaliação apresentado neste artigo permitiu conhecer a organização, seu contexto e suas relações com o produtor. A Igreja não possui secretária fixa, porém, o administrador que também é o Pastor detém o conhecimento e o interesse na Gestão Documental a fim de, propor maior eficiência administrativa, maximização do espaço físico e a preservação da memória. A eliminação dos documentos que até então não era realizada, deverá ser feita, de acordo com bases legais, bem estabelecidas e que servem de norteio para o tratamento da documentação. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 19), a Tabela de Temporalidade serve de “instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos”. A Tabela de Temporalidade e Destinação para Documentos Eclesiásticos que foi elaborada neste projeto e sugerida na organização deverá contribuir como ferramenta eficaz na gestão de documentos, contribuindo no tratamento da massa documental acumulada, disponibilizando o acesso à informação e a preservação a longo prazo deste patrimônio documental.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 19 p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 05 ago 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como fazer, 8). Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 20 ago 2018.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2008. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_ieda.pdf>. Acesso em: 06 ago 2018.

BRASIL. LEI Nº 10.225, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003. **Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da lei Nº 10406, de 10 de Janeiro de 2002, que institui o Código Civil**. Brasília, DF, dez 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.825.htm>. Acesso em: 06 ago 2018.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. Constituição (1966). Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário



aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Lei 5172/66**. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10566606/artigo-195-da-lei-n-5172-de-25-de-outubro-de-1966>>. Acesso em: 19 nov 2017.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA (Brasil). **Pacto de Comunhão**. 2010. Disponível em:

<<http://www.batistas.com/images/pdfs/pactocomunhao.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

Primeira Igreja Batista do Imaruim. **Regimento Interno**. Palhoça, SC, 2017.

ROCHA, Júlio. **Entrevista concedida verbalmente à Giselle Tiburcio Matildes**. Palhoça, 25 nov 2017.

SÃO PAULO (Estado). Constituição (2004). Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. **Decreto Nº 48.897**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>>. Acesso em: 19 nov 2017.

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM UMA BIBLIOTECA PAROQUIAL

Paulo Rogério Gonçalves Dantas (UNESP-Ribeirão Preto)

INFORMATION AND KNOWLEDGE ORGANIZATION IN A PAROCHIAL LIBRARY

Resumo: Relato de experiência referente à organização do conhecimento no acervo da Ordem dos Agostinianos Recoletos, com vista à recuperação de documentos através de um CEDOC Virtual. São descritas técnicas de identificação dos documentos, precedidas por um levantamento sistemático de fontes de informação geradas pela instituição e/ou por terceiros, acrescidas de entrevistas e triangulação dos dados. São apresentados os descritores elaborados para a organização do conhecimento da instituição. Os descritores foram elaborados por meio de um levantamento e comparação sistemática com base na literatura e em projetos específicos.

Palavras-Chave: Organização do Conhecimento; Biblioteca Paroquial; Representação Documental; Biblioteca Religiosa; CEDOC Virtual.

Abstract: Report of experience regarding the organization of knowledge in the collection of the Order of Augustinian Recollects, with a view to the retrieval of documents through a Virtual CEDOC. Document identification techniques are described, preceded by a systematic survey of sources of information generated by the institution and / or by third parties, plus interviews and triangulation of the data. The descriptors prepared for the institution's knowledge organization are presented. The descriptors were elaborated through a systematic survey and comparison based on the literature and specific projects.

Keywords: Knowledge Organization; Parochial Library; Documentary Representation; Religious Library; DC-Virtual.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, enquanto ciência que estuda o objeto informação e seus fenômenos tem como um de seus objetivos propor modelos e teorias que ajudem a compreender os processos de organização e gestão da informação e do conhecimento.

A preocupação em criar mecanismos que ajudem o ser humano a organizar o crescente volume de informações e conhecimento existentes não é uma inquietação da sociedade contemporânea, mas sim algo que a longa data faz parte das reflexões e práticas sociais.

Há 3000 anos a.C. na Biblioteca de Ebla, por exemplo, havia uma coleção composta de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos. A escrita era a cuneiforme, numa língua desconhecida, a qual chamou-se eblaíta (SAGREDO e NUÑO, 1994 apud ORTEGA, 2004).

Na extinta Mesopotâmia (2000 a.C.), eram produzidos envelopes de argila para proteger o documento do desgaste. Para evitar ter de quebrar este envelope a cada consulta ao documento, havia uma tábua do lado de fora com o texto na íntegra ou com um resumo que dava acesso ao assunto dos livros (G. CONTENAU, 1966 apud WITTY, 1973, p.193).

Já na Idade Média, como se sabe, as bibliotecas ficavam localizadas nos mosteiros e também em centros de filosofia e ciências do mundo islâmico. Nesse período (Renascimento - séculos XI e XII) começam a surgir as primeiras universidades e com elas uma reestruturação na sociedade ocidental, os homens do saber passavam agora a ter acesso ao que antes era acessível apenas aos nobres letrados, conhecimento, que culminou na criação de diversos coleções bibliográficas.

Alguns séculos mais tarde, no século XV, surge algo que revolucionaria o modo de produção do conhecimento, sua difusão e também que exigiria novos instrumentos, teorias e práticas para organizá-lo. E o que sua surgia? A imprensa!

A invenção da imprensa por Gutenberg (Séc. XV), foi um dos acontecimentos que mudaram a história da leitura e da difusão de conhecimento. Gutenberg a partir da prensa clássica (não reutilizável), criada pelos chineses, revolucionou a produção bibliográfica contribuindo desse modo para uma ampliação do conhecimento humano (BURKE, 2002; SIQUEIRA, 2010).

Depois da imprensa de Gutenberg, ocorre a Revolução Industrial (Séc. XVIII e XIX) um dos marcos da história onde o desenvolvimento técnico e científico influenciado pelo Iluminismo proporcionou a melhora nas condições de vida da população, em relação à saúde pública, escolarização e até expectativa de vida. Além disso, nesse momento percebe-se um novo aumento na quantidade de informações registradas e tentativas de um levantamento bibliográfico universal visto quando analisado o trabalho de D’Lambert e Diderot criadores da primeira grande enciclopédia (NOBRE, 2007; SIQUEIRA, 2010).

Decorrentes desse período tem-se o desenvolvimento de esquemas de classificação, a criação dos catálogos alfabéticos, a criação do serviço de referência, os primeiros cursos de biblioteconomia.

No século XX o desenvolvimento tecnológico e científico, resultados das grandes guerras que marcaram esse século também colaboraram para o fenômeno da “explosão

informacional”, que passa a ser um dos grandes desafios de pensadores modernos como: Dewey, Otlet, La Fontaine, Ranganathan e Dahlberg.

Mesmo depois de todo avanço tecnológico e científico decorrentes de tais marcos históricos, vivemos em uma sociedade onde organizar e gerenciar informações e conhecimento são atividades cada vez mais desafiadores e vale retomar aqui um questionamento feito na segunda metade do século XX, mas que continua atual:

Como fazer para que o público possa se informar rápida e seguramente dos recursos de toda espécie que oferece a enorme biblioteca acumulada pelos escritores de todos os tempos e de todos os países? Ou seja, o patrimônio literário e científico da Humanidade? Como ordenar este patrimônio de modo que todos os interessados desfrutem disso de modo tão completo e satisfatório quanto possível? Esse é o enunciado mais geral do problema bibliográfico. (LANGLOIS, apud MALCLÈS, 1956, p. 7).

Após uma breve contextualização histórica do processo de organização do conhecimento, destaca-se que o presente trabalho é um relato de experiência sobre o processamento de informações e conhecimentos referentes ao conteúdo textual, iconográfico, fonográfico e audiovisual dos documentos de uma biblioteca paroquial com vista a sua recuperação através de um Centro de Documentação Virtual (*CEDOC Virtual*).

Para que esse CEDOC Virtual fosse criado, elaborou-se uma metodologia para organizar os documentos da Biblioteca São José - Ordem dos Agostinianos Recoletos, com o intuito de preservar a história dessa ordem religiosa. Para tanto foram criados descritores especiais para representação desses documentos. Especificamente, neste trabalho é relatado os resultados da primeira etapa do projeto que visou organizar os documentos para posterior divulgação e acesso.

Nesse processo, várias técnicas foram utilizadas, tais como, a construção de um esboço cronológico, entrevistas e o triangulação das informações, que ampliaram consideravelmente as possibilidades de identificação dos documentos.

A seguir é apresentado brevemente um histórico da OAR, a situação inicial do acervo documental, as etapas em que se estabeleceu os descritores e as técnicas para organização do conhecimento.

2 SITUAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL



A Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR) é uma ordem religiosa católica, da família agostiniana, seguidora do pensamento de Santo Agostinho. Nasceu de uma reforma da grande Ordem de Santo Agostinho, no dia 05 de dezembro de 1588, em plena Reforma Católica, a partir da renovação da Província Agostiniana de Castela. Hoje possui cerca de 1200 religiosos professos, sendo 17 bispos, 940 sacerdotes e 70 irmãos (BELMONTE, 2000).

No Brasil a OAR teve seu início com a chegada, procedente da Espanha, do Navio Aquitane, que atracava em Santos, em 19 de fevereiro de 1899. Nele vinham os primeiros 12 Agostinianos Recoletos, na sua maioria, missionários das ilhas Filipinas, expulsos de lá por ocasião dos movimentos de independência, ilhas onde exerceram seu apostolado durante três séculos. Atualmente no Brasil a ordem religiosa possui três províncias: Província de Santa Rita de Cássia — região sudeste (SP, RJ e ES), Província de Santo Tomás de Vilanova — região norte (PA), sudeste (RJ e SP) e sul (PR) e Província de São Nicolau de Tolentino — região norte (AM) e nordeste (CE). Trabalham em paróquias, missões colégios e seminários.

A unidade de informação a que se refere o presente trabalho é a Biblioteca São José situada na Ordem dos Agostinianos Recoletos de Ribeirão Preto pertencente à Província de Santa Rita de Cássia. Essa biblioteca, além de livros possui outras tipologias documentais que tratam da história e memória dessa ordem religiosa que precisam ser organizados e disponibilizados para os seus usuários (seminaristas, freis, padres, párocos agostinianos).

Para organizar e disponibilizar tais documentos, e com objetivo de resgatar a memória institucional, foi iniciado em 2017 o “Projeto História e Documentos OAR”. Em sua primeira fase foi realizado um diagnóstico documental a fim de conhecer a situação do acervo, sua tipologia documental, o volume de documentos e as temáticas dos documentos.

Através do diagnóstico, percebeu-se que grande parte dos documentos ainda não haviam recebido nenhum tipo de tratamento bibliográfico ou arquivístico, além disso, os documentos que já haviam recebido tratamento não possuíam um padrão comum, provavelmente pela falta de políticas de processamento técnico e de regulamento. Alguns documentos estavam organizados segundo a Classificação Decimal Universal e outros pela Classificação Decimal de Dewey. A indicação de autoria era feita segundo as diretrizes da Tabela de Cutter e outros pela Tabela PHA.

O acervo era composto por mais de doze mil itens, dos quais pouco mais de oito mil estavam catalogados em *software* de gestão documental (com padrão de metadados próprios e sem compatibilidade com outros formatos) instalado em máquina virtual local, ou seja, corriam o risco de serem perdidos por não estarem armazenados em um servidor *online*. Outro fato que chamou atenção foi a condição física de alguns documentos, que possuíam fungos, brocas, traças, clips e grampos metálicos.

Após o período de organização física do acervo foi possível iniciar as tarefas específicas de identificação do conteúdo dos documentos.

3 DEFINIÇÃO DE METADADOS

Com o propósito de preparar os documentos para acesso em ambiente informatizado, foi necessária uma metodologia com o objetivo de propor, condensar e definir os descritores para compor uma “ficha documental” apropriada para o trabalho.

Nesta fase, realizou-se o levantamento das fontes de informação disponíveis em português, inglês e espanhol, bem como de instituições que desenvolveram projetos relacionados à preservação de documentos, vislumbrando compreender os descritores utilizados pelas mesmas.

Foram escolhidas 10 fontes, entre as quais, dois manuais de catalogação documental, três monografias de Conclusão de Curso, um livro, dois artigos científicos e dois modelos de descritores utilizadas em sites de instituições públicas ou particulares.

A partir dessas fontes, elaborou-se uma comparação sistemática dos descritores definidos. Para tanto, foi utilizada uma planilha, onde foram listadas as 10 fontes, e os respectivos campos para tornar possível a comparação dos descritores propostas pelos autores ou instituições. Nesta pesquisa, foram identificados 26 descritores destinadas à recuperação de documentos.

A partir da comparação dos descritores identificados foi feita uma proposta, levando em consideração a identificação e descrição dos documentos da OAR. Para organizar os documentos do “Projeto História e Documentos OAR” foram escolhidos os seguintes descritores:

- ✓ **Tombo Patrimonial:** é o código único e sequencial atribuído a cada documento.
- ✓ **Autor:** responsável pela autoria do documento.



✓ **Título/Tema:** representa o tema ou evento referente ao documento, conforme o grupo temático a que se refere. O título ou tema é apresentado sob forma sucinta, é descritivo e responde à questão “sobre o que trata o documento?”.

✓ **Procedência:** identifica o nome da pessoa ou da instituição responsável pela cessão, venda, doação ou permuta do documento.

✓ **Data de Aquisição:** dia, mês e ano em que o documento foi adquirido.

✓ **Descrição do Documento:** texto descritivo, objetivo e sucinto sobre o conteúdo do documento, devendo abranger: o quê (objeto), quem (pessoas) ou qual o fato retratado pelo documento, onde (lugar) e quando (data).

✓ **Assunto:** termos padronizados e/ou termos livres, que descrevem o conteúdo do documento para fins de recuperação informacional.

✓ **Local da Criação:** espaço físico onde foi produzido o documento ou o local onde foi tirada a fotografia.

✓ **Data da Criação:** referente ao dia, mês e ano em que foi elaborado o documento. Quando não for possível identificar dia e mês, cita-se apenas o ano. Em caso de dúvidas com relação à data registrada, acrescenta-se o símbolo [?].

✓ **Nota Geral:** informações adicionais ou complementares (manuscritas ou impressas, tais como dedicatórias, anotações, carimbos, adesivos etc.), que não se enquadram em nenhum dos demais descritores.

✓ **Descrição Física:** refere-se às características do documento, isto é, são informações referentes às dimensões, existência de ilustrações, quantidade de páginas, cromia etc.

✓ **Estado de Conservação:** indica o estado do suporte do documento (ex., se o mesmo é bom, regular, ruim). Deve-se registrar se o documento apresenta dobras, marcas de fungos, amarelecimento, clips, grampos, fitas adesivas etc., que prejudicam a preservação dos documentos.

✓ **Tipo de Documento:** descreve o suporte físico original do documento - se é uma partitura, fotografia, negativo, CD, DVD etc. Consta ainda o formato do respectivo arquivo digital, como PDF, DOC, JPEG, PNG etc.

✓ **Catalogador/ Indexador:** nome da pessoa responsável pela análise descritiva do documento.



-
- ✓ **Data de Análise:** dia, mês e ano, em que o documento foi analisado pelo responsável.
 - ✓ **Fontes Consultadas:** referências bibliográficas ou menção de pessoas consultadas que auxiliaram na identificação do documento.
 - ✓ **Direitos Autorais:** nome da pessoa ou instituição detentora da propriedade ou dos direitos relativos à difusão, venda ou reprodução do documento.
 - ✓ **Localização:** corresponde ao local ou ambiente físico da instituição ou à unidade em que se encontra acondicionado o suporte do documento. Cita também o nome ou número da pasta ou invólucro, que contém o suporte específico.
 - ✓ **Identificador:** atribuído automaticamente pelo sistema de gestão de documentos.

4 TÉCNICAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Previamente a aplicação de técnicas para identificação dos documentos, realizou-se também uma sistematização das publicações geradas pela instituição e/ou por terceiros, ao longo da história da instituição, como: folhetos, revistas, relatórios, livros, anais, informativos, posts e notícias de blog e sites, especialmente quando continham informações referentes a OAR.

A coleta e identificação dessas fontes (secundárias) de informação teve como finalidade produzir subsídios para a recuperação do conteúdo descritivo dos documentos.

Para agilizar o trabalho de busca nessas fontes, cada item identificado foi registrado em tabelas, conforme o tipo de publicação. Além disso, essas publicações foram separadas por ano, mês, nome da publicação e local, onde o material se encontra guardado.

As publicações periódicas que não foram encontradas, tiveram o item da coluna referente ao nome da publicação e ao local em branco. Este controle possibilitou a procura e identificação de publicações inicialmente não localizadas.

A primeira técnica utilizada no processo de identificação dos documentos foi a elaboração da “Linha do Tempo” e de um “Quadro Cronológico” que começa a partir do ano de chegada da OAR no Brasil 1899 até 2017, utilizando como critério de subdivisão os períodos relativos a criação das 28 comunidades agostinianas distribuídas entre 8 estados brasileiros, a fim de obter uma periodização e menção nominal dos principais marcos da história da ordem.

Para realização dessa tarefa foram consultadas diferentes fontes de informação tais como: publicações internas, relatórios, matérias de jornais revistas e informativos da OAR,

entre outras. Nessas publicações, procurou-se identificar informações, por exemplo, sobre inauguração de uma nova paróquia, congressos, reuniões, mudanças na estrutura, início dos trabalhos no Brasil, a partir de 1899. Havendo comprovação documentada (pelo menos, mês e ano) as informações encontradas foram passadas à “Linha do Tempo”. É preciso mencionar que a OAR não dispunha, até o início de nosso trabalho, de nenhum levantamento sistemático desta natureza que abrangesse todo o período de sua existência em território brasileiro.

Outro recurso utilizado como subsídio na identificação dos documentos, foram as entrevistas realizadas com os freis, padres e párocos da OAR. Tais entrevistas possibilitaram completar dados incompletos ou faltantes, e corrigir informações sobre pessoas, objetos, fatos e acontecimentos tratados nos documentos.

Foi realizado a triangulação (cruzamentos) das informações coletadas, sempre que possível, objetivando-se a consistência da identificação dos documentos.

5 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Na primeira etapa de identificação dos documentos optou-se por elaborar um “Relatório de Fichamento”, utilizado durante toda essa etapa. Neste relatório, em formato digital, eram registrados o resumo dos documentos (em ordem cronológica dentro de cada temática), com espaço para identificação, observações e indicação das respectivas fontes.

Com relação à temática, os documentos eram organizados de acordo com as seguintes categorias:

- ✓ **Eventos:** congressos, reuniões administrativas, campanhas comunitárias, comemorações, lançamento de livros, cerimônias etc.
- ✓ **Locais:** inauguração e reforma predial de paróquias, igrejas e províncias etc.
- ✓ **Pessoas:** seminaristas, freis, padres e párocos da ordem religiosa etc.
- ✓ **Objetos:** quadros, vestes, candelabros, relicários, relógios, anéis, partituras, livros, CDs, DVDs, fotografias etc.

Para a identificação de imagens, principalmente das fotografias, precisou de uma análise mais minuciosa para que se tivesse consistência na etapa da identificação. Para tanto a equipe do projeto contou com o auxílio de: entrevistas dos freis, padres e párocos para posterior análise de publicações internas e de sites da OAR; Informações manuscritas e impressas no



verso e anverso das imagens; Comparação do conteúdo de imagens já identificadas com o conteúdo de imagens ainda sem identificação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como finalidade apresentar a metodologia utilizada para definição de descritores e categorias, bem com as técnicas utilizadas na identificação de documentos e na análise descritiva dos mesmos. A próxima etapa do projeto será a modelagem de um CEDOC virtual que utilize os descritores e as categorias sugeridas, possibilitando seu acesso pelos usuários.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir com outros projetos de organização do conhecimento, principalmente, a aqueles que estão em fase inicial de diagnóstico e estruturação de unidades de informação. Percebe-se também que o trabalho apresenta a importância da organização do conhecimento imprescindível no resgate da memória e história institucional.

REFERÊNCIAS

BELMONTE, A. **100 anos de presença Agostiniano-Recoleta no Brasil: 1899-1999**. Rio de Janeiro : Gávea, 2000. 162p.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v.16, n. 44, p. 173 –185, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

MALCLÈS, L-N. **La Bibliographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1956. 127p.

NOBRE, S. Uma introdução à história das enciclopédias – a enciclopédia de matemática de Christian Wolff de 1716. **SBHC**, v. 5, n. 1, p. 34-46, jul. 2007. Disponível em: <https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=81>. Acesso em: 03 ago. 2018.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 5, n. 5, p. A03, out. 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/2048>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52 – 66, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>>. Acesso em: 03 de ago. 2018.



WITTY, F. J. The Beginnings of Indexing and Abstracting: Some Notes towards a History of Indexing and Abstracting in Antiquity and the Middle Ages. **The Indexer**, v. 8, n. 4, p. 193-198, out. 1973. Disponível em: <https://www.theindexer.org/files/08-4/08-4_193.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.